UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/FCH

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

O DEBATE IDEOLÓGICO ACERCA DA INDUSTRIALIZAÇÃO: O DESENVOLVIMENTISMO EM QUESTÃO

MATHEUS SILVA QUIRINO

Dourados - MS

2021

MATHEUS SILVA QUIRINO

O DEBATE IDEOLÓGICO ACERCA DA INDUSTRIALIZAÇÃO: O DESENVOLVIMENTISMO EM QUESTÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FHC/UFGD), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcilio Rodrigues Lucas

Dourados - MS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

Q8d Quirino, Matheus Silva
O DEBATE IDEOLÓGICO ACERCA DA INDUSTRIALIZAÇÃO: O DESENVOLVIMENTISMO EM QUESTÃO [recurso eletrônico] / Matheus Silva Quirino. -- 2021.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Marcilio Rodrigues Lucas.
Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio

1. América Latina. 2. Desenvolvimentismo. 3. Industrialização. 4. Substituição de Importações. 5. Dependência. I. Lucas, Marcilio Rodrigues. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

TERMO DE APROVAÇÃO

MATHEUS SILVA QUIRINO

O DEBATE IDEOLÓGICO ACERCA DA INDUSTRIALIZAÇÃO: O DESENVOLVIMENTISMO EM QUESTÃO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, da Universidade Federal da Grande Dourados, pela seguinte banca examinadora:

_____

Prof. Dr. Marcílio Rodrigues Lucas/UFGD
Orientador/Presidente

_____

Prof. Dr. Daniel Estevão Ramos de Miranda/UFMS
Membro Titular Externo

_____

Profa. Dra. Maria Gabriela Guillén Carías/UFGD
Membra Titular Interna

APROVADO EM: ____/____/_____

“A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus de Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta. Passaram-se os séculos e a América Latina aprimorou suas funções. Ela já não é o reino das maravilhas em que a realidade superava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus da conquista, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais do que ganha a América Latina ao produzi-los”. **GALEANO, As veias abertas da América Latina, 2016.**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e minha irmã, que me apoiam e incentivam desde minha graduação, sem os quais teria sido impossível concretizar mais uma etapa dessa caminhada.

Ao meu orientador Marcilio R. Lucas, pela confiança, paciência, amizade e compreensão em todas as etapas do processo, sem os quais esta tese seria impossível.

A professora Maria Grabriela, do qual suas recomendações e orientações na qualificação foram essenciais para a conclusão do trabalho final.

Aos meus amigos, em especial Filipe, Raphael, Bruna, Gustavo, Carla e Isabelle. Amigos que estiveram a todos os momentos incentivando e apoiando de inúmeras formas. Companheirismos essenciais para o projeto final.

Aos meus amigos do programa de pós-graduação, principalmente Mariana, que sempre incentivou e pode acompanhar todo o processo.

A CAPES/CNPq pelo financiamento durante parte do processo de produção, do qual em meio à pandemia, foi de suma importância para realização do trabalho.

A todos meus amigos que em algum momento cruzaram essa caminhada, tocaram ideias, indicaram leituras, fizeram comentários sobre o tema.

A todos, sou muito grato!

RESUMO: Este trabalho tem como objeto o desenvolvimento industrial brasileiro pós-1930. A defesa de um desenvolvimento capitalista autônomo na América Latina foi o que permeio o debate político e intelectual durante todo o século XX na região. Essa possibilidade se mostrou possível pelas crises do capitalismo mundial, principalmente as duas Guerras Mundiais e a crise da bolsa de 1929. No Brasil, esse contexto externo será utilizado para propiciar a industrialização nacional tendo o Estado como principal investidor e uma defesa da política de substituição de importação como projeto de desenvolvimento industrial. Defende-se que o desenvolvimento industrial brasileiro esbarrou nos limites intrínsecos de sua dependência ao capitalismo imperialista. Ao observar a crise do modelo adotado e a necessidade de novas teorias como alternativas de desenvolvimento nacional, a conclusão é que o desenvolvimento de um capitalismo autônomo na região não é possível na realidade dependente.

Palavras Chaves: América Latina; desenvolvimentismo; industrialização; substituição de importações; dependência; superexploração.

ABSTRACT: This work has as its object the Brazilian industrial development after 1930. The defense of autonomous capitalist development in Latin America was what permeated the political and intellectual debate throughout the 20th century in the region. This possibility was made possible by the crises of world capitalism, mainly the two World Wars and the 1929 stock market crisis. In Brazil, this external context will be used to promote national industrialization with the State as the main investor and a defense of the substitution policy import as an industrial development project. It is argued that the limit of Brazilian industrial development bumped into the intrinsic limits of its dependence on imperialist capitalism. When observing the crisis of the adopted model and the need for new theories as alternatives for national development, the conclusion is that the development of an autonomous capitalism in the region is no longer possible in the dependent reality.

Keywords: Latin America; developmentalism; industrialization; import substitution; dependency; overexploitation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

TMD – Teoria Marxista da Dependência

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Introdução..... 12

Capítulo 1 - Desenvolvimentismo, dependência ou revolução - Dilemas do desenvolvimento industrial na América Latina: aspectos teóricos e históricos 19

1.1 - Sociologia americana, modernização e o desenvolvimentismo como categoria de análise..... 20

2 - CEPAL e desenvolvimentismo como ideologia..... 25

2.1 - Características estruturais do pensamento Cepalino..... 27

3 – Dependência latino-americana..... 31

3.1 – Desenvolvimento capitalista dependente-associado 35

3.2 – Teoria Marxista da Dependência 40

3.2.1 - Superexploração da Força de Trabalho..... 45

4 – Luta de Classe e revoluções na América Latina 49

4.1 – As lutas de classe em nível mundial..... 49

4.2 – Revolução Mexicana (1910 – 1924) 52

4.3 – Revolução Cubana (1959) 53

4.4 – Via Pacífica ao Socialismo Chileno (1970 – 1973) 54

Capítulo 2- Industrialização brasileira e o Nacional Desenvolvimentismo como política de um capitalismo autônomo 56

1 – Brasil e a gênese da sua acumulação industrial 58

1.1 – A dinâmica de Substituição de Importações..... 61

2 – Aspectos externos da industrialização brasileira do século XX 64

3 – Desenvolvimento econômico e industrial brasileiro: Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek e a Ditadura Militar 69

3.1 - Getúlio Vargas (1930 – 1945) e o pacto de 1937 70

3.2 – 'Ruptura da complementariedade' e o governo Juscelino Kubitschek 76

3.2.1 - Juscelino Kubitschek, desenvolvimento e Plano de Metas 78

3.3 Ditadura Militar: aspectos gerais da industrialização entre 1964 – 1985 83

Capítulo 3 - Fim do desenvolvimentismo? As alternativas postas para realidade latino-americana 89

1. O declínio do nacional desenvolvimentismo: aspectos gerais..... 89

2. Neoliberalismo no Brasil..... 92

3. Social Desenvolvimentismo 95

4. Novo Desenvolvimentismo 99

5. Considerações Finais..... 105

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 108

Introdução

O pós-segunda guerra trouxe uma tarefa árdua para as ciências sociais da América Latina: a necessidade de explicar as contradições do desenvolvimento capitalista na região e a sua integração à nova fase do capitalismo mundial, monopolística e imperialista, na qual se expunha as inerências do desenvolvimento dependente da região. O interesse do desenvolvimento de um capitalismo autônomo nacional era o que estava posto na realidade política e teórica que perpassava inúmeros países latino-americanos desde o final do século XIX e início do século XX. Essa possibilidade em si era baseada em inúmeras contradições internas e externas, desde as representações e práticas políticas nacionais, os interesses das burguesias nacionais e internacionais, os representantes das burguesias agrárias até os recém-nascidos representantes das burguesias industriais.

Como expõe Fernandes (2019), os países latino-americanos, desde sua descoberta e integração com os interesses dos países colonizadores, passaram por processos que sempre se caracterizaram por uma relação de dominação externa. Fernandes elencará quatro modelos históricos de exploração impostos na América Latina: A primeira será a do tipo colonial, na qual os recursos provenientes de tais localidades e da vida humana serão explorados de forma ilimitada, sempre ao interesse dos colonizadores e da coroa (Espanha e Portugal). A segunda forma de dominação, que o autor coloca como um neocolonialismo, no qual os países Europeus assumem a ruína do modelo colonial da primeira forma e assumem um modelo em que o maior interesse era o domínio do mercado de importação e exportação dos países da América Latina, e não a produção local explicitamente (Inglaterra será principal expoente dessa relação de dominação). O terceiro tipo de dominação será uma consequência da reorganização da economia mundial causada pela Revolução Industrial. Na mesma linha expositiva de Fernandes, Marini (1973) nos mostra como a descoberta dos países latino-americanos foram essenciais para que possibilitasse o acúmulo de capital nos países europeus e que os países assim conseguissem dedicar em grande medida o dispêndio de sua mão de obra interna na indústria, além dos mercados nacionais gerados. E por último, Fernandes coloca a dominação capitalista corporativa ou monopolista, que é feita através do domínio das grandes empresas multinacionais nos mercados latino-americanos, entrando e dominando todas as esferas da realidade desses países.

É principalmente entre o terceiro e o quarto tipo de dominação apontados que na América Latina se instauraram teorias e práticas políticas que enxergavam a viabilidade do desenvolvimento de um capitalismo autônomo na região e que, através de medidas e práticas políticas adotadas pelos respectivos países, conseguiriam alcançar o desenvolvimento autossuficiente como os países mais avançados dentro do sistema capitalista. Essa possibilidade visualizada no período se deu por inúmeros fatores, porém elencamos alguns que consideramos mais importantes que outros nessa breve exposição.

Como aponta Bambirra (2019), os três principais aspectos internacionais do período, que possibilitaram esse ideal de um desenvolvimento do capitalismo autônomo na América Latina, serão a guerra europeia de 1914 a 1918, a crise do capitalismo mundial em 1929 e, posteriormente, a segunda guerra mundial, que se dará entre 1939 e 1945. Os conflitos nesse período são conflitos imperialistas, que marcaram uma tentativa de reorganização da exploração mundial sobre territórios, fronteiras e mercados. Na América Latina, essa realidade internacional no início do século será aproveitada como uma oportunidade de realizar uma industrialização nacional forte em diversos países, a partir da qual esperava-se o desenvolvimento capitalista autônomo como realizado pelos países centrais na segunda revolução industrial.

Até então, como consequência da relação de subordinação em todas as relações constituídas com as economias centrais, os países latino-americanos tinham se especializado na produção de produtos agrícolas e produtos primários. Como consequência disso, a especialização na região se deu de forma quase generalizada em produtos para exportação e as especializações produtivas geralmente se baseavam em apenas um ou dois elementos, não possuindo diversificação na produção. Porém, em muitos países na região[1] desde final século XIX e início do século XX, como apontam Furtado (2019) e Tavares (1964), desenvolveram uma pequena industrialização voltada à produção de itens manufaturados de baixo nível e que atendiam uma demanda pequena da população interna, de baixa renda. Os produtos consistiam em tecidos, móveis, calçados e etc.

[1] Bambirra (2019) elencará países que começaram a sua industrialização antes e posteriormente a segunda guerra. Com isso, conseguimos identificar uma industrialização inicial em maior ou menor nível desde final do século XIX na região nesses países: Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia.

São esses países com uma pequena produção industrial já pré-estabelecida que conseguiram aproveitar as crises anteriormente mencionadas para uma política de substituição das importações e desenvolvimento de suas indústrias nacionais para satisfação das necessidades e fortalecimento do mercado interno. Bambirra (2019, p. 75) coloca essa possibilidade de realização principalmente por dois fatores existentes nessas sociedades: "(1) um mercado nacional já estruturado e (2) um setor industrial cujo processo produtivo estava organizado com base em relações capitalistas".

Nesse processo de industrialização, como veremos no decorrer do trabalho, também foi importante a redefinição que ela estabelecerá nas relações de classe dentro dos países da América Latina. O desenvolvimento industrial irá causar um aumento do proletariado urbano, o surgimento das camadas médias, surgimento da burguesia industrial e a redefinição das funções das oligarquias latifundiárias, mineradoras, comerciais e etc. que, contextualizados com as ideologias e situações políticas internacionais, será de importante caracterização para o entendimento do processo histórico do desenvolvimento industrial latino americano.

A industrialização da América Latina como forma de desenvolvimento do capitalismo autônomo na região vai ser representada principalmente pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), fundada em 1948 por um seleto grupo de economistas sob a liderança de Raúl Pebrisch. Bielschowky (1998, p.19) aponta como a CEPAL "desenvolve-se como uma escola de pensamentos especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos". Para Bielschowky (1998, p.19), uma das características das "ideias geradas e divulgadas pela CEPAL é o fato de que ela nunca foi uma instituição acadêmica, e que seu público-alvo eram os policy-makers da América Latina" justificando o porquê "por muito tempo a unidade e o escopo do "sistema de economia política cepalina" permaneceram desconhecidos". O autor posteriormente aponta que

> A comissão Econômica para a América Latina foi constituída em 1948, por uma decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1947. A criação ocorreu no contexto das queixas latino-americanas de exclusão com relação ao Plano Marshall e de falta de acesso aos "dólares escassos", que dificultava a reposição dos desgastados aparelhos produtivos da região. (Bielschowky, 1998, p. 26)[2]

[2] Acrescentamos também o interesse de controle da região aos interesses monopólicos dos EUA, a crise de 1929 e um controle também político na região contra a ofensiva comunista, principalmente representada pela URSS e posteriormente idealizada na revolução de Cubana.

Para Bielschowky (1998) a contribuição da CEPAL foi no que ficou conhecido como uma "economia do desenvolvimento". Através de uma teoria-estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano, Bielschowky (1998, p.16) aponta o princípio "normativo" que orienta a política cepalina, "a ideia da necessidade da contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana." [3].

É a partir desse debate que se desenvolve no Brasil um projeto político e econômico de desenvolvimentismo industrial como forma de criação de um capitalismo autônomo. Influenciado diretamente pelas concepções da CEPAL acerca da industrialização como caminho de desenvolvimento, o Brasil iniciará a partir da década de 1930 um processo de investimento estatal como base de construção da infraestrutura necessária para o surgimento do parque industrial e será o principal investidor financeiro nos projetos desenvolvimentistas nacionais até 1980.

Porém é no pós-segunda guerra mundial que os limites do desenvolvimentismo e a redefinição da dependência latino-americana será analisada de uma perspectiva diferente. É no contexto da Guerra Fria que os EUA como única potência hegemônica do capitalismo, irá mostrar qual o papel desempenhado pelos países latino-americanos dentro do capitalismo mundial. Em um período de conflitos com o bloco comunista dominado pela União Soviética e com outras revoluções acontecendo em todo mundo[4], a dependência da América Latina será realizada agora através de uma dominação principalmente corporativa das multinacionais e sob o imperialismo norte americano, com funções definidas dentro do sistema capitalista.

Essa nova caracterização das possibilidades nos países da América Latina será objeto de estudo dos teóricos que ficaram conhecidos como dependentistas. A escola da teoria da dependência, ao observar o período pós-segunda guerra, compreendeu os limites das possibilidades enxergadas pelos desenvolvimentistas no início do século e a nova reconfiguração mundial dentro do sistema capitalista, principalmente no que tangia a realidade dos países latino-americanos. Com isso, os dependentistas analisaram os limites das industrializações nacionais, do

[3] No segundo capítulo será melhor exemplificado a importância do Estado ao se analisar o desenvolvimento Brasileiro.
[4] Revolução Chinesa (1949), Revolução Cubana (1959), Revolução Vietnamita (1946 -1954), Revolução da Coréia do Norte (1950) e etc.

desenvolvimento do capitalismo na região e as possibilidades viáveis como explicações dos contextos históricos postos na realidade latino-americana.

Com a crise do projeto desenvolvimentista na América Latina na década de 1980 e com a inserção das políticas neoliberais impostas pelo centro como solução à crise enfrentada pelos países dependentes, o resultado será um cenário de reprimarização das economias e o encerramento das políticas que pretendiam um desenvolvimento capitalista nacional através da industrialização nos países latino-americanos. No Brasil, como alternativa ao desastre das políticas neoliberais, surgem-se dois projetos políticos como respostas a uma nova possibilidade de crescimento e desenvolvimento nacional, dos quais ao final se mostram limitados e impossibilitados de superarem a dependência dos países da América Latina aos países imperialistas. Porém, analisaremos brevemente como essas propostas surgiram e se colocaram em alternativa na realidade política e econômica brasileira.

A hipótese principal abordada no trabalho é que o Nacional Desenvolvimentismo aproveitou o momento de instabilidade política e econômica do capitalismo mundial na virada para o século XX e estabeleceu um projeto de industrialização como caminho de desenvolvimento de um capitalismo autônomo e de alcance aos países centrais, considerados avançados. Essa industrialização foi possível através da conjunção de alianças de classes internas e externas, utilização da máquina do Estado como principal investidor necessário às modificações estruturais e através da superexploração do trabalho como principal propiciador para acumulação de capital. Através do estudo da industrialização brasileira, demostraremos os limites dessa possibilidade.

Defende-se que a industrialização em muitos países na América Latina e no Brasil especificamente, lograram na consecução de seus projetos de desenvolvimento do parque industrial. Porém, por mais que a industrialização tenha sido efetiva e encontrado experiências extraordinárias de avanços tecnológicos e de produção (no Brasil, o período do Plano de Metas e do milagre econômico são excelentes exemplos), essas transformações não foram suficientes para efetivarem a autonomia econômica capitalista do país ou trazerem avanços sociais a essas localidades, nas quais se verifica um crescente aumento de desemprego, exploração e mais dependência.

A tentativa de desenvolvimento autônomo esbarrou na realidade dependente da economia latino-americana. Em suma, buscamos explorar através dos projetos de desenvolvimento realizados no Brasil pelos governos nacionais a partir de 1930, as possibilidades por eles enxergadas, os objetivos definidos, os meios utilizados, os resultados obtidos e os limites encontrados para a industrialização brasileira. Essa trajetória dialogará com o debate realizado anteriormente sobre as alternativas para América Latina e as alternativas posteriores a sua crise.

Essa pesquisa constitui-se de uma pesquisa teórico-bibliográfico. Através de diversas produções acadêmicas, fez-se uma análise bibliográfica sobre o tema proposto. Realizou-se uma revisão da literatura nas principais fontes acadêmicas disponíveis: livros, periódicos, dissertações de mestrados, teses de doutorado e artigos acadêmicos. Investigou-se o debate sobre a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo na região e as alternativas possíveis. Posteriormente fez um estudo de caso da industrialização brasileira, para dialogar com o debate proposto anteriormente e ao fim, com a impossibilidade apresentada, mostrou-se as novas alternativas encontradas na realidade brasileira.

No **primeiro capítulo** se faz de extrema importância o resgate do debate teórico que permeou o início do século XX e que foi de fundamental importância para o projeto desenvolvimentista na América Latina. Para isso contextualizaremos a realidade objetiva em que se encontrava o capitalismo global, prosseguiremos em como essa realidade influenciou os pensadores latino-americanos e quais foram os principais órgãos representativos de tais engajamentos. Contextualizaremos a influência da sociologia americana, do pensamento desenvolvimentista, modernizante e etapista da região até suas crises como método prático e teórico. E por fim, finalizaremos com uma contextualização das duas principais correntes dependentistas surgidas após década de 1960 e os processos revolucionários realizados na América Latina como uma possível alternativa a via de desenvolvimento do capitalismo na região.

No **segundo capítulo** pretendemos estudar o projeto de industrialização como condição essencial de desenvolvimento econômico e social. Analisaremos os três principais períodos considerados essenciais para a transformação do parque industrial brasileiro e quais foram às medidas e planos adotados por cada período específico. Através da análise desses projetos e governos, conseguimos destacar as relações de

classe dentro da sociedade brasileira, os limites da dependência nacional inserido em um capitalismo global e as consequências para classe trabalhadora nesse processo.

E por último, no **terceiro capítulo** pretendemos mostrar as possibilidades postas à realidade latino-americana após a crise do desenvolvimentismo baseado na industrialização e substituição de importações no Brasil. Analisou-se o neoliberalismo de 1990 no Brasil e posteriormente suas variantes políticas representadas pelos dois principais partidos nacionais posteriores a redemocratização.

Capítulo 1 - Desenvolvimentismo, dependência ou revolução - Dilemas do desenvolvimento industrial na América Latina: aspectos teóricos e históricos

As décadas de 1960 e 1970 são consideradas os anos de ouro do debate intelectual latino-americano. Entretanto, esses debates do período podem ser considerados uma continuação progressiva da realidade intelectual que os cientistas sociais, economistas, historiadores e etc. vinham se propondo a compreender nas nuanças da realidade latino-americana desde o início do século XX, período esse compreendido por crises do capital, guerras imperialistas, independências coloniais e revoluções.

Para atual compreensão da realidade latino-americana, se faz necessário um retorno às teses principais que influenciaram, estudaram e propuseram caminhos e alternativas as problemáticas surgidas desde sua inserção na dinâmica capitalista. Essa revisão é uma forma de elucidação das realidades e alternativas postas para os países da região.

O desenvolvimento econômico e industrial se torna tema central na virada do século XX, principalmente após as economias nacionais serem afetadas diretamente pela crise causada pela primeira e segunda guerra mundial, quebra da bolsa de 1929 e pelas revoluções. Essas crises evidenciaram a debilidade das economias nacionais latino-americanas, e é nesse cenário conturbado que surgirão lideranças políticas, órgãos governamentais e institutos comprometidos com o desenvolvimento da região. Porém, é através dessa realidade que as concepções e caminhos divergiram.

Neste capítulo, pretende-se resgatar algumas das discussões teóricas que permearam o período, para posteriormente compreendermos os caminhos adotados para o desenvolvimento econômico brasileiro. Primeiro iremos diferenciar o desenvolvimentismo propagado na América Latina e a teoria da modernização, prosseguindo com a caracterização da CEPAL e o sua influência na região. Posteriormente, explicaremos o surgimento da teoria da dependência como debate acerca dos limites postos pelo desenvolvimentismo e às caraterísticas intrínsecas no desenvolvimento dos países dependentes. Por fim, faremos uma retomada histórica das lutas de classe e das revoluções latino-americanas no século XX.

1.1 - Sociologia americana, modernização e o desenvolvimentismo como categoria de análise

Para contextualizar o desenvolvimentismo, Fonseca (2015) nos coloca que;

> Desenvolvimentismo pertence à mesma família de termos como "ortodoxia", "neoliberalismo" e "keynesianismo", os quais servem para designar alternativamente duas coisas por certo indissociáveis, mas que não são exatamente o mesmo nem do ponto de vista epistemológico, nem na prática cotidiana: *i)* um fenômeno do "mundo material", ou seja, um conjunto de práticas de *política econômica* propostas e/ou executadas pelos formuladores de políticas, isto é, fatos concretos ou medidas "reais" que compartilham um núcleo comum de atributos que os caracteriza como tal; e *ii)* um fenômeno do "mundo do pensamento", ou seja, um conjunto de ideias que se propõe a expressar teorias, concepções ou visões de mundo. Estas podem ser expressas: *i)* como *discurso político*, por aqueles que as defendem ou as criticam (e que mais usualmente se denomina ideologia – outro termo polissêmico); ou *ii)* para designar uma *escola* ou *corrente de pensamento*, ao abranger teorias e estudos segundo cânones reconhecidos como saber científico. (Fonseca, 2015, p. 8).

Ribeiro (2007) caracteriza como é importante entender e estudar a construção das ciências sociais nos pós Segunda Guerra. O autor vai abordar como no contexto da Guerra Fria, a construção da "teoria da modernização" e das "teorias do desenvolvimento" vão ser artifícios para as ciências sociais "no sentido de instrumentalizar o poder de Estado e suas políticas, quanto também, ao mesmo tempo, de criar os quadros de pensamento e reflexão com os quais se apreende a realidade social e se pretende intervir nela, para transformá-la, ou mantê-la". (Idem, p.16).

Ribeiro (2007), em sua tese sobre Rostow e a influência dos cientistas sociais norte-americanos na sociologia da época, nos trará informações cruciais para o entendimento de como a ciência e a política andaram juntas em uma construção pensada de antemão. Sua abordagem mostra como os significados imprimidos para a legitimidade das concepções de "desenvolvimento" nascem e são produzidas dentro de centros universitários norte-americanos posteriormente às suas aplicações já na prática pelo governo estadunidense. Para o autor,

> Se elas legitimam ou justificam a nova estratégia que passa a caracterizar a política externa dos Estados Unidos, essa legitimação ou justificação não é feita propriamente pelo poder de Estado ao se apropriar de formulações científicas objetivas, independentes, anteriores. Ao contrário, o conhecimento "teórico" legitimador é uma produção acadêmica que se oferece como suporte "teórico" a uma política de Estado que já vinha sendo praticada. Cabe lembrar que tal suporte é tanto mais eficaz quanto mais se reconheça o seu caráter teórico e a sua origem acadêmica, o que presumivelmente lhe confere cientificidade, e daí objetividade e veracidade. (Ribeiro, 2007, p. 23).

Ribeiro (2007, p. 24/25) continua sua explicação de como os cientistas em suas condições de cientistas, vão se pronunciar a partir do campo específico da ciência, usufruindo de seus prestígios conferidos pela própria ciência, ou seja, utilizando de sua autoridade científica para se articular com o poder e desta articulação produzir ideologia. Surge assim então, a partir do fim da Segunda Guerra e a partir da Guerra Fria, "o que se convencionou chamar desenvolvimento" e "teoria do desenvolvimento" ou modernização.

> Não se pensava o redesenho do poder no mundo apenas no sentido das áreas devastadas pela guerra e da redefinição da soberania dos países diretamente envolvidos. Mas também e até principalmente no sentido da expansão capitalista para novas áreas, especialmente para o chamado "terceiro mundo". Curiosamente, esta perspectiva econômico-política de expansão é definida por meio da nova situação de pós-guerra como sendo ainda uma situação "de guerra", embora não mais fundamentalmente a quente, Guerra Fria, portanto: o novo "estado de guerra" derivaria da necessidade de conter uma outra expansão, a suposta expansão comunista. Ocorre aí uma interessante troca de posições entre econômico e o político: processa-se um deslocamento do foco econômico da expansão capitalista para o foco político da contenção do comunismo; mas, para conseguir essa contenção política, define-se como estratégia privilegiada a expansão econômica nas áreas-alvo: "o desenvolvimento" do chamado terceiro mundo, desenvolvimento este que coincide exatamente com a expansão do capitalismo para áreas desde então designadas como "subdesenvolvidas". Nos termos das teorias propostas, tais áreas precisam ser "ajudadas" economicamente (*economic aid*), para com essa ajuda poderem alcançar a condição de "desenvolvidas" e com esse processo barrar a expansão comunista, supostamente mais provável sob condições de miséria ou de "subdesenvolvimento". (Ribeiro, 2007, p. 25-6)

Porém, é nesse ponto que entra em choque duas concepções muitas vezes confundidas sob uma mesma rubrica. O que comumente conhecemos como teoria do desenvolvimento[5] difere da concepção da teoria da modernização. Para título de conhecimento, resolvemos diferenciar essas duas concepções tão importantes para compreensão dos debates ocorridos no período.

> Michael Adas afirma que, após a Segunda Guerra, o paradigma da modernização tomou o lugar da missão civilizadora como ideologia de domínio Ocidental. Desta vez, diferentemente dos impulsos da expansão colonial dos séculos XVIII e XIX, não mais os missionários, viajantes e mercadores europeus colocavam-se como os porta-vozes deste projeto, mas os cientistas sociais que formularam uma nova ideologia "muito mais sistemática e coerentemente articulada do que sua predecessora". Novas hierarquias abordando os níveis de desenvolvimentos – primeiro, segundo,

[5] A teoria sobre o desenvolvimento econômico oriunda dos centros de pensamentos centrada nos Estados Unidos ficou conhecida na América Latina como teoria da modernização. Na literatura latino-americana nós classificamos como teoria do desenvolvimento econômico ou do desenvolvimentismo às análises e concepções geradas a partir da realidade dos países periféricos.

> terceiro e (posteriormente) quarto mundo; pós-moderno, moderno, tradicional, primitivo; "maduro", em desenvolvimento e subdesenvolvido – substituíram os termos de outros tempos, mais precisamente a escala civilizado/bárbaro/selvagem que serviu como padrão durante a expansão colonial. (ADAS, 2003, p. 35 Apud Silva, 2013, p. 176-7).

A teoria da modernização foi uma estratégia adotada pelos EUA e posteriormente validada teoricamente pelas suas ciências, principalmente as sociais e econômicas para uma modernização ou "americanização" dos países não considerados desenvolvidos dentro do capitalismo mundial. Não podendo usufruir mais de uma dominação econômica estritamente nos moldes coloniais, a concepção de modernização foi o meio encontrado para adentrar os territórios Asiáticos, Africanos e principalmente Latinos Americanos como uma forma de luta contra o comunismo e de avanço do capitalismo norte americano, principalmente no pós 1945 e durante a guerra fria, tendo seu auge nas décadas de 1950 e 1960.

Silva (2013) caracteriza bem o que podemos definir por uma ideologia modernizante, propagada e posta em prática nos países considerados subdesenvolvidos. A teoria da modernização propagava que o desenvolvimento aos moldes dos países mais avançados seria um processo pelo qual todos os países passariam. Porém, para esse processo poder ocorrer, deveria haver ajudas e intervenções externas das economias já desenvolvidas, principalmente a estadunidense.

> Desta forma, durante a Guerra Fria, identificando as "deficiências" dos países em "desenvolvimento", os proponentes da Teoria da Modernização fizeram ecoar velhas representações do poder Ocidental e as utilizaram política, econômica e administrativamente como forma de definir uma trajetória particular: uma evolução em termos de progresso. (Silva, 2013, p. 177).

Adas (2003) Apud Silva (2013) continua que esse processo modernizante colocaria as nações que até então apenas haviam se especializado durante o processo histórico como supridores de matérias-primas para os países em processo de industrialização, como futuras nações competitivas dentro de um mercado de livre-comércio no capitalismo Mundial. Todavia, esse processo não ocorreria da mesma forma como ocorreu nos processos de industrialização ou desenvolvimento das antigas nações. A questão chave da teoria da modernização era a necessidade do capital externo ou dos países desenvolvidos nesse processo de modernização dos países subdesenvolvidos, através de investimentos, empréstimos, exportações de tecnologias etc.

Essas práticas políticas já são percebidas antes do fim da Segunda Guerra mundial (Ribeiro, 2007), ficando mais evidente nas políticas do governo Harry S. Truman pós-1945, cujas políticas modernizantes foram aspectos principais de seu governo, como forma de combater o comunismo nos elos fracos do capitalismo (países subdesenvolvidos). Dois planos que ilustram bem suas políticas nos países subdesenvolvidos, com a ideia de levar o capitalismo modernizante norte americano ao resto do mundo, são percebidos na criação do Programa Ponto Quatro (Point Four Program) e a Aliança pelo Progresso[6]. Ambas tinham como objetivos levar tecnologia, investimentos e desenvolver o capitalismo nos países ainda considerados atrasados, assim como frear as aspirações comunistas existentes nessas localidades.

Grande parte dessas políticas são visualizadas antes da validação das ciências sociais e econômicas norte-americanas à teoria da modernização como prática científica. Rostow, o principal expoente dessa corrente, ativo diretamente nas políticas do governo Truman, escreve sua principal obra *"Etapas do desenvolvimento econômico – um manifesto não comunista"* entre 1958 e 1959[7], no qual as políticas propagadas pela teoria já se percebiam em prática fortemente. Porém, por mais que tenha influenciado diretamente inúmeras políticas e estudiosos na América Latina, é no solo dos países latino-americanos que nascerá uma concepção própria e diferenciada, a ideologia desenvolvimentista.

---

[6] "A Aliança para o Progresso surgiu no contexto da Guerra Fria, período em que a ameaça comunista colocava em xeque o chamado "terceiro mundo", em especial a América Latina, isto conduziu os Estados Unidos a uma mudança paradigmática na política externa para a América Latina; uma política de "generosidade" econômica e estratégica. Os EUA teriam, assim, adotado a "[...] convicção de que seu próprio bem-estar dependia do bem-estar de outros países, que a prosperidade americana não podia existir na ausência de uma prosperidade global." (KAGAN, 2003 apud RIBEIRO, 2007). Essa mudança se dá em grande medida principalmente após o sucesso da revolução cubana em 1959, que faz os Estados Unidos mudar a relação direta com os países da América Latina. Assim, Kennedy, como nenhum outro presidente americano, imputou grande valor às relações intercontinentais e ainda que retificadas com nuanças mais conservadoras por Johnson, um grande montante de ajuda financeira e técnica para a América Latina estendeu-se até 1969." (Matos, 2008, p. 359).

[7] Rostow foi o maior propagador das teorias modernizantes na década de 1950 e 1960, sua tese defendia que todos os países passavam por estágios para alcançar o desenvolvimento. Rostow com isso irá elencar as cinco etapas de desenvolvimento econômico que ele atribui a todas as sociedades: *1 Sociedade tradicional*, basicamente uma sociedade agrícola de pouco desenvolvimento científico, com métodos fixos de produção. *2 Precondições para o arranco*, etapa em que surgem os primeiros bancos e investimentos em transportes e matérias primas. Ainda de forma tradicional e lenta, iniciam-se os primeiros investimentos em indústrias nacionais aliados a um Estado forte. *3 Arranco propriamente dito*, o desenvolvimento perde os traços nacionais que os tornavam lentos, é a etapa que desenvolvimento se torna normal naquela sociedade e ocorre um massivo reinvestimento das indústrias nacionais através de seus capitais. *4 Marcha para a maturidade*, algo ocorrido em poucas sociedades até então, que é a fase que as nações recolhem os frutos do investimento na ciência e tecnologia que se espalha grandemente na economia. *5. A era do consumo*, também conhecida como a fase do *Take-off*, seria quando a população se beneficiaria das consequências do desenvolvimento da nação, o "*Welfare State".*

Fonseca (2015) aborda como a ideologia e as experiências desenvolvimentistas encontram-se desde meados do século XIX, porém é a partir da grande depressão causada pelo crash da bolsa de 1929 que se percebem práticas e políticas em quase todos os países latino-americanos nessa perspectiva. O desenvolvimentismo como "programa ou guia de ação (...) trata-se, portanto, de *política econômica implementada deliberadamente*, pois supõe ato volitivo, portador de consciência e vontade para alterar certa situação existente e dar-lhe outro rumo". (Idem, p.23). Essas práticas políticas podem ser percebidas pelas elites (dirigentes, econômicas, civis ou militares) que assumiram os poderes de Estado após as independências coloniais nos países latino-americanos, nos quais muitos perceberam problemas estruturais a serem superados[8]. Porém, o pensamento teórico desenvolvimentista só vai ser formulado e consolidado nas décadas de 1950 e 60.

> Para tanto, foi fundamental a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e sua capacidade para catalisar e difundir trabalhos clássicos de nomes como Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, Maria da Conceição Tavares e José Medina Echevarría, entre outros. (Fonseca, 2015, p. 8).

Fonseca (2015), a partir de uma síntese de inúmeros autores que abordam o conceito do desenvolvimentismo, elenca três características comuns que nos possibilitam entender sua definição ou como o autor diz "um possível núcleo comum" (Idem, p.20):

> 1. A existência de um *projeto deliberado* ou *estratégia* tendo como objeto a nação e seu futuro. Esta pode ser associada, com certa licenciosidade, a *projeto nacional*, desde que não se entenda por isso repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a nação como epicentro e destinatária do projeto.
> 2. A *intervenção consciente e determinada do Estado* com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho do Estado e com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade.
> 3. A industrialização como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário. (Fonseca, 2015, p. 15).

Porém, Fonseca (2015) assinala que para os autores compilados, o desenvolvimentismo só pode ser um fenômeno circunscrito a economias capitalistas,

[8] Interesses esses que em sua grande maioria vão de encontro com as burguesias agrárias ou são readaptadas aos interesses das burguesias nacionais posteriormente.

salientando que a máxima comum se constitui “em que os governos precisariam constituir base social e política para executar o projeto”. (Idem, p.21).

Os teóricos do desenvolvimentismo rompem com a máxima propagada pelos teóricos modernizantes. Os processos históricos que regeram o desenvolvimento nos países do centro capitalista se vinculavam a outro contexto histórico e econômico, não possuindo a mesma validade para os países latino-americanos. Nos moldes do pensamento Cepalino, o subdesenvolvimento não era decorrido de um “atraso” e sim de um “fenômeno histórico e estrutural”. (Fonseca, 2015, p. 23).

Para a teoria desenvolvimentista, o desenvolvimento econômico de cada país se daria a partir de realidades diferentes de uma nação para a outra. Os problemas enfrentados no seu processo de desenvolvimento levariam em questão os problemas específicos de cada região ou realidade social. Por isso a explicação da realidade ou dos processos necessários para desenvolvimento econômico não caberia em uma lei geral aplicada a todas as realidades como propagado pelos centros.

2 - CEPAL e desenvolvimentismo como ideologia

O início do século XX ficou conhecido como um período de crises e guerras com proporções globais como apontados anteriormente. O período entre guerras é assolado principalmente pela quebra dos valores liberais de cidadania. O período marcado pela revolução soviética e posteriormente pela crise da bolsa de 1929, faz surgir movimentos conservadores e revolucionários que vão repensar a predominância dos valores dos regimes liberais democráticos como modelos econômicos, sociais etc. a serem seguidos.

Como visto anteriormente, o período de guerras do início do século XX também redesenhou um novo mapa mundial entre os países metrópoles e colônias. Santos (2000) aborda como a América Latina apesar de ser, desde o século XIX uma zona de Estados independentes, ela vai ser totalmente influenciada pelas aspirações de independências políticas e econômicas agora das antigas colônias. Para Santos, a América Latina desejou “uma independência política real das pressões diplomáticas e intervenções políticas e militares da Inglaterra, sobretudo até 1930, e dos Estados

Unidos depois da Segunda Guerra" [9] (Idem, p.8). O autor completa que a independência econômica precisaria viabilizar o desenvolvimento e o bem social dos Estados Nacionais.

O início dos anos de 1930 foi marcado pela crise econômica mundial e é nesse contexto econômico que ocorre um crescimento maciço da intervenção estatal, principalmente baseados pelas teorias keynesianas, como forma de superação desse novo quadro de recessão. Na América Latina, com economias praticamente especializadas em exportações de produtos primários é que líderes regionais de diferentes ideologias políticas veem a oportunidade de promoverem a industrialização. É neste cenário que os economistas começam a enxergar uma oportunidade de desenvolvimento dos países latino-americanos. A CEPAL vai ser considerada o maior expoente dessa escola que será conhecida como uma escola desenvolvimentista. Com toda a influência deste contexto entre guerras, crises mundiais, independências coloniais, e regulação econômica estatal, Santos (2000, p.8) aborda como a CEPAL em seu surgimento não poderia "escapar da influência deste novo clima econômico, político e espiritual". Em relação a isso, Rodrigues afirma que,

> A crise econômica internacional que marcou a década de 1930 trouxe consigo necessidades adaptativas na periferia na medida em que diminuiu a demanda pelas importações de seus produtos, prejudicando o seu principal meio de obtenção de divisas. Dessa forma, passou-se a investir em um desenvolvimento "para dentro" que fosse capaz de produzir bens antes importados. Posteriormente ao fim da Segunda Guerra Mundial o processo industrializante da América Latina foi acompanhado pela entrada de capital estrangeiro, sobretudo norte-americano, através de multinacionais e empréstimos. No âmbito internacional as teorias liberais entraram em crise e desenvolveu-se um esforço de análise dos processos específicos de formação dos países periféricos, entretanto, esses autores, advindos dos grandes centros econômicos, não foram capazes de compreender a estrutura interna latino-americana. (Rodrigues, 2008, p.3).

Em sua análise sobre origem da Cepal, Bielschowky (1998) identifica quatro traços analíticos no decorrer da história da Cepal:

> O primeiro diz respeito ao método. Trata-se do enfoque histórico-estruturalista, baseado na ideia da relação centro-periferia; dois outros referem-se a áreas temáticas: Análise da inserção internacional e análise dos condicionantes estruturais internos (do crescimento e do progresso técnico, e das relações entre estes, o emprego e a distribuição de renda); por último,

[9] A influência Norte Americana já se fazia presente na América Latina fortemente pós-primeira guerra mundial. Essa presença se devia a uma disputa de mercados, nos quais os EUA começavam a substituir os países centrais Europeus na reordenação de influências e territórios. Porém é só depois da segunda guerra mundial que será possível considerar os EUA como principal potência hegemônica do capitalismo.

> encontra-se o plano da análise das necessidades e possibilidades de ação estatal. (Bielschowky, 1998, p 17)

Bielschowky (1998) aborda que a instalação da perspectiva estruturalista no centro das análises da CEPAL é decorrência direta do "objeto de reflexão a que a instituição se propunha" (Idem, p.20). Os exames teóricos partiam da estrutura econômica subdesenvolvida dos países latino-americanos e seus processos produtivos que eram considerados uma herança do período exportador primário. Ou seja, para Bielschowhy o método estruturalista cepalino, teve "como função intencional defender a importância de entender o subdesenvolvimento como contexto histórico específico, que exige teorização própria". (Bielschowhy, 1998, p.23).

Para Bielschowski (2000), a importância da Cepal se destaca principalmente por ela se torna o a principal fonte no âmbito mundial de estudos da realidade latino-americana. Também possuiu grande importância por ser o único centro da região que estabeleceu um método analítico próprio de análise da realidade. Isso porque, por possuir condições periféricas e características próprias[10], a América Latina não possuía formulações explicativas da sua realidade dentro das principais teorias econômicas da história.

A Cepal desde sua fundação vai se constituir como uma instituição de perspectiva estruturalista, histórico-estrutural, baseado na ideia de centro-periferia e de como se dava a inserção das variantes internas no processo produtivo dos países periféricos nas relações econômicas. Basicamente uma explicação do subdesenvolvimento da região pela forma que sua inserção dentro do capitalismo foi gerada e a possibilidade de desenvolvimento através de medidas políticas que viabilizassem uma industrialização através da realidade objetiva posta na América Latina no período.

2.1 - Características estruturais do pensamento Cepalino

Prebisch (1949) via no interim entre as duas guerras mundiais e a crise do capitalismo de 1929, possibilidades de desenvolvimento para América Latina antes sem espaços no capitalismo mundial. O desenvolvimento apenas em exportações de

[10] Principalmente pelos padrões de dominações externas apontados anteriormente por Fernandes e pelas funções realizadas pelos países latino-americanos dentro da economia capitalista mundial com suas poucas especializações voltadas para o mercado exportador.

produtos primários impossibilitou aos países da América Latina as benesses desfrutadas pelas populações dos países industrializados, causando uma discrepância nos padrões de vida das massas de ambos os lugares. Ele mostra como isso também afeta a força de capitalização de ambas às regiões, já que uma poupança só é possível exclusivamente a partir do aumento da produtividade. Assim, Prebisch (1949) conceitua "a importância fundamental da industrialização dos novos países. Ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas". (Prebisch, 1949, p.72).

O interesse principal dos teóricos cepalinos em seus estudos era conseguir compreender qual era a função exercida pelos países subdesenvolvidos, em especial os países da América Latina, no fluxo do comércio internacional e da divisão internacional do trabalho dentro do capitalismo Mundial. Os teóricos assumiram como função primordial de seus estudos uma forma de proporcionarem alternativas e propostas frente aos pensamentos ortodoxos[11] sobre as possibilidades e rumos a serem tomados pelas economias latino-americanas.

A principal crítica dos teóricos cepalinos, principalmente Prebisch e Furtado, se constituía ao que ficou conhecido como a teoria das vantagens comparativas, que era um pensamento propagado por economistas dos centros capitalistas que compreendiam dentro do comércio internacional um benefício mútuo entre as nações que realizavam trocas comerciais de seus principais bens característicos de produção. Ou seja, dentro das vantagens comparativas, os países especializados em produção e exportações de itens primários não precisariam se preocupar em se especializarem em produtos manufaturados e não precisariam se industrializar. Através da troca com os países já desenvolvidos, eles se beneficiariam dos progressos tecnológicos já característicos da especialização desses centros.

Para Prebisch (1949) (1952) um desenvolvimento da América Latina se daria através da superação das limitações desse tipo de crescimento especializado característico das economias periféricas e, para isso, ele colocava a industrialização

[11] Mesmo a influência mencionada em grande medida no tópico anterior pelas ciências dos países hegemônicos, os teóricos cepalinos em grande medida desenvolviam prognósticos a partir das realidades regionais, não importando totalmente as teorias explicativas centrais, por mais que em muitas vezes acabassem sendo influenciados.

como fator predominante. Prebisch defendia um novo tipo de rearranjo da relação centro-periferia, em que o autor defendia uma restruturação da estrutura produtiva interna, através de uma modernização via industrialização. Isso permitiria um poder de negociação aos países periféricos que permitiria extrair vantagens nas relações de troca e principalmente escapar, pelo menos em certo nível, das desvantagens da tendência à deterioração dos termos de troca[12].

Os Cepalinos colocavam a importância do Estado nesse processo de industrialização, pois este devia adotar uma política protecionista e priorizar a industrialização interna. Porém, Prebisch era consciente da debilidade e fragilidade das economias latino-americanas, sendo assim, ele via a importância dos investimentos e das negociações externas. O protecionismo não deveria colocar barreiras nas negociações comerciais, mas conseguir extrair o máximo de vantagens para as políticas de industrialização interna. Eles reconheciam também a importância do aprimoramento de bens primários, já que era um dos principais recursos de transações comerciais que permitiam aos países ainda carentes de bens tecnológicos, estas importações. "A solução não está em crescer à custa do comércio exterior, mas em saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico." (Prebisch, 1949, p. 73).

Os teóricos Cepalinos e principalmente Prebisch também possuíam uma preocupação quanto à elevação da qualidade de vida e consumo da população nos países periféricos. Quanto a isso, Prebisch defendia uma melhor redistribuição de renda, aumento do nível de consumo e salários das massas, uma maior quantidade de empregabilidade que conseguisse absorver a elevada mão de obra disponível nos países subdesenvolvidos, principalmente a mão de obra não qualificada, característica predominante nessas localidades e uma reorientação das práticas de gastos das elites locais, que propiciasse um reinvestimento com propósitos de interesses nacionais. Aqui o Estado também teria uma função predominante em conseguir através de políticas e intervenções tais funções. Para Prebisch, quanto maior o nível social, maior os gastos e elevação do padrão de vida da população e quanto maior a diversificação de produtos produzidos internamente, menor a quantidade de dependência externa, possibilidade de uma criação de fundos de reservas e reinvestimentos.

[12] Os países com especializações em produtos primários ou com poucas diversificações produtivas tenderiam a levar desvantagens nas relações com os países industrializados.

> Em tese, a teoria das vantagens comparativas sugere que o bem-estar das nações seria incrementado pela interação comercial internacional na medida em que lhes permitiria se especializar apenas na produção em que apresentassem maiores vantagens comparativas. Entretanto, como bem demonstra Prebisch, esse incremento de bem estar só se observara nos países do centro, explicação que realiza com base na observação da tendência à deterioração dos termos de troca dos bens primários (exportados pelos países periféricos) relativamente aos bens manufaturados (exportados pelos países centrais). (Cardoso, 2012, p. 110).

Cardoso (2012) nos demostra duas concepções teóricas abordadas por Prebisch (1952): "A de que a industrialização seria a forma de crescimento imposta pelo progresso técnico aos países latino-americanos periféricos, e a de que esse crescimento traria implícita uma tendência ao desequilíbrio externo." (Cardoso, 2012, p. 111). Basicamente ela explica que isso ocorreria pelas "transformações geradas pelo progresso técnico", tanto do lado da oferta quanto da demanda. A primeira devido às formas mais desenvolvidas de produção, trazendo a redução da importância dos produtos primários sobre os produtos finais e a segunda, relacionada aos novos padrões de consumo, também diminuiria a importância dos produtos primários, redirecionando para os bens mais elaborados. Isso faria com que o desequilíbrio externo fosse diminuído e houvesse um "crescimento ordenado da economia". (Idem, p.111).

Cardoso (2012) também nos mostra como Prebisch tinha a preocupação com a especialização apenas no quesito de bens primários, à medida que os países desenvolvidos continuassem seus progressos tecnológicos, eventualmente eles melhorariam a eficácia da utilização de suas próprias produções primárias, mais eficazes com uso tecnológicos, tornando-se por vezes autossuficientes em suas produções e em outros casos, concorrentes no comércio mundial, com produtos melhores e mais desenvolvidos.

Prebisch (1949) também faz uma interessante análise quanto aos ganhos da classe trabalhadora nos centros e na periferia. O autor aborda que nos ciclos do capital, quando o capital estava em crescimento, as classes trabalhadoras dos centros se beneficiavam através da participação nos lucros e melhorias salariais, porém em momentos de crise, não eram refletidas totalmente como perda desses direitos adquiridos, isso se dava principalmente pela união dos trabalhadores em sindicatos organizados. O mesmo não se refletia nos países subdesenvolvidos, nos quais em períodos de ascendência do capital não se via repassado a elevação dos lucros nos

salários ou em uma melhor distribuição da renda[13]. E nas fases de crises, os lucros caiam e os salários despencavam, principalmente pelo excedente de mão de obra característico dos países subdesenvolvidos.

Por fim, os teóricos da Cepal também colocam como função do Estado a responsabilidade por organizar a produção e da diversificação dos produtos nos quais se especializar, necessários para o crescimento econômico e o desenvolvimento. No sentido de saber fazer uma definição dos produtos essenciais no processo de industrialização, das importações e também o direcionamento da produção interna, ou seja, administrar o que produzir para o mercado interno e externo e assim conseguir fazer o desenvolvimento ser um processo real das economias subdesenvolvidas.

As políticas de diversificações internas e propiciadoras de industrialização, no entanto acaba não produzindo o desenvolvimento dos países latino-americanos ao patamar dos países centrais. É a partir da crise do desenvolvimento capitalista dependente que surge na América Latina a teoria da dependência como forma de explicar os limites do desenvolvimentismo na região.

3 – Dependência latino-americana

O desenvolvimento industrial na América Latina se mostra insuficiente como gerador de um capitalismo autônomo e autossuficiente, sendo incapaz de reproduzir as experiências bem sucedidas das economias centrais. Mesmo os países mais avançados industrialmente ao final da década de 1960 e 70 estavam submetidos à total dependência econômica e política perante a economia internacional, ou seja, os objetivos traçados pelos teóricos e políticos desenvolvimentistas não conseguiram ser alcançados.

A realidade também comprovava os equívocos das teorias modernizadoras propagadas nos países centrais. A realidade na América Latina, depois de mais de 20 anos de intensa industrialização, foi que os benefícios dessas industrializações se deram a um número restrito de proprietários, enquanto para a sociedade civil e trabalhadora percebeu-se a elevação da miséria, aumento do grau de exploração do trabalho, da

[13] No estudo sobre o desenvolvimento da industrial brasileiro isso ficará evidente no "Milagre econômico", pois caracterizou-se como um período de grande crescimento industrial e, ao mesmo tempo, de maior desvalorização salarial da classe operária brasileira.

alienação, da opressão, da destruição ambiental, má distribuição de renda e etc., refletindo nas insatisfações externadas no período[14]. Essas contradições enxergadas nos processos de desenvolvimentismo na América Latina é que impulsionará elucidações a cerca dos limites colocados pela posição dependente no capitalismo mundial. Santos (1970) afirma que

> A dependência é uma situação em que um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a própria está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre elas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e auto impulsar, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão, que pode agir de forma positiva ou negativa sobre o seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação básica de dependência leva a uma situação global dos países dependentes que os coloca em posição de atraso e sob exploração dos países dominantes. (...) Portanto, a dependência baseia-se em uma divisão internacional do trabalho que permite o desenvolvimento industrial de alguns e limita este mesmo desenvolvimento em outros, submetendo-os às condições de crescimento induzido pelos centros de dominação mundial. (Santos, 1970, p.403).

A teoria da dependência surge na América Latina no contexto da guerra fria, em meados da década de 1960, como uma forma de "compreender o caráter e as contradições do capitalismo dependente na fase de integração monopólica mundial, o que possibilitava explicar a profunda crise que este sistema atravessava" (Bambirra, 2019, p.28) [15]. Como mencionado por Fernandes (2019), os países da América Latina, depois do fim da segunda guerra mundial, adentram no que ele considerou a quarta etapa de dominação externa, a monopólica e imperialista.

A industrialização iniciada no século XX e amplamente desenvolvida a partir da década de 1930 vista como uma possibilidade de desenvolvimento capitalista latino-americano entra em um período de estagnação ou crescimento possibilitado pelos centros imperialistas pós-segunda guerra mundial, isto é, um crescimento permitido em determinados setores pelos países imperialistas e principalmente pelos Estados Unidos. Esse crescimento econômico e industrial como veremos posteriormente exemplificado na economia brasileira, se prolonga até crise do capital na década de 1970 e 80.

Bambirra (2019) aborda como o pós-segunda guerra foi crucial para uma reorganização nos sentidos que a industrialização na América Latina passou a

[14] Abordado no tópico sobre as lutas de classes na América Latina.

[15] Bambirra se utiliza de tal definição para explicar a necessidade dos seus estudos que culminaram no livro "O capitalismo dependente latino-americano". Utilizamos a definição como uma característica de todos os trabalhos dos dependentistas.

desenvolver. O desenvolvimento das forças produtivas possibilitado durante a guerra culminou na economia estadunidense em um "processo de monopolização, centralização, e concentração da produção por parte das empresas multinacionais" (Idem, p.33). Ou seja, os sentidos da industrialização na América Latina não são definidos mais pelos interesses dos Estados nacionais ou de acordo com seus projetos de desenvolvimento de um capitalismo autônomo e sim pelos interesses do capitalismo estrangeiro, principalmente estadunidense, que a partir das bases matérias já desenvolvidas nessas localidades lhes orientavam no que se desenvolverem.

Bambirra (2019) nos mostra que por mais que já no final do século XIX vivíamos um processo integrador do sistema capitalista com as disputas imperialistas, é apenas no pós-segunda guerra que, com a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos sobre todo o bloco capitalista, será possível criar "as últimas condições para a fase de integração monopólica mundial deste bloco" (Idem, p. 121). Ela elenca quatro fatores fundamentais da guerra para essa viabilidade: 1) Como consequência da guerra, os Estados Unidos e suas grandes empresas conseguiram concentrar os principais conhecimentos tecnológicos desenvolvidos até aquele momento e a guerra abriu novos campos de exploração para tais aplicações. 2) A concentração dos principais cientistas de todo o mundo no território estadunidense, que elevou a cultura científica e tecnológica e expandiu tais conhecimentos para os centros universitários. 3) A ampliação das unidades produtivas. 4) O desenvolvimento das forças produtivas elevou os Estados Unidos a um patamar muito superior a todos os outros países do bloco capitalista. Todos esses fatores elevaram os Estados Unidos a principal potência hegemônica mundial, controlando todos os elementos que possibilitassem alteração e desenvolvimento desse domínio. Assim,

> Foi baseado na hegemonia da superpotência estadunidense que o desenvolvimento do sistema capitalista no plano mundial encontrou as condições para consolidar todo o processo de integração empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural (facilitada pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dos diversos meios de comunicação), o que se deu através da proliferação de empresas "multinacionais" que se instalaram em todos os países capitalistas, através dos acordos regionais de comércio, através da criação de instituições e organismos de coordenação de decisões políticas e militares. Finalmente, esse processo se manifestou também mediante a grande expansão da cultura estadunidense em todo o bloco capitalista, impondo suas pautas em múltiplos níveis, que vão das normas preliminares de comportamento às técnicas e metodologias científicas. (Bambirra, 2019, p. 123).

Quando transpassado para América Latina, o novo modelo de dominação imperialista estadunidense agora não estará mais interessado em retomar o domínio apenas das fontes de exportações ou dos mercados exportadores e importadores como se deu nas fases anteriores. O expansionismo do capitalismo imperialista agora se dá através de uma penetração total do capital estrangeiro sobre as economias dependentes, adentrando principalmente o parque industrial anteriormente desenvolvido nessas economias.

Ou seja, é principalmente através do investimento elevado de capital das grandes empresas multinacionais nos setores manufaturados que essa dominação monopolista irá ocorrer. Bambirra (2019) aponta alguns efeitos que são sentidos através da instalação e absorção dessas empresas estrangeiras: controle "dos novos setores e ramos produtivos industriais", absorção por parte das empresas estrangeiras das nacionais, "mediante compras, fusões, associações etc.", desnacionalização "da propriedade privada dos meios de produção nos setores industriais até então controlados pelos produtores nacionais" e uma integração dos interesses das empresas estrangeiras pela burguesia nacional. (Idem, p.126).

E nesse ponto que Marini (1973) elabora que o processo de desenvolvimento do capitalismo na América Latina possui peculiaridades intrínsecas em sua constituição. Perante a realidade do desenvolvimento do capitalismo autônomo dos centros europeus, o processo de desenvolvimento do capitalismo latino-americano nunca poderia ter ocorrido da mesma forma e a compreensão dessa realidade só se daria através de uma análise de nível tanto nacional quanto internacional.

O entendimento da dependência latino-americana se deu através do entendimento da formação socioeconômica a partir da sua integração na economia capitalista mundial. Marini (1973) mostra dentro desse processo uma relação desigual dos controles de mercado por partes das economias dominantes e dependentes sobre seus recursos, do qual mesmo no processo expansionista e de industrialização da América Latina, percebia-se uma transferência de renda dos dependentes ao centro sob forma de lucros, dívidas ou juros. Percebe-se que a tentativa de um desenvolvimento capitalista autônomo nunca superará a barreira da desigualdade econômica entre as nações, no qual o desenvolvimento de uma economia capitalista está intrinsicamente relacionado à manutenção da dependência de um sobre o outro.

É a partir dessa realidade posta que os teóricos da teoria da dependência vão analisar quais as possibilidades para os países da América Latina. Dividida em duas correntes principais e totalmente opostas, a teoria da dependência irá influenciar todos os estudos da realidade latino-americana no período. A seguir, detalharemos o debate realizado por ambas as correntes.

3.1 – Desenvolvimento capitalista dependente-associado

Cardoso e Falleto (2018) elaboraram uma explicação para o desenvolvimento e o dependentismo dos países latino-americanos pós-segunda guerra mundial. Considerados teóricos de uma corrente weberiana da dependência, eles divergiram das concepções dominantes do período, principalmente das concepções desenvolvimentistas representados pelos teóricos Cepalinos, das teses revolucionárias dos partidos comunistas e dos dependentistas marxistas e também das explicações oriundas dos centros como o desenvolvimento por etapas.

Os autores começam sua análise observando o panorama que os países latino-americanos precisaram assumir pós-depressão de 1929. Como forma de superação da crise, os países precisaram recorrer a uma reorganização de suas produções e de seus mercados, principalmente através da substituição das importações[16]. Esse processo, como visto anteriormente, foi enxergado como uma possibilidade de desenvolvimento de um capitalismo autônomo e autossustentado aos moldes dos países considerados desenvolvidos. Essa possibilidade estava posta através da industrialização, já que o "industrialismo sucederia à expansão das exportações" (Cardoso e Falleto, 2018, p.18).

Cardoso e Falleto (2018) apontam que para os economistas da época o desenvolvimento estava na capacidade dos países observarem a conjuntura política e econômica e conseguirem através delas tomarem as decisões necessárias. No entanto, mesmo com as realidades econômicas diferentes entre os países latino-americanos, alguns pressupostos foram considerados comuns no ideal para o desenvolvimento na região. Esses pressupostos seriam basicamente uma diversificação da estrutura produtiva e uma política através do Estado que propiciasse a infraestrutura necessária para essa diversificação. Cardoso e Faletto apontam que o desenvolvimento iniciado na

[16] Conceito desenvolvido no próximo capítulo, tópico 1.1.

região pós-1929 tinha como principal características um desenvolvimento estritamente nacional, fortalecimento do mercado interno através do Estado sendo o responsável por tomar as medidas necessárias para continuação do crescimento.

Através desses apontamentos é que Cardoso e Falleto explicaram a nova fase do desenvolvimento do capitalismo mundial, os erros cometidos pelos teóricos e políticos dos países latino-americanos e as possibilidades postas para o desenvolvimento destes. Como visto anteriormente, os dependentistas buscavam uma nova explicação para a realidade latino-americana pós-segunda guerra, em uma economia de mercado agora imperialista e monopolista.

Com o fracasso do desenvolvimento dos países da América Latina ao nível dos centros europeus aos moldes dos desenvolvimentistas, ambos explicaram que o desenvolvimento econômico dos países apenas se daria através de uma resolução dos problemas sociais internos destas localidades, problemas estes que não seriam resolvidos apenas com um "desenvolvimento (industrial) interno". Por mais que, desde década de 1930, os países da América Latina conseguiram em grande medida transformar seus sistemas produtivos, essas transformações foram incapazes de solucionar os conflitos sociais dentro de seus territórios nacionais.

A tese central dos autores é que o desenvolvimento é um processo social. Ou seja, não bastava compreender as estruturas sociais e as condições históricas para compreender as possibilidades do desenvolvimento das nações, mas sim compreender que os fatores sociais nos quais os conflitos gerados pelos grupos e pelas classes internas colocavam as sociedades no caminho para o desenvolvimento. Nesse ponto é que Cardoso e Falleto (2018, p.20) apontam que os economistas anteriores basearam-se apenas numa "economia política", incapaz de abarcar toda estrutura necessária para o desenvolvimento.

Com a análise dos grupos sociais, Cardoso e Falleto (2018) apontam que seria possível compreender a incapacidade da formação de uma autonomia política e econômica até então nos países dependentes e compreender de que forma seria possível superar essas barreiras. Apenas através da relação dos diferentes grupos e classes, com seus interesses materiais próprios e diversos, com a formação de uma aliança hegemônica, que se constituiria um sistema socioeconômico e posteriormente através da imposição dos seus interesses perante o resto da sociedade que seria possível uma

mudança política e social, ou seja, "o sistema econômico bem como seu desenvolvimento passava, assim, a depender da oposição, conciliação ou superação dos interesses de distintas classes" (Duarte e Graciolli, 2008, p.4).

Cardoso e Falleto não concordavam com a concepção defendida pelos estruturalistas que a América Latina possuía uma formação social baseada no "dualismo estrutural", que dividia as sociedades em "tradicionais" e "modernas". Eles explicaram o nível de desenvolvimento dos países através das relações constituídas com o capital internacional. Karz (2020) aborda que Cardoso retrata os mecanismos econômicos que acentuavam a integração subordinada da América Latina na economia mundial, no qual ele destaca duas variantes desta situação. Primeiro, ela aborda que existem economias com um controle nacional em que as elites, burocracias ou oligarquias vão controlar os principais recursos exportados, como no caso de Brasil e Argentina. No segundo caso, há economias de enclaves, as administrações ficam em mãos de empresas estrangeiras de países de padrão de dominação externo neocolonial como os países da América Central e Caribe. Para Cardoso, isso mostrará a diversidade de ordenamentos sociais que, em cada país, resultou em estagnação ou crescimento.

Para os autores fica evidente uma associação de dependência dos países latino-americanos e sua subordinação econômica ao mercado externo. O desenvolvimento ocorrido pós 1929 deixará clara a subordinação dos grupos produtores e exportadores aos setores capitalistas centrais. Os progressos industrializantes se deram através de acordos políticos específicos entres setores das economias periféricas e centrais.

Analisando as economias por eles consideradas populistas e suas políticas industrializantes, com base estatal, os autores vão abordar que essa industrialização foi possível através do uso do capital estrangeiro e da importação de suas tecnologias. Outro fator importante a ser considerado, seria que os Estados populistas conseguiram implantar seus projetos porque cooptaram os diferentes interesses das classes sociais nacionais e estabeleceram políticas que satisfizessem o maior número de interesses possível[17]. Porém, não só os países governados por correntes populistas, mas aqueles que tinham através do investimento do Estado os rumos da industrialização, também dependeram de capitais externos e da conciliação dos interesses das classes.

[17] Brasil de Vargas e Argentina de Peron são principais exemplos.

> O momento da "transição", ou seja, da passagem para a organização industrial pós-período de expansão para fora tem o caráter do acirramento dos interesses das classes sociais das nações, no âmbito da dependência externa e também interna, subdividido, (...) pelas situações adversas dos grupos sociais internos. A ascensão da "burguesia" latino-americana – as classes médias, nativas ou não, que não devem conceitualmente aqui se confundir com a burguesia europeia – frente aos grupos oligárquicos dominantes foi o elemento em comum da transição para o modo produtivo industrial na América Latina, principalmente a partir da crise de 1929. A fase seguinte de firmação do mercado interno e da política desenvolvimentista, após a transição, aparece com o Estado com um papel bem mais atuante na forma da política econômica para o desenvolvimento.
>
> O período do chamado processo de substituição de importações (TAVARES, 1975) marca uma nova etapa em que o contorno da associação com o capitalismo financeiro internacional ganha mais vigor na figura do desenvolvimentismo, através da utilização gradativa do investimento direto estrangeiro para empreender complexos produtivos na América Latina. (Longhi, 2017, p.50).

Para Cardoso e Falleto não havia alternativa para a dependência dos países latino-americanos perante os países centrais. Todas as teorias até então formuladas eram inconsistentes em suas formulações caso não levassem essa realidade em conta, a não ser aquelas que admitiam uma possibilidade de mudança política radical para o socialismo[18].

Porém, diferente das economias de enclaves, por mais que as decisões nacionais de investimentos fossem influenciadas pelo exterior, o consumo nessas economias era interno, com manifestações de reinvestimentos internos e expansão econômica do mercado interno, ou seja, era possível um desenvolvimento dependente e associado aos interesses dos grandes centros. Duarte e Graciolli (2008) apontam que, para Cardoso e Falleto, as vinculações entre as "economias nacionais e o mercado mundial afetariam diretamente as alianças estabelecidas entre os grupos sociais internos e destes com grupos externos" (Idem, p.5). Ou seja, é através dessa relação do centro com a periferia que os interesses dos países dominantes se sobressairiam sobre os interesses dos países dependentes. Para Duarte e Graciolli, é nesse ponto que os autores colocam a importância do papel da esfera política no desenvolvimento da região. Eles apontam que os países da América Latina basearam suas políticas de desenvolvimento apenas em fatores conjunturais de mercado, tornando-se assim incapazes de elaborarem um projeto de desenvolvimento autônomo que apontasse a importância da modificação

[18] Para os autores, os únicos que realmente teorizavam uma substituição do papel de dependência dos países da América Latina era os que defendiam a tese de superação do capitalismo. Porém os autores não seguiam essa linha de pensamento, defendiam um desenvolvimento dentro do próprio sistema capitalista dependente como forma de desenvolvimento econômico.

das estruturas sociais. “O problema do desenvolvimento estava na forma como o Estado capitalista periférico alimentou um desenvolvimento concentrador e periférico, e não na conduta dos agentes internacionais.” (Para Duarte e Graciolli, 2008, p. 5).

Para Katz (2020), Cardoso estabeleceu um “quadro de múltiplos caminhos, sublinhando a importância das relações estabelecidas entre os grupos dirigentes locais e as potências centrais”. (Katz, 2020, p.113). Essa identificação permitiu mostrar conexões com diferentes situações de dependência na associação entre grupos dominantes nacionais e estrangeiros.

> Cardoso não contrapôs a dependência ao desenvolvimento. Ele apenas enfatizou que ambos os caminhos geram modelos diferenciados que permitem ou frustram o desenvolvimento a longo prazo. Ressaltou que esses caminhos são determinados pelo bloco condutor do Estado, pela coesão social e pela constituição de ordens legítimas de consentimento e obediência. Na sua opinião, os grupos dirigentes definem modelos políticos que, por sua vez, determinam rumos econômicos convenientes ou adversos para cada país. Como essa ação exige autonomia, Fernando Henrique Cardoso concentrou suas análises em países de médio porte com gestão própria de seus recursos produtivos. Ele considerou que, nas economias de enclave, predominam regimes políticos excludentes com pouco espaço para continuar o desenvolvimento. (Katz, 2020, p 113)

É nesse ponto que Cardoso e Falleto abordam o que ficou conhecido como desenvolvimento associado, ou seja, a possibilidade para o desenvolvimento estava primeiramente na organização das relações político-sociais dos grupos internos de cada país e, através dessa organização, na vinculação com os grupos externos, dos centros hegemônicos. Através de uma relação de interesse mútua entre todos é que se conseguiria enxergar reais possibilidades para um desenvolvimento econômico.

> Tais oportunidades se dariam através da conjugação entre capital nacional privado, capital internacional e Estado, sendo que a conjugação desses daria à economia latino-americana tal margem de internacionalização que a colocaria nos rumos certos do desenvolvimento. Por isso o desenvolvimento não poderia se dar apenas através da industrialização, mas deveria ter um caráter industrializante-associado. Nesse processo, a burguesia nacional assumia seu papel subordinado, ao transferir para o capital externo os setores estratégicos da economia, ficando sob seu controle os setores mais subordinados, a saber, os produtores de bens primários e de consumo não-duráveis. (Duarte e Graciolli, 2008, p.5).

Essa corrente dependentista representada por Cardoso e Falleto teve grande influência na América Latina, principalmente após a década de 1990, quando as concepções de alternativas revolucionárias perdem força com o fim da União soviética e abertura do mercado chinês para economia capitalista. Como uma aceitação da dependência, suas formulações para um possível desenvolvimento associado aos

interesses imperialistas vão ser importantes arcabouços para instalação das concepções neoliberais nas políticas latino-americanas, sendo o próprio FHC, ao se tornar presidente brasileiro por dois mandatos, importante figura no sentido das inversões programáticas dos Estados nacionais na região.

A seguir abordaremos a segunda concepção da teoria da dependência que predominou no debate político e acadêmico da época em questão.

3.2 – Teoria Marxista da Dependência

A teoria Marxista da dependência (TMD) é uma corrente explicativa da realidade latino-americana que sofre inúmeras transformações desde seu surgimento na década de 1960, acompanhando as mudanças do sistema capitalista e sua relação com os países não pertencentes ao centro hegemônico, principalmente pós-crise do petróleo na década de 1970 e a "globalização" neoliberal a partir dos anos 1980. Essa corrente teórica pode ser entendida através das formulações de seus principais fundadores que sustentam as bases dos estudos atuais, tais como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank[19].

A Teoria Marxista da Dependência surge principalmente como uma resposta às elucidações explicativas da realidade latino-americana formulada pelos teóricos da CEPAL, teses essas que explicavam o subdesenvolvimento da região e as possibilidades de superação. As teses etapistas formuladas por Rostow e pelos partidos comunistas em grande medida já eram combatidas pelos desenvolvimentistas cepalinos, porém também foram alvos de formulações teóricas elucidativas desenvolvidas pela dependentistas acerca de suas inviabilidades. Porém, é com o fracasso das políticas desenvolvidas pelo centro econômico e pelas crises do período, que cabe aos teóricos da TMD compreender e explicar o fracasso das postulações feitas pelos Cepalinos através da realidade enxergada ao final da década de 1960, em que a desigualdade social dos países latino-americanos aumentava e se percebia o aprofundamento da dependência dos países periféricos perante o centro.

[19] Almeida (2011) aborda sobre a questão de como mesmo Andre Gunder Frank negando ser marxista, seus aportes teóricos muitas vezes são incluídos ou associado à criação da corrente marxista da dependência. Katz (2020) coloca Frank dentro de uma corrente única do dependentismo e diferente dos outros autores, porém aqui concordamos com Wasserman (2017) de incluí-lo como um dos fundadores da teoria marxista da dependência pela grande influência de suas teorizações.

Uma das principais características que definiu a TMD foi que o desenvolvimento dos países latino-americanos não poderia ocorrer através da relação de dependência estabelecida pelos países periféricos perante os centros hegemônicos. Baseado no trabalho de Frank[20] em "desenvolvimento do subdesenvolvimento", Marini (1973) elabora um dos argumentos centrais que a consequência da dependência de um país perante outro seria apenas mais dependência e nunca a possibilidade de um desenvolvimento econômico e social. Para elucidar e interpretar a dependência latino-americana, os autores utilizaram de diferentes categorias que permitiram compreender a perpetuação da dependência desde suas fases coloniais à suas relações já como nações formalmente independentes.

Assim como Fernandes (2009) desenvolveu anteriormente quatro divisões elucidativas das fases da dependência latino-americana, Santos (2011) seguirá linha semelhante indicando três: 1) Dependência Colonial, 2) Dependência financeiro-industrial e 3) Dependência tecnológico-industrial. Marini (1973) mostrou de forma elucidativa como, a partir da independência, os países latino-americanos foram inseridos dentro da lógica do capital, contribuindo com os interesses dos países mais avançados e o desenvolvimento destes, chegando até a fase da subordinação direta ao capital estrangeiro e principalmente norte americano.

> É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (Marini, 1973, 135).

Marini (1973) mostra como para o desenvolvimento da indústria moderna é necessário uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, possibilitando a especialização em apenas determinados setores de produção. Isso seria totalmente diferente ou o processo seria muito mais lento se precisasse de um desenvolvimento

[20] "A maior parte de nossas teorias não consegue explicar a estrutura e o desenvolvimento do sistema capitalista como um todo e não esclarece a geração simultânea de subdesenvolvimento em algumas de suas partes e de desenvolvimento econômico em outras. (…). Basta, porém, uma pequena familiarização com a história para saber que o subdesenvolvimento não é original nem tradicional, e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se parecem em qualquer aspecto importante com o passado dos países hoje desenvolvidos. Os países atualmente desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, embora possam ter sido não-desenvolvidos." (Frank, 1973, p.26).

baseado estritamente na base nacional de recursos. A subsistência agropecuária latino-americana possibilitou o incremento da classe operária industrial e da população urbana nas indústrias, fazendo os países do centro se especializarem em produções de bens manufaturados, enquanto os países latino-americanos na produção de bens primários, intensificando e definindo a divisão internacional do trabalho.

> "Mas não se reduziu isso a função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo: à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, prontamente será agregada a contribuição para formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial" (Marini, p. 137).

A característica importante destacada por Marini (1973) é que "a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para mais-valia relativa". (Idem, p.138). A capacidade produtiva ganha mais importância do que a simples exploração do trabalhador, algo que diferirá nas economias latino-americanas, que se voltará para a superexploração do trabalho.

Marini então diferencia o conceito de mais-valia relativa do conceito de produtividade, no qual o trabalhador ao aumentar a produtividade, ele apenas cria mais produtos e não mais-valor. Ao se produzir mais produtos, o capitalista apenas possui uma mais-valia extraordinária, porque reduz o valor individual da sua mercadoria em relação às condições gerais do mercado. Porém, caso os outros capitalistas comecem a reproduzir do mesmo modo ou com as mesmas tecnologias de produção, as condições gerais se equalizam e o capitalista não mais recebe a mais-valia extraordinária.

> "Isso se deve ao fato de que a determinação da taxa de mais-valia não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente a seu salário). Só a alteração dessa proporção, em um sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de mais-valia. Para isso, a redução do valor social das mercadorias deve incidir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens-salários. A mais-valia relativa está ligada indissoluvelmente, portanto, à desvalorização dos bens-salários, para o que contribui, em geral, mas não necessariamente, a produtividade do trabalho." (Marini, 1973, p 140).

Como uma das características dos dependentistas, Marini (1969) também irá criticar a concepção da dualidade estrutural da sociedade, conceito amplamente defendido pela CEPAL, principalmente nas obras de Celso Furtado. Usando a sociedade brasileira como exemplo, a questão de se imaginar duas estruturas na mesma sociedade, atrasada e moderna, que impediria o real desenvolvimento brasileiro, não poderia estar mais equivocada, já que ao contrário do que se imaginava, "o ponto fundamental está em reconhecer que a agricultura de exportação foi à própria base sobre a qual se desenvolveu o capitalismo industrial brasileiro." [21] (Idem, p. 277).

Gomes e Xavier (2017) abordam como a TMD é construída sobre uma base ortodoxa da lei do valor de Marx[22], não se desviando em outras concepções que não aderissem à luta de classe como centralidade ou mesclassem a interpretação da realidade latino-americana com outras inspirações, como as keynesianas e weberianas[23]. Para os autores,

> A TMD propõe a abordagem do padrão de reprodução do Capital que combina os esquemas de reprodução, o processo de valorização do capital, (...) e os problemas da economia e da vida da população submetida ao capitalismo mundial hierarquicamente diferenciado. (Gomes e Xavier, 2017, p.1).

Outra importante referência para os teóricos da TMD compreenderem a realidade latino-americana será o conceito do imperialismo[24], principalmente após o término da Segunda Guerra Mundial, no qual como mostra Machado (1999), os capitais oligopólicos redirecionam-se para o mercado interno dos países subdesenvolvidos, transferindo suas empresas para a periferia, absorvendo o setor industrial que havia se desenvolvido em grande medida após década de 1930.

---

[21] No capítulo 2, ao analisar o processo de industrialização brasileiro, ficará evidente a associação dos agricultores de exportação com o desenvolvimento econômico do país, associação essa que podemos traduzir em grande medida para a realidade principalmente daqueles classificados dentro dos países de tipologia A desenvolvidos por Bambirra (2019): Brasil, Argentina, México, Uruguai, Chile e em menor medida Colômbia.

[22]-Na introdução da Dialética da dependência, Marini aborda como a recorrência de teóricos marxistas em outros enfoques diferentes tinha como consequência apenas um ecletismo e levava a uma falta de rigor conceitual e metodológico.

[23] As teses Keynesianas foram de grande influência nas teses Cepalinas, principalmente em Furtado e Prebisch. Já a concepção weberiana será representada principalmente por Fernando Henrique Cardoso.

[24] "É o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas" (Lênin, 1982, p.88).

> Devemos considerar limitados os enfoques dos autores da teoria do imperialismo. Tanto Lenin, Bukarin, Rosa Luxemburgo, os principais elaboradores marxistas da teoria do imperialismo, (...) não abordaram a questão do imperialismo do ponto de vista dos países dependentes. Embora a dependência deva ser situada no quadro global da teoria do imperialismo, ela tem sua realidade própria, que constitui uma legalidade específica no processo global e age sobre ele desta maneira específica. Compreender a dependência, conceituando-a e estudando seus mecanismos e sua legalidade histórica, não significa apenas ampliar a teoria do imperialismo, mas também contribuir para a sua reformulação. (Santos, 1970, p.402).

Para se entender a influência desses mercados oligopólicos e do capital estrangeiro nos países da América Latina, principalmente sob o capital financeiro dos Estados Unidos, Bambirra (2019) desenvolve uma tipologia que capta as diferenciações industriais dos países latino-americanos e como será realizada essa inversão da industrialização na região. Ela classifica os países em três grupos: 1) Tipo A: os países que iniciaram sua industrialização no entre guerras, principalmente após 1930 através do capital nacional, sendo posteriormente desnacionalizado[25], 2) Tipo B: países que começam sua industrialização pós-segunda guerra, porém já toda financiada e estruturada com capital estrangeiro[26] e 3) Tipo C: aqueles que não se industrializaram[27].

Luce (2018) aponta como o encontro das concepções de todos esses teóricos propiciou uma "explicação aos processos e tendências específicas no âmbito da totalidade integrada e diferenciada que é o capitalismo mundial" (Idem, p.9). Luce aborda que os teóricos da TMD desenvolveram categorias como "superexploração, transferência de valor, cisão do capital, subimperialismo, padrão de reprodução do capital" (Luce, 2018, p.10) e a própria redefinição da categoria dependência, que com uma visão crítica mostrava os limites e as possibilidades enxergadas para as realidades latino-americanas.

Influenciados pela revolução Cubana (1959), os dependentistas marxistas enxergavam possibilidades de desenvolvimento para os países latino-americanos. Em um período que a revolução Boliviana (1952) foi captada pela burguesia reacionária, de inúmeros golpes militares[28] na região e posteriormente o fracasso da Unidade Popular no Chile de Salvador Allende, os teóricos da TMD colocavam o desenvolvimento possível só superando a lógica do capital e através de uma transformação radical perante

[25] Brasil, Argentina, México, Uruguai, Chile e em menor medida Colômbia.
[26] Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba.
[27] Paraguai, Haiti e, talvez, Panamá (a autora aponta a insuficiência de dados para caracterizar o Panamá).
[28] Paraguai (1954), Brasil (1964), Argentina (1966), Bolívia (1970), Chile e Uruguai (1973).

o imperialismo, sendo possível somente através do socialismo. A vitória de Cuba a poucos metros do maior país imperialista mundial, os EUA, mostrava a viabilidade dessa transformação revolucionária.

As teses e conceitos desenvolvidos pelos intelectuais da TMD terá grande influência em toda América Latina a partir dos anos de 1960, menos no Brasil. Com a Ditadura de 1964 e depois a influência das concepções do dependentismo associado nas academias brasileiras, essa corrente teórica só retornará ao país após os anos 2000, com a necessidade de um resgate teórico e explicativo para compreender a realidade latino-americana. Nesse período o país atravessava as consequências do neoliberalismo da década de 1990, no qual a retomada de alguns conceitos foram essenciais para explicação da realidade, como os elaborados a seguir.

3.2.1 - Superexploração da Força de Trabalho.

O atual momento do capitalismo mundial é uma expressão das políticas neoliberais amplamente difundidas e adotadas a partir da década de 1970 e 80 em todo o mundo. As políticas neoliberais acabaram por influenciar e ditar as novas relações sociais estabelecidas ao redor do globo. Para Smith (2020), essa nova 'globalização' neoliberal é apenas um novo estágio do capitalismo imperialista, que impõe novas funções aos países periféricos perante os países centrais, ou seja, uma continuidade e aprofundamento da exploração da força de trabalho do Sul pelos capitalistas do Norte.

Smith (2020) nos mostra como a disparidade das comparações salariais nos países imperialistas aos países considerados não desenvolvidos são sempre geralmente maiores que 10 para 1 e nunca menor que 3 para 1. Essa disparidade é possibilitada pela extraordinária taxa de exploração dos trabalhadores, que é uma diferença da mais valia produzida pelo trabalhador e o seu retorno na forma de salário. Esse fenômeno, observado como tendência nos países dos latino-americanos, é o que Marini (1973) vai chamar de superexploração da força de trabalho. Esse conceito é de suma importância para a compreensão do capitalismo dependente, tanto que Marini (2000) afirmará que ela é na verdade o fundamento da dependência.

Marini aborda que a análise da economia latino-americana frente ao modo de produção capitalista clássico revela particularidades da realidade estrutural de como

funciona o capitalismo dependente. A tentativa de desenvolvimento de um capitalismo autônomo latino-americano não era possível, os países dependentes não conseguiriam nunca se desenvolver como as "economias capitalistas chamadas avançadas" (1973. p. 132). Marini complementa que o capitalismo latino-americano só seria compreendido através de um estudo que abarcasse a "perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional" (idem, p.132), o que ele denomina como um capitalismo *sui generis*.

A forma como a independência política na América Latina é alcançada e como se é feita a inserção da função da América Latina no processo da revolução industrial é um dos pontos que Marini reafirmara de como se constitui a estrutura da participação da América Latina no funcionamento do capitalismo mundial.

Como afirma Marini, o desenvolvimento industrial requer inúmeros fatores para o seu amadurecimento e aperfeiçoamento. A criação da grande indústria ocorrida nos países considerados avançados só foi possível através de diversos fatores que propiciaram esses desenvolvimentos acontecerem, fatores esses nos quais a América Latina cumpriu fortemente seu papel como produtor de produtos agrícolas, necessários em abundância. Porém, o autor ao abordar como foi possível ocorrer o desenvolvimento europeu, nos mostra como a criação de uma indústria moderna seria 'obstaculizada' caso dependesse se realizar sobre bases totalmente nacionais, fator esse importante para compreender posteriormente a necessidade do capitalismo dependente recorrer a superexploração do trabalho.

Com o desenvolvimento industrial e o crescimento e aperfeiçoamento da classe trabalhadora nos países avançados, Marini nos mostra como acaba se desenvolvendo uma nova divisão internacional do trabalho e como esse novo estágio do capitalismo mundial será, para América Latina, algo duradouro e permanente enquanto dentro das relações capitalistas. No quesito da América Latina, Marini irá afirmar que o que irá permitir que a região coadjuve com os países centrais será principalmente por sua contradição inerente, a superexploração. Martins (2013) coloca que os centros industriais dos países desenvolvidos "à medida que se desenvolve o modo de produção capitalista e sua base tecnológica industrial, gravitando para a mais-valia relativa, os países dependentes fundamentam seus padrões de acumulação na superexploração do trabalho" (Martins, 2013, p.17).

Carcanholo (2009) desenvolve que ao analisar a "constituição da economia mundial que integra as economias nacionais ao mercado global, observa-se que as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre à custa do subdesenvolvimento de outras" (idem, p.207). Ou seja, os países desenvolvidos por já possuírem o domínio do mercado mundial acabam consequentemente obtendo às transferências dos excedentes gerados nos países dependentes, através dos lucros obtidos ou dos juros. Os países dependentes por perderem o controle sobre seus recursos dessa forma e por não possuírem uma tecnologia desenvolvida ao nível de poder competir com os países mais avançados precisam recorrer a superexploração do trabalho para gerar seu excedente.

Entender o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a relação desigual entre centro e periferia em um novo sistema de dependência, é o que Marini vai colocar como essencial para compreender o sistema da superexploração. Aqui, pretende-se usar os conceitos bases desenvolvidos por Marini em "Dialética da Dependência" de 1973 para compreender como se constitui o desenvolvimento e a reprodução da superexploração.

O conceito de Superexploração do trabalho é fundado em preceitos da teoria do valor desenvolvida por Marx e da teoria do imperialismo de Lênin. Porém, cabe aqui afirmar que o conceito de superexploração nunca foi categorizado ou explicado em suas particularidades intrínsecas por nenhum desses autores. Marques (2013) aborda que Marx, por colocar como preocupação a análise do capitalismo em sua totalidade e pureza, precisou adotar um grau de abstração que não permitia "sua incursão sobre certos fenômenos de natureza mais concreta" (idem, p.21), porém que Marx faz alusão em diversas passagens em suas obras ao que viria a fundamentar os estudos de Marini.

Osório (2009) coloca que a superexploração é compreendida através de uma "exploração em que não respeita o valor da força de trabalho", ou seja, uma rotina ou intensidade de trabalho que causam um desgaste que influencia diretamente o fator mental e físico do trabalhador. Ao abordar a América Latina, Marini (1973) colocaria que essa superexploração é desenvolvida através de três formas: Prolongação da jornada de trabalho, intensificação do trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário que o trabalhador necessita para repor o desgaste da sua força de trabalho. Martins (2013) coloca um quarto fator, não dito explicitamente por Marini, mas desenvolvido

através de suas obras, que seria “o aumento da qualificação do trabalhador sem a remuneração equivalente ao incremento de valor da força de trabalho.” (Martins, 2013, p.17).

Porém, mesmo Marx não tendo escrito ou definido o conceito de superexploração em sua obra, é através dela que os mecanismos essenciais para sua compreensão são desenvolvidos. No Livro I de *O Capital*, especificamente capítulo XIV, Marx nos mostra que a reprodução da força de trabalho pode ser comprometida através da elevação do trabalho além da sua capacidade e quando se trata da força de trabalho humano, Marx aborda os limites físicos que o trabalhador como mercadoria alcançaria. Os conceitos abordados anteriormente como fundamentos da superexploração são visualizados como possíveis de acontecer nos escritos de Marx, porém a diferença é que o autor não via essas caraterísticas como uma tendência dentro do capitalismo e sim, como uma abstração isolada possível de acontecer.

Marini (1973) coloca que a superexploração que ocorre nas economias dependentes é caracterizada pela separação entre a esfera da circulação e a esfera da produção das mercadorias. Ou seja, diferente de como Marx explicava a importância do consumo do trabalhador na realização do ciclo de produção, quando observado nas economias latino-americanas, esse consumo não era mais necessário na determinação da mais-valia. Valverde e Mercedes (2016) abordam que a da superexploração da força de trabalho é a forma que as economias dependentes vão conseguir criar sua capacidade de acumulação após grande parte da mais-valia produzida nesses países ser direcionada aos países centrais através dos intercâmbios desiguais.

Amaral e Carcanholo (2009) explicam que transferência de valor entre as economias centrais e periféricas se dá pela diferença de produtividade. Os autores explicam que os países periféricos, que são menos produtivos, produzem mais valor por incorporarem capital variável em seu processo produtivo, diferentemente dos países centrais, que são mais produtivos, mas que incorporam menos capital variável e mais capital constante em suas produções. Quando se trata da apropriação, Amaral e Carcanholo (2009) explicam que por mais que os países periféricos produzam mais valor com a adesão de mais trabalho vivo, eles acabam não se apropriando desse excedente pela sua incapacidade de produzir mercadorias com valores abaixo do valor de mercado. Já os países de maior produtividade, mesmo gerando menos valor,

conseguem produzir com o tempo socialmente necessário abaixo da média, fazendo suas mercadorias ficarem abaixo do valor de mercado. Esse é o ponto crucial para que haja uma transferência do valor produzido na periferia para o centro, cabendo aos países dependentes recorrerem a superexploração para compensar essa perda.

4 – Luta de Classe e revoluções na América Latina

A América Latina durante todo o século XX foi marcada por intensas lutas de classe. O desenvolvimento de um capitalismo autônomo não foi a única alternativa como forma de superação das desigualdades encontradas na região. Aqui se pretende um resgate histórico das lutas emancipatórias dos centros hegemônicos que perpassaram vários países latino-americanos.

4.1 – As lutas de classe em nível mundial

A transição do século XVIII para o século XIX na América Latina foi marcada pelas emancipações dos países perante as antigas metrópoles Espanholas e Portuguesa. A dependência política e econômica, entretanto, ainda ficou condicionada a alguns países Europeus como Inglaterra e França e posteriormente aos Estados Unidos. Estando vinculada à dinâmica do capitalismo Mundial, e sendo introduzida dentro da lógica de mercado do desenvolvimento capitalista, a América Latina sofreria nesse período influências diretas baseadas nos conflitos que envolvia todos os países do centro capitalista.

A industrialização dos países Europeus e posteriormente dos países dentro do sistema capitalista fizeram as contradições desse sistema se tornarem evidentes. Enquanto os países geravam riquezas e produções em largas escalas, a miséria e pobreza se espalhavam na mesma proporção entre a classe trabalhadora, classe essa que em grande medida precisou se deslocar do campo para cidade em busca de oportunidades para satisfação de suas necessidades essenciais. Conforme as contradições dentro do sistema aumentavam, as classes exploradas também iam formando organizações e uma consciência coletiva que se opunha contra a exploração exacerbada, que reivindicava

direitos e em muitas organizações lutas que também proporcionasse a superação do próprio sistema capitalista por outro mais igualitário[29].

Na América Latina podemos destacar alguns dos principais acontecimentos que influenciaram diretamente na dinâmica do desenvolvimento político e econômico na região que foram à primeira guerra mundial, revolução soviética, crise de 1929, segunda guerra mundial, revolução chinesa e a guerra fria. Todos esses eventos marcantes tiveram desdobramentos diretos nos conflitos que agora emergiam com grande força nas sociedades recém-independentes.

A revolução soviética de 1917 se transforma na esperança de superação das classes exploradas dentro do sistema capitalista. A vitória da revolução socialista é um marco que influenciará diretamente na luta de classe dentro da América Latina. Como aponta Furtado (2019), ao final do século XIX ocorre um grande fluxo de migrantes europeus para trabalharem na América Latina, com promessas de terras para trabalharem e cultivarem, empregos e oportunidades de transformações no quadro social. Essas promessas em grande medida não se cumprem e quando os trabalhadores chega à América Latina, por mais que fossem inseridos em um sistema salariado, era um sistema de superexploração da mão de obra e que minimamente supria suas necessidades básicas. Porém junto a esses trabalhadores também chegam os ideais desenvolvidos na intensa luta de classe já instaurada na Europa durante todo século.

Bambirra (2019) mostra que com a chegada dos migrantes, o pensamento anarco-sindicalista principalmente, foi de intensa influência nas organizações das lutas reivindicativas no início do século, com a greve de 1917[30] no Brasil sendo um dos principais eventos demonstrativos dos trabalhadores sob direção dessas lideranças. Porém, é a partir da revolução russa que começam a surgir nos países latino-americanos lideranças e partidos comunistas baseados principalmente no ideário político desenvolvido pela URSS e com suas lideranças ligadas diretamente ao bloco comunista. Esse ideário irá posteriormente diversificar sob os ideais da revolução cubana e chinesa, aos quais inúmeros partidos irão se filiar. Os partidos comunistas, em sua grande

[29] Os comunistas e os anarquistas foram os principais expoentes dessa luta travada na virada do século passado.
[30] A greve de 1917 ocorreu em São Paulo, sob a liderança de anarquistas sindicalistas que comandaram a paralisação de operários e comerciantes por melhores condições de trabalho e melhores salários.

maioria na ilegalidade em quase todos os países na América Latina durante períodos de sua existência, irão influenciar diretamente a política da região até os anos de 1980[31].

A primeira guerra mundial e a crise de 1929 como apontados nos tópicos anteriores e subsequentes estão totalmente entrelaçadas na realidade da América Latina. A crise do imperialismo que desembocou na primeira guerra, fez com que inúmeras burguesias nacionais usassem esse período a favor de seus projetos. A crise de 29 em decorrência possibilitou a inúmeras lideranças populistas sob o interesse de parte dessas burguesias conseguissem cooptar lideranças e massas da população para transformações pontuais. Cárdenas e Vargas, por exemplo, utilizam esse período para boicotarem o pagamento da dívida internacional e, através de um populismo financiado pela nascente burguesia industrial, impulsionar o desenvolvimento do parque industrial.

O populismo é importante porque após a crise de 1929 e início da segunda guerra mundial, os conflitos políticos e sociais se intensificam na região. Com muito dos países ligados diretamente a uma economia de mercado agroexportadora, o quadro econômico e social dos países sofre inúmeras alterações. Em consequência disso, líderes considerados populistas através da máquina do Estado vão controlar as insatisfações principalmente operárias e camponesas através do controle com práticas repressivas[32], mas ao mesmo tempo vão concedendo direitos sociais e trabalhistas. Essas lideranças tinham como principal meta controlar as insatisfações dos movimentos operários e camponeses, principalmente como uma forma de evitar uma possível revolução comunista, como a realizada na Rússia em 1917 e que ganhava força como ideário político na região.

A segunda guerra mundial tornou-se uma guerra contra o nazi-fascismo e definiu os centros hegemônicos dentro da estrutura econômica mundial, por um lado Estados Unidos como principal vencedor expande suas bases militares ao redor do mundo com os argumentos de defesa da liberdade e da segurança mundial, em defesa do capitalismo como sistema. No outro polo, teremos a expansão da União Soviética, representante do bloco socialista e com um discurso de defesa da liberdade humana da

[31] Com as ditaduras praticadas na América Latina, à queda da União soviética e ascensão do Neoliberalismo como ideologia dominante a partir da década de 80, esses partidos irão perder as forças de mobilização que detinham anteriormente.

[32] Podemos considerar como práticas repressivas exemplos demonstrados em inúmeros países como Brasil, Argentina, México etc. como proibições de sindicatos opositores aos ideais do governo, perseguições a líderes e membros sindicais, subordinação de movimentos operários aos sindicatos controlados pelo governo, proibições da existência dos partidos comunistas e etc.

exploração do sistema capitalista, de um sistema igualitário, democrático. Ambos os blocos influenciaram direta e indiretamente nos conflitos internos de todos os países, principalmente na América Latina.

A Guerra Fria se torna a expressão do conflito entre ambas as potências econômicas mundiais. Na América Latina a influência se dá perante principalmente as lideranças nacionais e partidárias. Em grande medida os Estados Unidos financiaram na maioria dos Estados nacionais e as burguesias que compartilhassem de seus ideais, para que estas assumissem através de suas lideranças apoio e controle da região. Quando esse controle era ameaçado, principalmente após a revolução cubana, as ditaduras foram as formas enxergadas para a manutenção dos sistemas vigente.

A União Soviética também possuirá papéis importantes, principalmente através do apoio aos partidos políticos que compactuavam com os ideais do bloco comunista, fornecendo programas dirigentes, financiamentos e posteriormente treinamentos a grupos que lutariam contra as ditaduras[33]. Porém além dos partidos, a união soviética financiará líderes nacionais como projeto de expansão de seus ideais, como Cuba e Chile de Salvador Allende.

Para compreender a efervescência desse período histórico, delimitamos três movimentos que possibilitam visualizar a intensidade da luta de classe em toda América Latina em consonância com a realidade posta da luta de classe mundial.

4.2 – Revolução Mexicana (1910 – 1924)

A revolução mexicana é considerada uma revolução camponesa, por mais que o movimento tenha agregado inúmeras lideranças e ideais diferentes, como os anarquistas, socialistas, liberais, populistas etc. A revolução se dá em um período que a crise econômica no México se tornava evidente sob a liderança de Porfirio Diaz, o que agravou o quadro de concentração de terra no país, que afetava diretamente grande parcela dos indígenas e camponeses e instaurou um quadro de desigualdade econômica e social no país.

Essa revolta estourada com apoio das camadas populares no México em 1910 reivindicando principalmente modificações na concentração fundiária, através de

[33] Gorender (1987) ao analisar os enfrentamentos da ditadura, aponta treinamentos militares a grupos revolucionários são encontrados em todos os lugares da América Latina, financiados por Cuba, URSS e China principalmente.

uma reforma agrária e uma reforma social, diminuindo as desigualdades evidentes. Com inúmeras lideranças, Zapata e Pancho Villa serão os nomes de maior destaque do movimento.

A revolução conseguiu em 1917 aprovar uma constituição que concedia mais direitos sociais para a população, porém foi incapaz de colocar em prática a reforma agrária, principal reivindicação do movimento. Essa revolução foi de suma importância por ser uma revolução que partiu através do levante do campo em uma sociedade praticamente agrária e de fortes laços com Estados Unidos, país vizinho. Por mais que tenha conseguido conquistar inúmeras modificações dentro da realidade mexicana, o movimento acaba perdendo forças, principalmente após a morte de suas mais destacas lideranças, sendo Pancho o último em 1923.

4.3 – Revolução Cubana (1959)

A posição geográfica de Cuba sempre foi um ponto estratégico enquanto Colônia para Espanha. Florestan Fernandes aborda sobre a diversidade da produção na ilha e de como sua dominação era importante no período colonial. Florestan aborda como Cuba se tornou de importante interesse para os Estados Unidos, que a partir de 1818 já começa práticas comerciais diretas com a ilha, como forma de enfraquecer os poderes espanhóis [34].

A guerra da independência Cubana (1868 – 1878) demostram como os Estados unidos estavam empenhados em grande medida à subordinação da ilha, que irá ocorrer posteriormente com a invasão sobre a Ilha até 1902. Porém, Fernandes aponta que a dominação posterior pelos Estados Unidos será de maneira neocolonial, através "submissão induzida, de lealdades compradas, de corrupção política e de alienação moral" (Fernandes, 2012, p.78). É através desta dominação neocolonial subordinada aos interesses dos Estados Unidos desde 1902 que a possibilidade enxergada como enfrentamento da ordem social vigente se torna construção do socialismo em Cuba.

[34] "As condições naturais de Cuba eram propícias tanto à exploração direta do butim (havia jazidas de ouro e várias madeiras preciosas) quanto à produção de gêneros e de artigos coloniais importantes (como o tabaco, o açúcar etc.) e à introdução da criação organizada (de bois, porcos, cabras, carneiros, cavalos, aves etc.). […] Por conseguinte, o que caracteriza a economia colonial cubana, até o fim do século 18, é um dinâmico comércio, movimentado por fluxos metropolitanos, uma economia agrícola diversificada e na qual havia lugar tanto para o produtor branco e livre quanto para o produtor negro e mestiço, escravo ou livre […], uma enorme diferenciação do trabalho e uma expansão relativa do setor urbano. […]" (Fernandes, 2012, p. 45-47).

Liderados por Che Guevara e Fidel Castro, em uma estratégia de guerrilha que o exército revolucionário irá combater e derrubar o então ditador no poder.

> Em suma, no processo da conquista do poder a própria revolução social foi antecipada. A atividade legislativa e executiva que o exército rebelde forjou construía o espírito revolucionário do guerrilheiro dentro da ação. E, o que é mais importante, como parte de uma realidade vivida e compartilhada com os humildes, envolvendo aquele espírito revolucionário, assim, pela participação, pelo compromisso moral e pela solidariedade política com a situação de interesses e de valores das classes trabalhadoras e da população pobre (Fernandes, 2012, p. 129).

O êxito da revolução cubana dentro do contexto da guerra fria reorienta as praticas adotas pelos Estados Unidos e os países avançados perante os países latino-americanos. Como forma de evitar uma nova revolução na região, os conflitos sociais e processos revolucionários serão reprimidos mais fortemente, gerando intervenções militares em grande escala na região.

Porém, a revolução também mostrou a possibilidade de transformação social na região que não seguisse os modelos propostos pela União Soviética ou pela China. A revolução cubana através da sua realidade econômica e militar, através da adesão das camadas sociais, colocou a possibilidade para todos os outros países vizinhos.

4.4 – Via Pacífica ao Socialismo Chileno (1970 – 1973)

Como ocorrera com a revolução cubana em 1959, a via chilena para o socialismo foi uma nova forma de esperança encontrada, além dos manuais soviéticos do processo revolucionário, não só para os países da América Latina, mas para todos os países que aspiravam uma superação do capitalismo. A conhecida “via chilena” é a primeira e única experiência de tentativa de transição ao socialismo dentro das vias democráticas na América Latina, através das eleições.

A década de 1960 é marcada por uma crise muito profunda no Chile. Marini (2019) aponta o desenvolvimento dependente, principalmente entrelaçado aos interesses dos Estados Unidos como um dos principais fatores das insatisfações chilenas. Os governos do período propiciaram mudanças drásticas tanto no setor industrial e no campo, principalmente como formas de adequações aos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais, mudanças essas que modificaram toda estrutura social chilena.

É nas insatisfações dos setores da pequena burguesia, atreladas as crescentes reinvindicações dos pobres da cidade, camponeses, proletários rurais e movimentos operários, grupos esses prejudicados em grande medida as políticas voltadas ao grande capital, que em 1970 a Unidade Popular[35] (UP) conseguirá unir essas diversas forças e eleger Salvador Allende com uma proposta e projeto de transição ao socialismo.

A vitória das eleições pelo socialista Salvador Allende foi a esperança como uma nova possibilidade de transformação social. Durante os três anos que esse projeto existiu, os conflitos internos e externos, as medidas adotadas, as políticas realizadas etc. foram observados por inúmeros movimentos, teóricos e revolucionários. O projeto de transição ao socialismo sob a via chilena terminou com o golpe militar de Pinochet em 1973, porém a experiência demonstrou mais uma das inúmeras possiblidades concretas de superação do sistema capitalista na América Latina.

O século XX foi permeado por intenso debate acerca dos caminhos possíveis para América Latina. Através de uma intensa luta de classes mostraram-se as contradições e a realidade da região. Em respostas criaram-se alternativas teóricas e políticas que marcaram os processos de industrialização e desenvolvimento econômico da América Latina, assim como tentativas e processos revolucionários. A partir desse debate conseguimos aprofundar nas especificidades verificadas no caso brasileiro, que será realizado no próximo capítulo.

[35] A divisão da Democracia Cristã e do Partido Conservador em candidatos próprios, também foi um fator importante para a vitória de Salvador Allende.

Capítulo 2- Industrialização brasileira e o Nacional Desenvolvimentismo como política de um capitalismo autônomo

Bielschowsky (2011) aborda que o ciclo desenvolvimentista iniciado no Brasil após 1930 e que se estende até 1980 pode ser considerado um "projeto de industrialização integral como via de superação do subdesenvolvimento, conduzido pelo Estado" (Idem, p.15), ou seja, uma industrialização como forma de superação da pobreza e problemas sociais e econômicos gerados pelo subdesenvolvimento.

O debate sobre como realizar o desenvolvimento nacional centrou principalmente em questões sobre a função do Estado e dos países imperialistas nos processos decisórios, diversificação das produções, concentração de terra, redistribuição do progresso técnico, substituição das importações etc. Bielschowsky (2011) coloca que os processos decisórios sobre a alocação dos recursos no Brasil entre 1930 e 1980 se modificaram de acordo com as mudanças governamentais, tendo em vista que em todo esse período pode-se afirmar projetos de industrialização sob óticas e perspectivas distintas. Maciel (2016) explica que por mais que o desenvolvimentismo nacional pós 1930 tenha sido focado em um intervencionismo estatal para a industrialização, esse projeto desde o início precisou conviver e conciliar "setores políticos e sociais com consideráveis forças políticas e econômicas" (Idem, p.182). É nesse terreno que a disputa de como propiciar o desenvolvimento se choca com as concepções dos nacionalistas e não nacionalistas ligados ao setor público, dos desenvolvimentistas ligados ao capital privado nacional e capital internacional e etc. Maciel aborda que independente da primazia do debate nos períodos vigentes, as alternativas desenvolvimentistas eram colocadas tanto pela esquerda, quanto pela direita.

Porém ao estudar a história do desenvolvimento econômico e industrial no Brasil pós 1930, estudamos projetos e tentativas de desenvolvimento de um capitalismo nacional. Os governos e as políticas estudadas nesse capítulo divergem em seus projetos e caminhos políticos quanto a melhor forma de alcançarem o desenvolvimento nacional ao nível dos países mais avançados, no entanto três características são comuns a todos eles: a via capitalista e o desenvolvimento industrial como mecanismo de desenvolvimento.

Maciel (2016) coloca que o projeto de desenvolvimento iniciado em 1930 encontra seu fim em 1973, com o encerramento do que ficou conhecido como "milagre

econômico", porém, mesmo depois da crise daquele padrão de acumulação, os índices econômicos continuarão em alta até 1980. Por isso, de acordo com Serra (1982), Caputo e Melo (2008) o entendimento acerca do desenvolvimentismo brasileiro pode-se ser separado em dois ciclos ideológicos: o primeiro ciclo entre o período de 1930 a 1964 e o segundo de 1964 a 1980.

Ao defendermos que o processo de industrialização no Brasil acontece principalmente entre 1930 e perdura até o início de 1980, não negamos a importância de fatores anteriores a esse período que possibilitaram tal realidade. O cenário econômico e político do capitalismo mundial desde início do século não pode ser dissociado do entendimento sobre o processo da industrialização brasileira. Para a compreensão da passagem da economia de exportação de bens primários para substituição de importações como processo de desenvolvimento das realidades latino-americanas e nesse caso específico brasileiro, as crises e guerras deste período são fatores fundamentais na construção do panorama da realidade nacional. Com isso construímos um paralelo da influência que o modelo político e econômico brasileiro anterior a 1930 em conjunto com a realidade mundial propiciou as bases para a industrialização subsequente no país.

Entre o período selecionado, destacaremos três momentos que a nosso ver são os principais para uma compreensão geral das características que a industrialização assumiu no Brasil. O primeiro momento seria o período em que o país foi governado por Getúlio Vargas (1930-1945, 1951-1954), o segundo por Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) e por último o período pós-golpe civil-militar no Brasil (1964-1985). O foco deste trabalho se deterá em analisar as políticas industriais e as influências dos períodos estudados a luz do debate teórico da teoria marxista da dependência, ilustrada nas obras de Marini, para compreendermos as modificações e adaptações no processo de industrialização brasileira.

Através do entendimento geral das características principais desses períodos, mostraremos com o argumento do desenvolvimento industrial brasileiro através de políticas e planos diferentes nos distintos governos. Além disso, mesmo com o crescimento econômico e industrial, outra característica marcante do período é a insatisfação da classe trabalhadora. Os trabalhadores atravessam um período de lutas e

reivindicações por direitos e melhoras na estrutura social. Essas lutas também são marcadas por diferentes reações políticas e sociais nos períodos analisados.

1 – Brasil e a gênese da sua acumulação industrial

Fonseca e Salomão (2017) demostram como a discussão sobre a origem do desenvolvimento da indústria brasileira foi um tema central nos debates teóricos e intelectuais até final do século XX. Independentemente de como se deram as explicações, o consenso entre os historiadores, sociólogos e economistas foi que a década de 30 foi o período crucial para o desenvolvimento da indústria brasileira. As divergências explicativas do processo se deram em como explicar a viabilidade do surgimento da indústria e o que a industrialização significaria para realidade dos países latino-americanos e no caso aqui exposto, brasileiro.

Para compreender a possibilidade do desenvolvimento na década de 1930, considerado um "ponto de inflexão" decisivo na economia brasileira, vários autores elaboraram explicações de como foi possível que esse processo ocorresse, principalmente por debaterem a necessidade de uma poupança que viabilizasse esses investimentos no setor produtivo industrial ou uma origem dessa poupança associados a outros grupos econômicos, como vindo da economia cafeeira[36]. Aqui, utilizaremos uma combinação dos interesses das burguesias nacionais e internacionais junto com a superexploração do trabalho como forma encontrada pela economia brasileira de criar o seu excedente necessário para criação de uma poupança capaz de gerar um excedente para expansão da industrialização brasileira, característica esta que se torna tendência no capitalismo latino-americano como um todo.

Defendemos que "o nascimento e o desenvolvimento do parque industrial brasileiro estão articulados ao processo de acumulação primitiva de capital, propiciada pela exploração do trabalho escravo e imigrante europeu." (Neto, 2015, p.200). Como explica Neto (2015), a exploração do trabalho escravo e – concomitante e posteriormente do colono possibilitou a acumulação necessária para transformação do "fazendeiro no industrial e o banqueiro estrangeiro em principal agente da

[36] Celso Furtado (1970) (1983), Tavares (1972) e Peláez (1968), entre outros.

industrialização" (Idem, p.202). Nesse sentido, concordamos com Peláez (1968)[37] ao mostrar a ligação de continuidade enxergada de um crescimento industrial nacional nas primeiras décadas do século XX, porém a crise de 1929 e a revolução de 1930 foram fatores predominantes que mudaram todo o sentido da industrialização brasileira.

Assim, como demonstra Neto (2015), os fazendeiros que recorriam à mão de obra escravizada e do trabalho do colonato serviram como "molas propulsoras no capitalismo industrial" brasileiro. Não podendo mais se desenvolver aos moldes dos países da primeira e segunda revolução industrial, o Brasil e os países dependentes recorrem ao que Marini (1973) chama de superexploração da força de trabalho, único padrão de acumulação em que as economias dependentes conseguem acumular de capital. Ou seja, a exploração da força de trabalho dos colonos e dos escravos na agricultura será o que vai gerar a acumulação primitiva necessária para o financiamento e desenvolvimento da indústria brasileira em sua "gênese". (Neto, 2015, p.202).

> Foi muito significativo para criação da indústria nacional que grande parte desse lucro permanecesse na área do café. Os cafeicultores de São Paulo, quase todos nativos, investiram em estradas de ferro e docas, bancos e sociedades comerciais, necessários à expansão de seus negócios. Tuas empresas geraram novos lucros, que puderam ser empregados na compra de maquinismos. (Dean, 2000, p.252 Apud Neto, 2015, p.202).

Neto (2015) continua sua análise mostrando como os setores que começam a investir na industrialização são em sua grande maioria oriunda do capitalismo agrário, ou seja, são senhores de terras que sempre desenvolveram seus negócios em grande maioria voltados para o mercado externo, criando vínculos para exportações de seus produtos. Ao se tornarem o agente condutor no início da industrialização brasileira, consequentemente também se tornarão a representação do capital internacional. Esse é um ponto de inflexão que muitos autores abordam que a dependência brasileira ocorreu por as burguesias nacionais serem débeis (Costa e Silva, 2018), mas ao contrário deste

[37] Peláez discordava das teses Cepalinas e principalmente das obras de Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares sobre a explicação da industrialização brasileira a partir da "substituição das importações" dos anos 30 como fatores preponderantes. Peláez defendia uma tese de continuidade do início do século, apoiado principalmente na influência dos cafeicultores na industrialização. Sobre esse debate, recomenda-se Fonseca e Salomão (2015), Gonzalez e Salomão (2018) e Gonzalez e Salomão (2019). Neste trabalho concordamos com Peláez de uma continuidade de um pequeno desenvolvimento já iniciado, porém não negamos o fator crucial que a substituição de importações proporcionou ao desenvolvimento industrial nacional.

pensamento, isso só indica uma burguesia aliada ao capital internacional, assim, não existindo uma burguesia revolucionária de carácter nacional[38].

> A história do capital e a história de sua principal personificação no país estão completamente amoldadas aos interesses das metrópoles e aos interesses dos grandes impérios econômicos; essa burguesia nunca conseguiu fazer outra coisa a não ser obedecer cegamente às determinações econômicas e políticas externas. Nunca foi capaz de fazer outra coisa que não fosse servir de correia de transmissão à tirania do capital sobre o trabalho. (Neto, 2015, p.218).

Simonsen (1937) compactuará com os interesses das classes dominantes ao defender que existe uma política comercial capaz de conciliar os interesses postos pela nossa necessidade de expansão econômica agropecuária e industrial, com o comércio internacional. Ou seja, como afirma Neto (2015) e Marini (1973) os interesses da burguesia nacional estavam diretamente entrelaçados com os interesses do capital estrangeiro e, consequentemente, não havia o interesse de rompimento por parte da burguesia dependente[39]. Ou seja, a dependência só passou da economia inglesa para a economia norte-americana com distintos padrões de dominação e acumulação de capital.

É importante também compreender que a força da mão de obra do imigrante que chega para vender sua força de trabalho está totalmente ligada nessa mediação da burguesia nacional brasileira, "enquanto forças sociais aliadas ao capital internacional." (Neto, 2015, p.204). Os interesses do capital internacional e sua ideologia dominante estão totalmente inseridos na presença desta nova força de trabalho no processo de reprodução nacional. Ou seja, Neto explica que foi a "velha burguesia agrária e comercial, constituída pela exploração do trabalho escravo, que instituiu tanto o sistema do colonato quanto o trabalho assalariado" (Idem, p.204).

Nesse quadro exposto fica evidente que o desenvolvimento da economia brasileira desde sua gênese é completamente entrelaçado aos interesses do capital internacional, em que mostra a inviabilidade e impossibilidade de uma gestação autônoma da sua economia interna. A burguesia nacional aceitava ser mera coadjuvante do capital estrangeiro, assim sendo, todo o crescimento possível da economia nacional era possibilitado dentro dos interesses do capital internacional. Sendo assim, o

[38] Teses amplamente defendidas por Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini.
[39] Marini (2019) ao explicar o golpe militar no Chile, vai comprovar que os interesses das burguesias regionais latino-americanas estavam em constante concernência com os interesses do capital internacional.

desenvolvimento do parque industrial brasileiro se dá a base de um expressivo conglomerado de trabalhadores destituídos do mínimo dos meios necessários para sobrevivência e obrigados a vender sua força de trabalho por um salário para aquisição de produtos fundamentais a sua reprodução.

> O crescimento do espaço urbano e o processo de industrialização pressupõem um exército de trabalhadores ativos e inativos carentes dos gêneros de primeira necessidade e dos produtos manufaturados. Subsiste uma unidade de propósitos entre o complexo agrário e o complexo industrial, em que tanto o trabalho escravo quanto o trabalho do imigrante produzem o excedente necessário para os senhores de terra possam investir no processo de industrialização desde o final do século XIX. Ao mesmo tempo, o amplo excedente constituído pelo capital internacional favorecido pela revolução industrial, podia transferir recursos na perspectiva de transformar a economia nacional numa espécie de satélite das economias hegemônicas. (Neto, 2015, p.220).

Como será trabalhada posteriormente, a presença do capital estrangeiro acentua-se no Brasil a partir dos anos de 1920, principalmente os capitais norte-americanos na tentativa de superação das influências britânicas na região e vai até a crise de 1929. Basicamente, toda indústria constituída até aquele momento tinha sido instaurada e financiada com capital estrangeiro, mas era ainda um processo inicial da industrialização brasileira. Será após 1930 com a substituição das importações que o parque industrial brasileiro sofrerá uma mudança significativa neste modelo, porém é a partir da década de 1950 e, principalmente década de 1960 com golpe militar, que a verdadeira essência da economia definitivamente é revelada: a impossibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo das economias latino-americanas e a impossibilidade de políticas econômicas sem estarem submetidas aos interesses das multinacionais e do imperialismo norte-americano.

1.1 – A dinâmica de Substituição de Importações

Tavares (1964) ao analisar a realidade latino-americana até a crise de 1929, caracteriza todas as economias como modelos primário-exportadores, não sendo possível deixar de caracterizar esse setor como o principal gerador de renda nacional e consequentemente, principal fator de crescimento das economias dependentes. Já no que concerne às importações, os países por possuírem poucos produtos e baixíssimos níveis de produções manufaturadas, recorriam às importações como fontes supressoras necessárias para a realização do atendimento interno.

Comparando com as economias centrais, Tavares (1964) aborda como as exportações eram fatores importantes para renda nacional daqueles países, o que justificava suas expansões comerciais, porém, diferentemente das economias periféricas, as exportações "não lhes cabia a exclusiva responsabilidade pelo crescimento da economia." (Idem, p. 220) como era na realidade latino-americana, que a economia dependia exclusivamente da exportação de seus produtos primários. Ou seja, para Tavares esse fator externo era um complemento importante dos fatores internos, que era "o investimento autônomo acompanhado de inovações tecnológicas." (Tavares, 1964, p. 220). Foram ambas essas combinações para autora que permitiram às economias centrais aproveitarem os mercados externos e expandir as produções e variedades internas.

Na América Latina essa realidade não pode ser realizada. O setor exportador era basicamente a única forma de renda dos países periféricos e nesse sentido cabia ao setor exportador definir como a especialização dos produtos internos seria efetivada. Por mais que Furtado (2019) e Tavares (1964) demonstrem que existiam produções internas de produtos como tecidos, móveis, calçado e etc., para esses autores, essa especialização era de baixo nível e apenas servia para realizar a necessidade de pequena parcela da sociedade[40]. Com isso, o setor exportador se especializava em pouquíssimos produtos primários de acordo com a necessidade e demanda do mercado externo, não promovendo um investimento ou uma variação em produtos internos.

Assim como aponta Marini (1973), Tavares (1964) e Furtado (2019) salientam que o setor exportador foi um propulsor do processo de urbanização e criação das pequenas produções de manufaturas, mas como economias dependentes, toda a produção interna era insuficiente para criar uma economia forte e independente, ficando todas elas à deriva de necessidades e demandas externas por produtos primários essenciais às economias centrais.

> Nas economias abertas centrais, as importações destinavam-se, basicamente, a suprir as necessidades de alimentos e matérias-primas que as suas constelações de recursos naturais não lhes permitiam produzir

[40] Furtado e Tavares consideram as pequenas indústrias nacionais inexpressivas e não muito relevantes no cenário nacional até década de 1930. Posterior à crise de 1929, se dá a necessidade da substituição de importações que será o fator preponderante para o desenvolvimento industrial nacional. Aqui, discordamos nesse sentido, no qual tendemos a concordar que o setor primário-exportador foi o principal propiciador de acumulação de capital necessário ao desenvolvimento industrial e que esse investimento já era encontrado em menor medida anterior a 1930 e será fundamental para o desenvolvimento industrial posterior a crise de 1929 a partir da ociosidade dessas pequenas indústrias já desenvolvidas anteriormente.

> internamente de maneira satisfatória. Já nas nossas economias, além de termos, em maior ou menor grau, de resolver esse mesmo problema, as importações deviam cobrir faixas inteiras de bens de consumo terminados e praticamente o total dos bens de capital necessários ao processo de investimento induzido pelo crescimento exógeno da renda. Assim, o papel do setor externo como mecanismo de ajuste entre estruturas de demanda e produção interna assume também um caráter marcadamente diverso, em grande parte responsável pela subsequente mudança de modelo de desenvolvimento. (Tavares, 1964, p.221).

É nesse ponto que Tavares (1964) aborda a diferença de nossos países com o "crescimento para fora" para as economias já instituídas no "quadro de divisão internacional do trabalho" (Idem, p.221).Aos países da América Latina, ao se inserirem na economia capitalista, não lhes seria dado mais a chance de um desenvolvimento capitalista aos moldes dos países centrais, sendo constrangidos a adotar determinado tipo de desenvolvimento cujo caráter é subordinado, ou seja, de forma dependente das economias centrais[41].

São essas as principais características do desenvolvimento capitalista das economias nacionais regionais agrário-exportadoras até a crise de 1929. É com a crise e posteriormente a Segunda Guerra Mundial que propiciou uma mudança para se compreender o que ficou conhecido como a "possibilidade" de desenvolvimento de um capitalismo autônomo dos países latino-americanos, principalmente através dos teóricos cepalinos desenvolvimentistas.

A mudança essencial enxergada como possibilidade de desenvolvimento dos países latino-americanos no patamar dos países centrais em condições distintas se deu através do que ficou conhecido como "processo de substituição das importações" que gerou um desenvolvimento industrial e social através de uma necessidade de industrialização voltada para o mercado interno dos países dependentes.

As crises se intensificaram e influenciaram o comércio da América Latina principalmente após a primeira grande guerra, porém como visto anteriormente, muitos países ainda mantiveram políticas de desenvolvimento voltado apenas para o mercado externo e com especialização em grande maioria de modelos primários como o Brasil. Furtado (2019) mostra em economias como Argentina e México o início de uma reorientação para a produção interna através de um precário desenvolvimento interno de

[41] Esse é o ponto central em que posteriormente os economistas desenvolvimentistas, nacionalistas e comunistas irão tentar superar através de inúmeras concepções. A substituição de importações será um dos caminhos visualizados por eles como oportunidade de desenvolvimento interno, principalmente aos moldes da segunda revolução industrial como aconteceu na Alemanha.

produtos manufaturados. Porém é a crise de 1929 que permitiu uma reorientação total no modo de produção das economias latino-americanas.

Como afirma Tavares (1964, p. 222), “a crise prolongada dos anos 1930, no entanto, pode ser encarada como o ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador”. O desequilíbrio perante o mercado externo e a crise fez a maioria dos governos adotarem medidas que protegessem seu mercado interno o máximo possível da crise internacional. Essas medidas se constituíam “basicamente em restrições e controle das importações, elevação da taxa de câmbio e compra de excedentes ou financiamento de estoques, visando antes defender-se contra o desequilíbrio externo do que estimular a atividade interna.” (Idem, p. 223). Porém é o resultado dessas políticas que impulsionaram a industrialização interna e, posteriormente, a luta pela manutenção e expansão dessas políticas.

O setor externo nesse período foi de extrema importância para os países dependentes. Por serem o principal e em grande medida único setor responsável pelo crescimento da renda nacional, através da capacidade de suas exportações, Tavares (1964) mostra que eles acabam agora invertendo os papéis em meio à crise e usam suas antigas relações comerciais para importações de equipamentos e bens intermediários necessários no desenvolvimento industrial e são os responsáveis por incrementarem uma diversificação da estrutura produtiva.

Como mostrado por Neto anteriormente, o setor agrário exportador sofre uma perda importante na criação e formação da renda nacional perante a política de substituição de importações. Entretanto, mesmo perdendo mercado externo, eles participam continuamente na atividade interna e, em grande medida, a burguesia industrial nascente estará totalmente ligada à burguesia agrário-exportadora dominante até aquele período.

Ao se trazer essa realidade das substituições de importações a industrialização brasileira, é de suma importância entender a relação do Estado com as burguesias industriais e agrárias nativas e principalmente as políticas adotadas a partir da década de 1930.

2 – Aspectos externos da industrialização brasileira do século XX

Cano (2017) elabora um detalhado resgate histórico dos fatores externos a economia brasileira que permitiram ou influenciaram diretamente no seu desenvolvimento industrial intensificado a partir dos anos de 1930. O autor nos mostra que a década de 1920 mostrava uma economia mundial que ainda estava desorganizada e não havia superado os efeitos da primeira guerra mundial. A primeira guerra mundial foi uma guerra imperialista, uma guerra ocorrida por reinvindicações nas redistribuições espaciais e comerciais ao redor do globo entre as principais potências europeias. Pode-se caracterizar principalmente por uma insatisfação perante os países da segunda revolução industrial, que liderados pela Alemanha, Itália e posteriormente EUA reivindicavam espaço no acesso a exploração de riquezas e distribuição industrial de suas empresas no mercado mundial[42].

> Com o final da I Guerra Mundial, entraram em declínio definitivo as potências imperialistas que haviam dominado o mundo do final do século XIX até a I Guerra Mundial. O domínio colonial, embora contestado a partir dos anos 1914-19, pela emergência da hegemonia norte-americana, continuou a ser praticado e inclusive exacerbaram-se as tentativas de redivisão do mundo. Estas lutas pelo domínio econômico e territorial do planeta levaram finalmente à II Guerra Mundial**.** (Santos, 2000, p.6).

O resultado da primeira guerra foi uma Europa destruída, um mercado comercial mundial desregulado, já que as potências mundiais estavam em reconstrução, e o surgimento de dois polos que viriam a regular e influenciar os rumos da economia mundial posteriormente. Do lado capitalista, EUA saindo com enorme poderio principalmente militar e econômico e, do lado socialista, a URSS, que mostraria uma taxa elevada de industrialização e poderio militar e econômico que conseguiria rivalizar com qualquer outra potência imperialista.

Cano (2017) salienta que enquanto os países europeus ainda se reestruturavam da primeira guerra mundial, os EUA vivenciavam um extraordinário "boom industrial" (Idem, p.266) que apenas terminaria na metade de 1929, com o início da maior depressão capitalista até então. A crise de 1929 acabou atingindo a maioria dos países do bloco capitalista, estendendo-se praticamente até final de 1937, quando a "superação" da crise se deu por políticas "anticíclicas de modelo keynesiano, e, principalmente, pela economia de guerra que se instaura já a partir de 1937" (Cano, 2017, p. 266).

Como afirma Marini (2019, p.277),

[42] Cogiolla (2015) e Saes (2017).

> a industrialização foi à saída que o capitalismo brasileiro encontrou no momento em que a crise mundial, iniciada com a guerra de 1914, agravada pelo crack de 1929 e levada ao paroxismo pela Guerra de 1939, transtornava o mecanismo dos mercados internacionais.

Marini (2019) coloca que entre o período de 1930 e 1950, o Brasil beneficiou-se da crise mundial vivida pelo sistema capitalista. A necessidade de produção de itens manufaturados para substituir os itens necessários da demanda interna que já não era mais possível de satisfazer com as importações, se tornou apenas um dos benefícios que estimularam o desenvolvimento da industrialização brasileira e latino-americana. Marini aponta que o período também propiciou a aquisição de equipamentos necessários para o desenvolvimento da industrialização a baixo custo de preço, por mais que já fossem em grande medida considerados obsoletos nos países avançados.

Outro fator importante apontado por Marini (2019) é a diminuição das pressões dos capitais estrangeiros. Os capitais europeus diminuem seus investimentos no início do século XX na América Latina, principalmente por ainda estarem reerguendo suas economias internas pós-primeira guerra mundial. Os EUA que depois de aproveitar para fazer investimentos pesados durante toda década de 1920 na região como formar de assumir o mercado dominado pela Inglaterra, acabou diminuindo estes investimentos consideravelmente depois da crise de 1929, crise esta que atingiu principalmente os EUA e consequentemente afetou todos os países dentro do sistema capitalista até meados de 1937.

Com essa necessidade de substituição das importações para suprir as necessidades das demandas internas e com menos pressões do capital externo, Marini nos mostra que ocorre uma reestruturação dos investimentos dentro do mercado interno. A industrialização que tinha menos de 10% dos montantes de investimento, ao final de 1952 estará cobrindo mais de 20% do investimento total destinado.

Ao fim da segunda guerra, as grandes potências europeias estavam devastadas pelas consequências diretas dos conflitos. Os EUA, como principal potência hegemônica do capitalismo, vai ser o responsável pela reconstrução do cenário político e econômico através de uma sistema de instituições que vai garantir a estabilidade dos fluxos de capitais e mercadorias e que vai reger o sistema capitalistas e uma ordem econômica mundial a partir de então. Através de uma lógica liberal de mercado, os Estados Unidos desenvolvem estratégias políticas e econômicas de conter e lidar com a expansão do bloco Comunista, representado principalmente pela URSS, também

potência política e econômica do pós-segunda guerra mundial[43]. Para isso, inúmeras medidas foram tomadas. Encabeçadas pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha, no qual a segunda não tinha poder sobre a primeira (Volcker,1993, p.22), instituições e medidas vão ser formuladas para essa reconstrução da economia capitalista e dos países então desestruturados e destruídos pela guerra.

Para a reconstrução da Europa foi formulado o Plano Marshall e para regulação agora das novas diretrizes políticas e econômicas do capitalismo Mundial, inúmeras instituições foram desenvolvidas e acordos feitos, principalmente sob a tutela dos Estados Unidos. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou comumente conhecido como Banco Mundial), Organização Internacional do Comércio (OIC) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio. Todos esses acordos ficaram conhecidos como o acordo de Bretton Woods[44], assinado em 1944 pelos EUA e 44 nações aliadas.

A guerra acabou se estendendo até meados de 1945 e a restruturação dos países envolvidos irá até início dos anos de 1950. Porém, ao final da segunda guerra, EUA e URSS que haviam se transformados em potências hegemônicas, iniciaram um conflito que acabaria influenciando e envolvendo praticamente todas as economias mundiais, a chamada Guerra Fria.

Cano (2017) aborda como o período pós-guerra se transforma em algo paradoxal, de acordo com o autor o período foi constituído pela derrota do nazifascismo, pelo fim do colonialismo e pela ilusão do "american way of life" no mundo ocidental. Porém ao mesmo tempo, o mundo passava por um constante temor de uma possível terceira guerra mundial a nível nuclear, cenário de temor este que os EUA usaria para assegurar seu papel militar mundial, nascendo assim à política internacional de guerra.

---

[43] Ao fim da segunda Guerra Mundial, a República Popular da China já havia sido exitosa em realizar uma revolução comunista no país, porém as principais inspirações no período serão estimuladas e orientadas pelas cartilhas programáticas elaboradas pela URSS.

[44] Sobre Bretton Woods: "Após a II Guerra Mundial houve a tentativa de reconstrução do sistema monetário internacional que havia se desorganizado desde a Grade Depressão dos anos 30. A posição dos EUA neste momento era muito forte, pois praticamente todos os países aliados haviam tomado empréstimos nos EUA durante a guerra, além de que uma boa parte das reservas de ouro do mundo estava nos EUA. Ao vencer a II Guerra Mundial, a vitória militar americana não foi somente contra o eixo Alemanha – Japão – Itália, mas, do ponto de vista econômico, os EUA derrotaram de vez toda Europa Ocidental. Foi com essa posição inicial de poder, particularmente assimétrica dos EUA, que foi construída a ordem financeira e monetária internacional do pós-guerra". (Serrano, p.182)

Cano (2017) afirma que mesmo os EUA saindo ao final do conflito com um duopólio de poder militar e armas nucleares, o dólar como a moeda padrão no âmbito do comércio internacional e com uma enorme capacidade produtiva, financeira e tecnológica, ao participar da reconstrução da Europa e do Japão com quantidades elevadas de dólares[45], acaba fazendo a saída líquida de dólar ser maior que os acúmulos positivos adquiridos pela guerra. A reconstrução dos principais países participantes da segunda guerra também ocasiona uma perda de mercado externo dos EUA perante aquelas economias, que se intensifica em contexto da guerra fria.

Assim, explica-se a criação do chamado "Euromercado de Dólares" que crescia de acordo o com aumento do fluxo líquido negativo dos EUA e acarretava uma maior desvalorização e inflação da economia americana. Cano (2017) colocará que com isso o sistema financeiro internacional proporcionará também as bases para especulações, volatilidades e inflações. A crise do petróleo da década de 1970 levará a conflitos e pressões externas sobre os EUA, principalmente de países como Alemanha e França, os quais acabam acusando os EUA, maior devedor mundial, de terem perdido sua hegemonia e capacidade de gerir o capitalismo mundial.

O destaque mais importante é que todo contexto internacional influenciará no desenvolvimento industrial brasileiro. Os anos de ouro do capitalismo de bem-estar social experimentado pelo ocidente não se reproduziram na realidade dependente, porém, mesmo assim o desenvolvimento industrial continuou progredindo até a crise do petróleo da década de 1970 e coincide com o início das políticas neoliberais como programa político ao redor do mundo.

A consciência da classe operária, as revoluções desse período histórico, as influências dos países hegemônicos, os empréstimos e as multinacionais, o *American Dream*, todas essas considerações são importantes influentes para conseguir compreender minimamente o desenvolvimento da industrialização latino-americana e brasileira. Através das análises dos governos brasileiros no processo de tentativa do desenvolvimento do capitalismo autônomo e consequentemente das influências externas e reações internas, mostraremos uma inerência da realidade interna associada à realidade externa.

[45] Uma das principais reinvindicações dos economistas Cepalinos em seus textos iniciais, principalmente na figura de Prebisch, que reivindicava maior participação dos países latino-americanos no acesso ao dólar para suas industrializações.

3 – Desenvolvimento econômico e industrial brasileiro: Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek e a Ditadura Militar

Forjaz (1984) aborda a polêmica sobre a explicação entre os cientistas sociais da política econômico-financeira da primeira era Vargas acerca da industrialização brasileira. Para a autora, existe uma corrente que defende que a política adotada por Vargas seria apenas uma permanência da primeira república, ou seja, "uma política econômica antiindustrialista e ortodoxa, que impediu maior diversificação e crescimento da economia brasileira" [46] (Idem, p.36). Segundo essa perspectiva,

> tanto no governo provisório, como no período constitucional (1934-1937), como no Estado Novo (1937 -1945), as grandes linhas da política financeira de Getúlio Vargas tenderiam para a obtenção dos seguintes alvos: a contenção monetária e a manutenção do equilíbrio orçamentário. (Forjaz, 1984, p.36).

Em seguida, Forjaz coloca uma segunda corrente que divergia dessa explicação ao admitirem os compromissos de Vargas com as classes dominantes tradicionais, porém observando que no período pós 1930 há uma "implantação de um novo padrão de crescimento centrado na indústria" [47]. Para esses autores, a reação interna da economia em resposta "a crise de 1929 possibilitou o arranque do processo de industrialização por substituição de importações, apesar de não haver por parte do governo uma política deliberadamente industrializante". (Forjaz, 1984, p 36).

Mello (1982) aborda que o nascimento e consolidação do capital industrial brasileiro ocorrem entre 1888 e 1933 ligada especificamente ao capital cafeeiro. "Isso porque, gerava uma massa de capital monetária passível de se transformar em capital produtivo industrial, transformava a força de trabalho em mercadoria e promovia a criação de um mercado interno" (Deus, 2017, p.53). Marini (2019) coloca que o excedente econômico gerado pela exploração dos camponeses e dos operários era o que alimentava a produção industrial, tendo a estrutura agrária como elemento regulador da produção. Marini aborda que entre 1930 e 1950 o desenvolvimento da indústria nacional depende dessa manutenção, mesmo que enfrente constantemente o capital

[46] A autora exemplifica essa corrente através das obras de Carlos Manoel Pelaez, Aníbal Villela e Wilson Suzigan.

[47] Caracterizando a segunda corrente, a autora utiliza Celso Furtado, Antonio Castro e Maria da Conceição Tavares.

latifundiário e comercial quando "se refere a apropriação de lucros criados pelo sistema". (Idem, p.278)

> No plano de seu relacionamento com as outras frações das classes dominantes, podemos perceber um contínuo processo de diferenciação de interesses entre a burguesia industrial e os grupos agrários, assim como ela e os comerciantes importadores. Nesse processo, "a defasagem entre percepções de interesses próprios e o montante de poder que o grupo possui para implementar esses interesses pode gerar estratégias de compromisso nem sempre condizentes com seus objetivos fundamentais. Isto, porém, longe de significar falta de consciência, inconsciência ou dependência ideológica, pode simplesmente representar um esforço por parte do grupo em ascensão, no sentido de preservar alianças com setores sociais que detêm os recursos escassos necessários à consecução de seus objetivos". É por isso que, apesar de estar crescentemente se diferenciando da elite rural e se automatizando ideologicamente, a burguesia industrial manteve por muito tempo seus laços com os cafeicultores. (Forjaz, 1984, p.37).

Draibe (1985) coloca que as transformações econômicas e sociais no Brasil possuem características gerais e específicas em relação ao desenvolvimento do capitalismo mundial, principalmente por ser constituída na etapa monopolista. Draibe aborda que a transição para capitalismo se inicia a partir do assalariamento e divide esse processo em três etapas: economia exportadora brasileira[48], industrialização restringida[49] e industrialização pesada[50]. Essa diferenciação abordada por Draibe é comumente aceita para explicação do surgimento da indústria brasileira, variando entre alguns autores as diferenciações dos anos que corresponde cada fase.

Analisaremos a seguir o período da industrialização restringida sob o comando do governo de Getúlio Vargas e posteriormente o período da industrialização pesada a partir do governo de Juscelino Kubitschek e sua diferenciação com o período Militar.

3.1 - Getúlio Vargas (1930 – 1945) e o pacto de 1937

Getúlio Vargas ao assumir o governo em 1930, construirá um ideário nacional-desenvolvimentista que constituirá uma mudança das relações políticas e econômicas desenvolvidas até então. Como visto anteriormente, a relação do capital agrário-exportador ou das pequenas indústrias surgidas até o final dos anos de 1920

[48] Período em que se predomina o capital mercantil, no qual tem o início a fase de crescimento industrial no Brasil, mesmo sendo em pouquíssimos setores.
[49] Período entre 1933 – 1955, em que as condições técnicas e financeiras ainda são limitadas. Nesse período o crescimento industrial se dá basicamente por substituição de importações e rearranjo da infraestrutura nacional.
[50] Transformação da produção interna para industrialização pesada após 1955, principalmente pós Planos de Metas.

estavam totalmente ligados aos países centrais ou financiados por investimentos estrangeiros. Vargas entrelaçou um interesse nacional de desenvolvimento, principalmente como caminho de superação da crise de 1929 através de políticas e ações centralizadas no Estado, ou seja, o Estado passa a ser o principal ator para o desenvolvimento nacional.

Bastos (2006) aponta que um dos principais interesses de Vargas constituía um desenvolvimento centralizado nas políticas de Estado que propiciasse novas atividades econômicas, principalmente de caráter industrial, diversificando o mercado interno e superando "(i) a especialização primário-exportadora: e (ii) a valorização ufanista das riquezas naturais, associada à ideologia da vocação natural (passiva) do Brasil para exploração primária de suas riquezas." (Bastos, 2006, p.241). Bastos continua que para Vargas o desenvolvimento necessitava de intervenções pontuais, ou seja, "não era apenas nacionalismo, mas nacional-desenvolvimentismo" (idem, p.241).

Bastos (2006) coloca como desde o início do governo Vargas em 1930 ele colocava como uma ênfase a industrialização pesada e a transformação da infraestrutura de base. Essa ênfase ocorria em grande medida pelas ameaças na continuidade da expansão econômica e da diversificação industrial que se dava com os estrangulamentos nas ofertas de energias e insumos básicos. O autor continua que a demanda por importações essenciais, não possíveis ou de difíceis substituições acabavam também se tornando mecanismo de estrangulamentos para o desenvolvimento industrial, causando arrochos "cambiais e pressões inflacionárias, uma vez que as exportações tradicionais não eram capazes de fornecer o fluxo crescente de reservas cambiais necessárias." (Bastos, 2006, p.242). Vargas percebia que o desenvolvimento econômico necessitava cada vez mais da redução da dependência dos insumos industriais e energéticos importados, só assim seria possível um verdadeiro desenvolvimento diversificado.

Vargas tinha uma concepção clara que o seu nacional-desenvolvimentismo precisaria colidir com estruturas enraizadas em todo o processo de constituição econômica nacional, principalmente a ligada à oligarquia agrária, aos bancos e os países que haviam investido em diversos setores nacionais. A sua política governamental tinha clara a concepção de um desenvolvimento capitalista nacional, porém com um cenário político nacional e internacional em crise, ele foi adaptando seu ideário de acordo com as possibilidades e circunstâncias que iam aparecendo. Podemos afirmar que o governo de Getúlio Vargas foi se adaptando as realidades impostas política e economicamente,

porém em sua constituição não era um governo com um plano claro de medidas a serem tomadas.

Bastos (2006) coloca que é possível avaliar o governo nacional-desenvolvimentista de Vargas através das políticas nos setores bases escolhidos pelo governo como ramos específicos para o desenvolvimento econômico moderno: Siderurgia, Petróleo e Energia Elétrica. O autor coloca que antes de 1930 os dois primeiros ainda não haviam sido constituídos no Brasil, enquanto o terceiro já se concentrava em filiais norte-americanas.

> Regular a atividade destas empresas envolvia chocar-se com interesses fortemente consolidados, uma vez que o governo Vargas pretendia que a expansão da oferta de energia se fizesse com garantias de fornecimento e preços que não prejudicassem a operação dos setores usuários de eletricidade. Assim, a prática da intervenção era nacionalista não em só em seus objetivos desenvolvimentistas, mas também no sentido em que resultaria em choques entre interesses definidos como nacionais pela política de Estado e os interesses constituídos de filiais estrangeiras, seja as que já operassem (concessionárias de energia, bancos e mineradoras, por exemplo), seja as que tivessem apenas concessões para operar, ainda não implementadas (como companhias de petróleo). Ao longo do tempo, outros conflitos ocorreriam com interesses particulares, estrangeiros e locais, que resistissem às políticas nacional-desenvolvimentistas. (Bastos, 2006, p. 243).

Bastos (2006) coloca outros setores que também foram afetados pelas políticas de industrialização e diversificação de produção submetidas por Vargas. Bastos aponta que o governo começou a regular e orientar o uso dos recursos escassos, exemplificando com as reservas cambiais. “Filiais estrangeiras eram afetadas neste campo, uma vez que as remessas de lucro foram limitadas para permitir pagamento de dívidas externas e compromissos comerciais.” (Idem, p. 243). Outra medida apontada por Bastos foi “a decretação de moratórias da dívida externa e a acumulação de atrasados comerciais, para financiar outras importações consideradas essenciais para o desenvolvimento econômico” (Bastos, 2006, p.243). Com isso, o autor coloca que as políticas tomadas por Vargas para o desenvolvimento econômico colocam em conflito o Estado Nacional, credores, exportadores estrangeiros e também gera conflitos com instituições financeiras, principalmente com os bancos estrangeiros após a nacionalização do sistema financeiro nacional em 1937.

Getúlio Vargas ficou conhecido como o presidente nacionalista, que recusava o capital estrangeiro e desenvolvia a economia nacional através do Estado. A realidade é que Vargas apenas se importava em alcançar seus objetivos e metas estabelecidas, não importando de qual maneira fosse conseguir tal façanha. Vargas utilizou o máximo que pode do capital estrangeiro para realização de suas políticas,

principalmente nos anos iniciais da década de 1930 e posteriormente com a crise econômica interna e externa no seu segundo mandato, fazendo aliança com os Estados Unidos. Entrou em conflito com interesse de classes internacionais e nacionais, e usou do aparato estatal para reprimir todas as divergências que iam contra as suas políticas desenvolvimentistas e industrializantes. A constituição do Estado Novo concretizou os meios necessários através do aparato estatal para que Vargas colocasse suas políticas em prática.

Marini (2013) aborda que o período a década de 1920 até 1937 é marcada por grandes agitações sociais. Essas agitações podem ser explicadas pelo início do processo de industrialização no país, que devido à recessão pós Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929, faz-se a necessário na América Latina como um todo, e especificamente no Brasil, o início do processo de substituição de importações. No Brasil, como apontado anteriormente, a crise de 1929 aceleraria o processo de industrialização significantemente.

Essas transformações de acordo com Marini (2013) vão se expressar socialmente com os aparecimentos de duas novas classes, a nova burguesia industrial vinculada diretamente ao mercado interno e um novo proletariado. Essas classes sociais a partir de seu surgimento irão pressionar às antigas classes dominantes e a estrutura estabelecida no país. Marini coloca que, nesse intervalo de tempo os conflitos encontraram um intermediador na revolução de 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, até o pacto finalmente concretizado com na ditadura do Estado Novo de 1937.

O pacto de 1937 se constituiria em uma aliança entre as antigas elites agrárias e latifundiárias e os comerciantes, com os interesses da nova burguesia industrial. Marini (2013) coloca que o proletariado "seria beneficiado por toda uma série de concessões sociais (concretizadas, sobretudo na legislação trabalhista do Estado Novo) e, por outro lado, seria enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordinava ao Governo." (Idem, p.75). Esse pacto se verá necessário, principalmente depois da insurreição fracassada da oligarquia em 1932[51] e da insurreição da esquerda em 1935[52]. Marini (2019) coloca que a opressão do Estado Novo será feita através "de

[51] Revolta das classes dominantes de São Paulo que não aceitavam a presidência de Getúlio Vargas após ele ter perdido a eleição de 1930 para Júlio Prestes (Paulista) e o fim da república velha, conhecida em grande medida pela alternância de poder entra as elites de Minas Gerais e São Paulo.
[52] Insurreição armada, liderada pela ALN (Aliança Libertadora Nacional) e que tinha Luís Carlos Prestes como principal figura de liderança. Essa insurreição teve adeptos de todos os segmentos: católicos,

uma legislação social avançada, que é complementada por uma organização sindical de tipo corporativo e por um forte aparelho policial e de propaganda, que trata de enquadrar as massas operárias" (Idem, p.275). Ou seja, para Marini (2019) o compromisso estabelecido em 1937 expressa uma complementariedade entre os interesses econômicos da burguesia e das antigas classes dominantes,

> Um dos elementos significativos dessa complementariedade é, efetivamente, a drenagem dos capitais para a indústria, por meio da qual a burguesia teve acesso a um excedente econômico que não precisava expropriar, posto que era colocado espontaneamente a sua disposição. Não é, entretanto, o único: manter o preço externo do café, enquanto a moeda se desvalorizava internamente, interessava aos dois setores – à oligarquia, porque preservava o nível de suas receitas, e à burguesia, porque funcionava como uma tarifa protecionista. A demanda industrial interna era, por outro lado, sustentada exatamente pela oligarquia, necessitada dos bens de consumo que já não podia importar e em condições de adquiri-los apenas na medida em que seu nível de renda fosse garantido. (Marini, 2019, p.276 - 277).

É nisso que Marini (2019) aborda a funcionalidade do pacto de 1937. Através da política de compra, armazenamento ou queima dos produtos não exportáveis do sistema agrário baseado na exportação de café, o Estado sustentava a capacidade produtiva do sistema agrário. O pacto também proporcionava um mercado para a burguesia industrial, que em meio à crise econômica mundial, era a única que conseguia se beneficiar nesse sentido. Marini coloca outro benefício gerado pela aliança estabelecida em 1937, em que, o sistema agrário necessitava de uma manutenção para seu sistema produtivo menor que às necessidades empregatícias das massas rurais, ou seja, esses excedentes de trabalhadores acabavam se deslocando para as cidades. Essa mão de obra integraria a classe operária e criaria um exército industrial de reserva permanente, permitindo o rebaixamento dos salários e a acumulação de capital exigido na indústria. "O ponto fundamental está em reconhecer que a agricultura de exportação foi à própria base sobre a qual se desenvolveu o capitalismo industrial brasileiro." (Idem, p. 277).

Esse compromisso firmado em 1937 permanecerá até início da década de 1950, mesmo com destituição da ditadura Varguista em 1945. Porém a partir da década de 1950, esses interesses pactuados entrarão em conflitos permanentes, com a luta política e reinvindicações populares. Esse período conflituoso será estendido até o golpe Militar de 1964. Marini (2013) aborda que esse período de rompimento é marcado pelo

---

comunistas, socialistas, militares, civis etc., todos em grande medida insatisfeitos com o governo de Vargas iniciado em 1930.

esforço da burguesia industrial em conseguir os recursos econômicos e o aparelho do Estado vinculado totalmente aos seus interesses.

Marini (2013) coloca que a reeleição de Getúlio Vargas para a presidência, em 1951, mostrava os interesses explícitos da burguesia industrial ao eleger o primeiro candidato de oposição. A campanha política propagada e feita por Getúlio com base em um programa de expansão econômica, industrialização e na transformação da indústria pesada, investimentos em infraestruturas necessárias ao desenvolvimento e etc. foram todas de grande interesse da burguesia. Nesse quesito, os interesses iam ao encontro também com a necessidade de diminuição das insatisfações dos movimentos de massas, já que reprimidas desde a ditadura de 1937, lutavam por mais conquistas e direitos.

> Essa aliança era possível pois, ao propor um amplo programa de expansão econômica, a burguesia abria perspectivas de emprego e de elevação do nível de vida para a classe operária e para as classes médias urbanas, criando desta maneira uma zona de interesses comuns que tendiam a expressar-se politicamente em um comportamento homogêneo. Essa tendência será acentuada pela burguesia através do manejo das direções sindicais (via Ministério do Trabalho) e com o impulso dado às idéias nacionalistas, que lhe permitiram exercer um controle ideológico sobre as massas. (Marini, 2013, p. 76).

Getúlio Vargas ao assumir a presidência em seu segundo mandato, inicia logo em seguida seu projeto ambicioso de governo e coloca seu plano nacional-desenvolvimentista em execução[53]. Porém, logo ao assumir o governo, as manifestações das massas populares se intensificam por mais direitos, melhor qualidade de vida e melhores salários. Como forma de apaziguar as insatisfações das massas, Marini (2013) aborda duas medidas significativas no período: aumento de 100 % dos salários e uma organização unitária dos sindicatos. Essas medidas fazem Getúlio entrar em conflito com a burguesia, já que as alterações salariais correspondiam a uma significativa diminuição de lucros. Seu governo será abalado pela desconfiança das antigas oligarquias, dos capitais imperialistas e parcela da burguesia que, vendo a proximidade

[53] Carraro e Fonseca (2003, p.12) apontam que Getúlio Vargas em seu primeiro mandato havia criado "entre 1930 e 1936 o Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil, a Estação Experimental de Combustível e Minérios, o Instituto de Química, o Instituto Biológico Federal, o Laboratório Central e Indústria Mineral. Posteriormente ele desenvolve o Instituto Nacional do Sal (1940), Conselho Nacional do Petróleo (1938), Fábrica Nacional de Motores (1940), Conselho Nacional de Ferrovias (1941), Usina Siderúrgica de Volta Redonda (1943) e do Conselho Nacional de política Industrial (1944) e a Comissão de Planejamento Econômico (1944)." Ao assumir seu segundo mandato, Marini (2013, p. 76) aponta "a criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; a decisão de concretizar o Plano SALTE (programação dos investimentos públicos nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia); o Plano Rodoviário Nacional; o Fundo Nacional de Eletrificação; a renovação do equipamento da marinha mercante e do sistema portuário; o monopólio estatal do petróleo (Petrobras) e o projeto de monopólio estatal de energia elétrica (Eletrobrás).".

do governo com lideranças comunistas, sofriam o medo de uma radicalização política ou de uma possível transformação radical.

Getúlio para tentar contornar a crise instaurada em seu governo aproxima-se dos Estados Unidos como um parceiro em potencial, formula reformas cambiais como forma de incentivar as exportações e diminuir as importações e por último volta ao sistema de maior rigidez as massas populares como forma de conter as insatisfações. Porém, com a crise do café em 1953, o país entra em uma grave crise cambial e sem apoio das massas populares e das elites econômicas, acaba se suicidando em 24 de agosto de 1954.

> O compromisso político de 1937 tivera como base essa realidade objetiva. Nos anos 1950 a situação se modifica. Enquanto a indústria se empenha em manter altas taxas de câmbio, o que a leva a colidir com o setor agroexportador - cujos lucros eram dessa maneira diminuídos -, este setor já não pode oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionara em outros tempos. Pelo contrário, muitas vezes se faz necessário que, mediante a formação de estoques generosamente pagos, o governo garanta os lucros dos plantadores e dos exportadores, estoques que, na verdade, correspondem à imobilização de recursos necessários para a atividade industrial. (Marini, 2013, p. 79)

Com a crise do setor externo e com a eminente possibilidade do projeto de industrialização entrar em crise, a burguesia aceitou que os estrangulamentos causados pela falta de divisas necessárias a superação da crise fossem resolvidos através do capital estrangeiro. Chegava ao fim o projeto de desenvolvimento nacionalista proposto por Vargas e desenvolvido desde 1930. Com abertura ao capital estrangeiro, a industrialização nacional ganhará novos impulsos industrializantes e terá no Governo Juscelino Kubitschek grande apoiador para consecução do projeto.

O resultado dos governos Vargas foi praticamente uma duplicação da produção industrial na década de 1930, utilizando a estrutura existente anteriormente através da sua capacidade ociosa e elevando suas potencialidades ao máximo. No seu segundo mandato, transformou a infraestrutura produtiva nacional. Utilizou o Estado para investir e regular o desenvolvimento econômico e produtivo nacional. Com um intervencionismo estatal e um grande autoritarismo, justificou-se nos meios sociais pela busca da eficiência e do progresso científico, e de uma fuga de um ‘coronelismo’ e dos interesses de grupos estrangeiros.

3.2 – ‘Ruptura da complementariedade’ e o governo Juscelino Kubitschek

Marini (2019) coloca que, a partir de 1950, o polo industrial tende a entrar em conflito com o polo agrário, o que gera uma ruptura da complementaridade entre ambos. Ele elenca três fatores consequentes do antagonismo entre eles. O primeiro fator colocado por Marini é referente à crise geral da economia de exportação brasileira resultado das tendências novas surgidas no mercado mundial de matérias primas.

> Protelada pela Guerra de 1939 e pelo conflito coreano, essa crise se tornará ostensiva a partir de 1953. A incapacidade do principal mercado comprador dos produtos brasileiros – o estadunidense – em absorver as tradicionais exportações do país, a concorrência com os países africanos e com os próprios países industrializados e a formação de zonas preferenciais – como o Mercado Comum Europeu – tornam a crise irreversível. (Marini, 2019, p. 278).

Marini demonstra como a política de compra e queima do café desenvolvida por Vargas havia se tornado um entrave para o setor industrial. O autor aborda como os estoques invendáveis financiados pelo governo, acabaram se tornando "uma imobilização de recursos subtraídos à atividade industrial, a agricultura já não oferecia à indústria o montante de divisas de que esta necessita, em escala crescente, para importar equipamentos e bens intermediários" (Marini, 2019, p. 278), ou seja, a manutenção ou desenvolvimento do parque industrial brasileiro começava a ser ameaçado.

O segundo fator exposto por Marini de estímulo ao antagonismo entre os dois polos se dá pela incapacidade do setor agrícola em abastecer os mercados urbanos nacionais. Com a crescente transferência da mão de obra do campo para cidade, a expansão urbana e industrial, a falta do abastecimento acaba elevando os preços das matérias primas e dos gêneros alimentícios, o que influi diretamente no nível de vida da classe operária, levando os sindicatos e a classe trabalhadora a reivindicarem melhores salários, encarecendo o custo da produção industrial.

O terceiro e último fator elencado por Marini é o processo de modernização tecnológica que acompanhou a industrialização. A excedente mão de obra transferida do campo para a cidade que na primeira fase (1930 – 1950) havia sido interessante para o desenvolvimento da industrialização, a partir da década de 50 acaba invertendo em grande medida os papéis. Segundo Marini, esse hiato criado pela mão de obra liberada da agricultura não teria sido tão grave caso esse excedente tivesse uma qualificação necessária para concorrer ou substituir a mão de obra empregada, porém o baixo nível de qualificação só propiciava à indústria a utilização desse excedente em poucas áreas do setor industrial.

Ou seja, Marini mostra que os limites do desenvolvimento industrial havia esbarrado nos limites impostos pela estrutura agrária. Sua relação com o imperialismo posteriormente mostraria outro limite na possiblidade de desenvolvimento industrial, mas que levaria o setor industrial a uma nova etapa de desenvolvimento.

Getúlio Vargas estabeleceu e propiciou o desenvolvimento de uma infraestrutura necessária para o parque industrial e retornando ao poder em seu segundo mandato, pretendia a expansão dessa infraestrutura para integração da indústria pesada. Porém, o início da década de 1950 foi marcada por uma crise internacional como guerra fria e a guerra da Coréia. Internamente o país passava por uma crise cambial, em que o balanço comercial se tornava deficitário e impedia a política de substituição de importações adotadas por Vargas. Com crises de abastecimento energético em inúmeros estados brasileiros, greves operárias e política externa em crise, Vargas acaba se suicidando em 1954. É só a partir do governo de Juscelino Kubitschek que o desenvolvimento da indústria pesada será possibilitado nacionalmente.

É nesse ponto que podemos caracterizar o governo de Juscelino Kubitschek como um ponto de inflexão para o novo rumo que o desenvolvimento industrial brasileiro irá desenvolver, principalmente por sua ligação direta com capital internacional. O plano de metas de Juscelino mostrará que seu projeto consistia numa política industrializante e desenvolvimentista, mas totalmente diferente dos modelos adotados pelos governos anteriores.

3.2.1 - Juscelino Kubitschek, desenvolvimento e Plano de Metas

Juscelino Kubitschek assume a presidência em 1956 com as recomendações internacionais, principalmente do FMI, acerca de responsabilidades fiscais, equilíbrio das contas públicas e amortização da dívida externa etc. O processo de industrialização e as reformas das infraestruturas são vistas como grandes causadoras da crise interna e externa do país. Contrariando todas as recomendações, Juscelino Kubitschek assume o governo com um plano ousado de investimento como programa de desenvolvimento econômico. O “Plano de Metas” como ficou conhecido o seu projeto, consistia em uma continuidade das reformas iniciadas por Getúlio Vargas na modificação da infraestrutura necessário para o desenvolvimento da Indústria como mola propulsora do desenvolvimento.

Marini (2013) coloca que o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek se apoiava em um maciço investimento público nos setores básicos essenciais e no rompimento com o nacionalismo Varguista ao se apoiar na entrada de capitais estrangeiros. Versiani (1978) explica que o Plano de Metas do Juscelino Kubitschek possuía dois objetivos principais: primeiro solucionar as principais defasagens na infraestrutura econômica, principalmente energia e transporte, e segundo uma "complementação e integração vertical da estrutura industrial brasileira na economia" (Idem, p. 267). Caputo e Melo (2009) abordam a necessidade de um pesado investimento Estatal e uma orientação ao investimento privado nos setores produtivos[54]. Por mais que seu projeto "contasse com facilidades tarifárias e estímulos fiscais à iniciativa privada" (Idem, p.81), o Estado deveria ser o incentivador principal do desenvolvimento, no qual seu plano se fazia necessários investimentos pesados em infraestrutura e na construção civil, o segundo concentrado na construção de Brasília.

O governo de Juscelino Kubitschek é o responsável pela atração do capital externo à industrialização brasileira e pela transformação da produção nacional voltada a indústria pesada. A inserção do capital estrangeiro é possibilitada pela expansão das economias Europeias e do Japão, recuperadas da segunda guerra mundial, disputando mercados para suas empresas multinacionais frente à expansão econômica norte-americana. Nesse cenário, o governo de Kubitschek desenvolve políticas de atração do capital estrangeiro atrelados ao um projeto de desenvolvimento industrial nacional.

Kubitschek considerou que o desenvolvimento industrial brasileiro só conseguiria superar os estrangulamentos para industrialização pesada se houvesse investimentos tanto nacionais, quanto internacionais. Os estrangulamentos encontrados pela industrialização nacional necessitavam de financiamento e atração de investimentos e tecnologias não produzidas internamente.

As duas principais políticas do governo de Juscelino foram "o plano de metas" que estabelecia seu projeto de desenvolvimento para o Brasil e a utilização da instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), responsável pela

[54] "As fontes internas previstas para financiamento dos investimentos do Plano dividiam-se em: orçamento corrente da União (inclusive fundos vinculados), 39,7%; orçamentos dos Estados (inclusive fundos especiais), 10,4%; financiamentos de entidades públicas (BNDE, Banco do Brasil, etc.), 14,5%, e recursos próprios de empresas privadas ou sociedades de economia mista, 35,4%. Estas fontes totalizariam Cr$ 284,8 bilhões, e o total cobririam dois terços dos investimentos globais." (Caputo e Melo, 2009, p. 509). O restante dos investimentos necessários seria obtido no exterior.

atração do capital estrangeiro. O plano de Metas do governo de Juscelino foi formulado de acordo com as bases teóricas de desenvolvimento estabelecido pela CEPAL e pelo BNDE, no qual o Estado como planejador seria o responsável pelo desenvolvimento da indústria nacional. Queiroz, Souza e Martins (2017) abordam que o plano de industrialização adotado ia ao encontro das formulações de Prebisch que somente através da industrialização que se formaria uma renda nacional. O subdesenvolvimento brasileiro só seria superado pela transformação de uma economia que se caracterizava pela produção agroexportadora para uma industrial.

Ainda baseado nas teses Cepalinas, a possibilidade de industrialização só seria possível através de investimentos do capital estrangeiro ou de uma poupança interna. É pensando nessa necessidade de atração de investimentos que Juscelino irá utilizar e aprimorar a instrução 113 da SUMOC. Desenvolvido por Eugênio Gudin, a instrução tinha como princípio uma aproximação com capital estrangeiro. Eugênio Gudin assume o ministério da fazenda durante governo Café Filho (1954-1955) e era um economista que defendia os princípios da teoria da modernização, segundo os quais o foco principal de investimento e aprimoramento nacional para o desenvolvimento econômico deveria ser a exportação e aperfeiçoamento da produção de bens primários. Contrário à política de industrialização do Governo Vargas, Gudin desenvolve a instrução 113 como forma de atração do capital estrangeiro para investimentos no país e também como uma forma de superar a crise de exportação iniciada no começo dos anos de 1950.

Caputo e Melo (2009) coloca que a Instrução 113 da SUMOC pode ser considerada o maior marco institucional responsável pela internacionalização da economia brasileira, mostrando para o capital estrangeiro o país como um ambiente favorável de investimento. De acordo com os autores, sua importância pode ser comprovada ao se analisar o cenário industrial no período de vigência da Instrução 113 e perceber que as principais taxas de crescimento se localizavam onde o capital estrangeiro era predominante, a exemplo da indústria automobilística.

A Instrução 113 da SUMOC acaba sendo uma política realizada refletindo a economia mundial no período. Para Caputo e Melo (2009) o período beneficia os investimentos no Brasil pela dinâmica de disputa das empresas oligopolistas ou

multinacionais nos países centrais[55]. Recuperados da segunda guerra mundial, os países Europeus buscam mercados de investimentos para suas empresas, em disputa principalmente com empresas norte-americanas e japonesas. A criação em 1957 da Comunidade Econômica Europeia irá acentuar essa disputa, já que os países pertencentes privilegiarão as exportações dos países membros em detrimento dos produtos oriundos dos Estados Unidos.

> O surto expansivo internacional que cobre o período de 1948/49 até o final dos anos de 1960 propicia o clima ideal para a chegada de investimentos estrangeiros. Nestes anos dourados da industrialização nacional, nas palavras de Suzigan (1978, p. 47), já se identifica o traçado de uma política industrial desenvolvimentista: pelo sistema cambial que favorecia as importações de equipamentos e matérias-primas, pela tarifa aduaneira protecionista, pelos favores cambiais e financeiros ao capital estrangeiro e pela presença do Estado como empresário para os setores de infraestrutura e de linhas de financiamento via BNDE. Tais elementos favoreciam a estratégia do capital internacional de penetração no mercado nacional, de forma muito vantajosa para aquelas empresas. (Caputo e Melo, 2009, p. 517).

Marini (2013) aborda que essa instrução foi essencial para a entrada dos capitais estrangeiros ao permitir a entrada no país de máquinas e equipamentos estrangeiros sem cobertura cambial por empresas estrangeiras. Essa política não se traduzia as empresas nacionais, no qual a cobertura cambial continuava mantida. Essa instrução propicia uma nova fase da internacionalização nacional e aumento da dependência. Tavares (1981) coloca que a instrução 113 foi principal incentivador para transformação da indústria pesada, ao alocar quase totalidade dos investimentos na indústria Mecânica[56].

Essa atração de investimentos estrangeiros modificou a estrutura estabelecida desde a década de 1930 e principalmente o pacto das elites burguesas estabelecidas em 1937. A influência estrangeira na economia brasileira aumentou consideravelmente através dos investimentos diretos, propiciada em grande medida pela Instrução 113. A facilidade de importação de equipamentos sem cobertura cambial

---

[55] "A leitura dos boletins da SUMOC mostra que (...) o continente que mais investiu no Brasil através da Instrução 113 e do Decreto 42.820, entre 1955 e 1963, foi a América do Norte, com 46,5% do total, seguido de perto pela Europa Ocidental, com um investimento de 43,51% do total. Juntos representaram 90,0% do investimento total, fato esperado, já que essas regiões representavam o coração pulsante do desenvolvimento capitalista mundial." (Caputo e Melo, 2009, p. 523).

[56] "A quase totalidade dos investimentos diretos estrangeiros sem cobertura cambial que entraram no País entre 1955 e 1963 foi para o setor de Indústrias de Transformação (...), este setor recebeu 97,69% do total dos investimentos. Foi seguido pelo setor de Indústrias Extrativas, com 1,87%. Os demais setores: Atividades Imobiliárias; Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas; Transporte, Armazenagem e Comunicações, e Agricultura, Silvicultura e Exploração Florestal ficaram cada um abaixo de 0,2% da participação total." (Caputo e Melo, 2009, p.525)

propicia uma associação entre os grupos estrangeiro e as empresas nacionais. O primeiro vê uma enorme vantagem em exportar seus equipamentos já obsoletos, estabelecer mercados e influenciar diretamente na economia e política brasileira. O setor industrial nacional utiliza a instrução como forma de obter equipamentos e tecnologias não produzidas internamente, obter financiamento externo e expandir suas fronteiras limitadas pelo declínio do setor exportador agropecuário.

Marini (2013) mostra como o aumento da intervenção estrangeira nas dinâmicas internas acaba acirrando a contradições a partir da década de 1950 entre os setores industriais e agroexportadores. O setor agroexportador ainda era uma base forte de sustentação da estrutura política nacional, influenciava diretamente a massa camponesa, que nesse período era extremamente importante no jogo político e como fator preponderante, existia ainda uma enorme dependência do setor industrial associada às exportações, "fonte de divisa de suas importações". (Idem, p. 83). Ou seja, a burguesia não tinha forças necessárias de sustentação para um rompimento com as elites agroexportadoras.

Nesse sentido que durante a vigência do governo de Juscelino Kubitschek e da realização do Plano de Metas, o conflito entre a burguesia e o setor agroexportador foi atenuado através da atuação do capital estrangeiro na indústria. Como Marini mostra, ao aumentar o lucro da exportação através da capitalização realizada no período, a burguesia cede a realização da transferência da produtividade urbana para o setor agrícola e principalmente a manutenção da política de compra dos estoques de café, que comprometia a cada ano boa parcela da renda nacional.

Porém, essa transferência da produtividade urbana para o setor agrícola se mostra em grande medida pelo aumento do custo de vida da população. Ao passo que a indústria se especializava a um ritmo elevado, a produção do campo se mostrava ineficiente para produzir a quantidade necessária ao mercado interno e externo. O segundo ponto que ficará evidente no período é a concentração excessiva de terras nas mãos de poucos, que só poderia ser resolvido através de uma reforma agrária.

O ritmo acelerado de industrialização do governo de Juscelino Kubitschek é permitido através de uma repressão salarial, fator predominante para manutenção dos baixos custos na industrialização e maximização dos lucros. Com a intensificação da industrialização, o desemprego começa a crescer em um ritmo acelerado. A baixa produtividade da produção agrária faz o custo de vida se elevar gradativamente com o aumento da população. É nesse ponto que o projeto de desenvolvimento de crescimento

industrial desenvolvido por Juscelino entra em confronto com as reinvindicações das massas populares e operárias.

O programa desenvolvimentista de Juscelino causa uma alta inflação ao final do seu governo e começam-se as pressões estrangeiras para exportações de seus lucros, o que faz o governo adentrar em uma crise sem precedentes na virada dos anos 1960.

> Com a recessão do investimento estrangeiro, fechava-se a porta para as soluções de compromisso que a burguesia aplicara desde 1955, ao fracassar sua primeira tentativa de promover o desenvolvimento capitalista autônomo do país. A situação que devia enfrentar agora era ainda mais grave, posto que, com o desenrolar da crise da balança de pagamentos, o ponto de estrangulamento cambial se aproximava, e isso justamente no momento em que, terminado o prazo de maturação dos investimentos realizados na segunda metade dos anos 1950, os capitais estrangeiros exerciam forte pressão para exportar seus lucros. Assim, a crise cambial se traduzia na deterioração da capacidade de importar, que não apenas não podia ser eludida recorrendo aos capitais estrangeiros, como era agravada pela própria ação desses capitais. A consequência da pressão dessa pinça sobre a economia nacional era, pela primeira vez desde os anos 1930, uma verdadeira crise industrial. (Marini, 2019, p. 286).

Com o sucesso da revolução cubana em 1959 e a crise econômica e política iniciada em 1960 não sendo revertida pelos governos de Jânio Quadro e João Goulart, instaura-se o medo da burguesia sobre a sobrevivência do próprio capitalismo nacional. As insatisfações populares elevam-se conforme as condições de vida vão se deteriorando cada vez mais. Insatisfações essas que resultaram em uma contrarrevolução apoiada pela burguesia nacional e pelo imperialismo norte-americano com o Golpe Militar.

3.3 Ditadura Militar: aspectos gerais da industrialização entre 1964 – 1985

Almeida (2016) explica como a crise do governo de João Goulart se deu pelas exigências das forças populares, exigências essas que ultrapassavam a capacidade de assimilação dos “canais institucionais existentes” (Idem, p.161). Esse período de insurgência das forças populares colocou em risco o poder hegemônico dos EUA no continente e os capitais internacionais se viram acuados em uma possível necessidade de reformas mais profundas no Brasil. Porém, o autor informa que, mesmo que essas reinvindicações tenham sido expostas pelas forças populares, não necessariamente o país corria o enfrentaria um processo revolucionário ou constituía uma ameaça ao capitalismo brasileiro.

Almeida (2016) coloca que como forma de enfrentar as forças populares que pressionavam mudanças drásticas e reformas de base, as elites empresariais, burocráticas e militares se organizaram em um projeto que fosse resistência a essas reformas. Essa organização não pretendia apenas ser uma resistência, mas propor mudanças econômicas e sociais como alternativas, "buscavam um projeto de inserção do país no sistema econômico internacional, que supunha uma abertura do mercado brasileiro ao capital internacional" (Idem, p.161/162) e por isso se via necessário uma ofensiva político-militar contra as demandas reformistas.

A necessidade de contenção das insatisfações populares obrigará as elites nacionais a restabelecerem um novo pacto de interesses aos moldes do estabelecido em 1937. Precisando conter as insatisfações populares e superar os estrangulamentos para o desenvolvimento industrial na virada da década de 1960, o golpe Militar irá ser o caminho necessário para superação desses entraves.

Maciel (2016) argumenta que o desenvolvimentismo iniciado em 1930 sobre uma base complexa e contraditória de interesses em sua composição (latifundiários, industriais, capital interno e externo etc.) passou por inúmeros avanços e retrocessos, crises políticas e econômicas e mudanças no ordenamento do Estado. É só concretizado o golpe militar de 1964, que o autor coloca uma consolidação definitiva "para o modo de produção capitalista, sociabilidade burguesa e o Estado Burguês sem romper com alguns dos institutos históricos fundamentais herdados do passado pré-capitalista, ao contrário, amalgamando-se a eles e os atualizando" [57] (Idem, p.186).

Almeida (2016) explica que através do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), começa-se a implementação de um programa de estabilização econômica e de reformas. Segundo o autor, os objetivos da PAEG[58] se baseavam em "devolver ao país o crescimento da segunda metade dos anos 50; pôr fim a inflação

[57] É o que Marini coloca como as contradições do capitalismo brasileiro, em que se desenvolve o setor industrial sem superar as contradições internas e intensifica essas contradições. Maciel irá colocar uma associação das estruturas modernas com as atrasadas na indústria nacional, mas Marini mostra que é apenas um desenvolvimento possibilitado pela imposição a força da ditadura Militar.

[58] "O PAEG incluiu uma reforma tributária, que criou impostos sobre valor agregado (ICM e IPI), e universalizou o Imposto de Renda. O aumento dos impostos reduziu substancialmente o déficit público, de 1964 a 1966. Outras medidas foram a unificação da Previdência, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); a criação de um mercado para títulos da dívida pública e a criação da correção monetária; a criação do Banco Central (inicialmente com independência, posteriormente retirada pelo presidente Arthur da Costa e Silva); o fim da estabilidade de emprego aos 10 anos de trabalho, substituída, como "mecanismo de proteção ao trabalhador", pelo Fundo de Garantia do Tempo de Trabalho (FGTS); e o lançamento das cadernetas de poupança e do financiamento da casa própria em larga escala, com a fundação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH)." (Almeida, 2016, p. 164).

anual de três dígitos; corrigir o déficit externo; equilibrar as contas públicas; reduzir desigualdades regionais e sociais e gerar empregos." (Almeida, 2016, p.163).

É através da PAEG e de sua implementação que será gerada uma nova possibilidade de crescimento econômico e da indústria nacional. Com uma forte repressão e superexploração dos trabalhadores, será possível iniciar um novo ciclo de acumulação de capital nacional nunca visto anteriormente e desencadear o que ficou conhecido como o maior crescimento nacional realizado, o "milagre econômico".

> Alavancada pelo confortável caixa do Estado e pelo excesso de liquidez internacional, a taxa de investimento passou de 20% do PIB. Uma generosa oferta de crédito e subsídios ao setor privado, especialmente nas áreas ligadas à exportação, um rigoroso sistema de controle de preços (implementado em 1967) e arrocho salarial completavam o modelo. Foi a materialização do "milagre econômico". (Almeida, 2016, p.164).

Porém, Maciel (2016) aborda que o apogeu do desenvolvimentismo no Brasil consolidado no "milagre econômico" foi o que propiciou o aparecimento evidente das contradições inerentes a este processo. Essas contradições começaram a ficar mais explicitas na metade da década de 1970, quando a força do crescimento econômico perde força, sendo substituída "progressivamente por uma crise econômica, política e social" (Idem, p.187).

Maciel (2016) aponta que a primeira contradição gerada pela ditadura foi o aumento do intervencionismo estatal na economia nacional[59]. Esse intervencionismo não foi contrariado pelo capital privado no processo do "milagre econômico", ao contrário, se mostrava interessante principalmente pela superexploração do trabalho, que propiciava uma desvalorização da mão de obra a níveis inferiores a década de 1940, controlada pela rigidez do Estado. Porém essa intervenção estatal começa a ser questionada com o a queda do crescimento após 1973 e a diminuição da taxa de lucro, intensificando a disputa pela mais-valia social por frações do grande capital.

A segunda contradição posta pelo autor é mostrada pela própria relação estabelecida entre o capital nacional e o capital externo[60], que coloca o desenvolvimento

[59] "Se em todo o período entre os anos de 1930 e 1964 foram criadas 93 empresas estatais no Brasil,10 nos governos Castelo Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969) foram criadas respectivamente 58 e 55 empresas. No entanto, durante o governo Garrastazu Médici (1969-1974) foram criadas nada menos que 99 novas empresas, evidenciando um crescimento exponencial da presença do Estado no setor produtivo, particularmente nos setores de bens de capital e infra-estrutura." (Maciel, 2016, p. 188).

[60] "Se no período entre 1951 e 1960 foram investidos 956 milhões de dólares, no período entre 1961 e 1970 o volume de investimentos mais que dobra, chegando a 2,12 bilhões; porém, na década seguinte (1971-1980), os investimentos estrangeiros se multiplicam por quase seis vezes, chegando à cifra de 12.3 bilhões entre 1971 e 1979." (Maciel, 2016, p.190).

do período de uma forma ‘dependente-associada’ diretamente as influências do capital externo[61]. A influência do capital externo da economia brasileira cria uma dependência das fontes externas e uma vulnerabilidade perante a economia internacional e os interesses postos pelo imperialismo. Os exemplos mais explícitos serão enxergados através das crises do petróleo de 1973 e 1979, que irá atingir grandemente a economia brasileira, gerando um endividamento astronômico e, posteriormente na década de 1980, a crise da dívida externa.

Um último fator exposto por Maciel (2016) vai ser a monopolização da economia brasileira. “O avanço da monopolização do mercado, cada vez mais controlado pelo grande capital externo, estatal e privado nacional aguçou a contradição entre o capital monopolista e as frações média e pequena do capital.” (Idem, p.191). Maciel coloca que durante o “Milagre econômico”, as taxas de lucros geradas pela superexploração conseguem esconder essas contradições, porém com o declínio, a situação se torna catastrófica, obrigando as frações médias e pequenas a se aliarem a oposição burguesa partidária (MDB) com reinvindicações de um desenvolvimentismo “nacionalista e não monopolista” (idem).

> Por outro lado, a combinação entre monopolização econômica, concentração de renda e intensificação da superexploração do trabalho promovida pelo “Milagre Brasileiro” afastou as classes trabalhadoras dos benefícios do crescimento econômico. Por conta disto, a contradição entre este modelo de transformação capitalista e as demandas populares emerge com força na segunda metade dos anos 70. Para se ter uma idéia, entre 1967 e 1974 o valor real do salário mínimo é reduzido em nada menos do que 25%. Enquanto isto o índice de produtividade do trabalho duplicou, subindo de 350 no ano do golpe (1964) para 700 em 1980. (Maciel, 2016, p. 192)

Marini (2019) coloca que a ditadura consiste na criação de estímulos atrativos para o investimento estrangeiro, em grande medida os provenientes dos Estados Unidos. A diferença é que a ditadura não limita as taxas de exportações de lucro, como era estabelecido anteriormente e foi um dos fatores de reinvindicações ao final do governo de Juscelino Kubistchek.

Marini (2019) aborda que a integração do capitalismo brasileiro ao imperialismo aumentará a capacidade produtiva da indústria e modernizará cada vez mais através da tecnológica. Porém, isso causará desequilíbrios impossíveis de serem contornados, já que modernização da indústria pressupõe-se cada vez menos postos de

[61] Marini (2019) coloca uma dependência exclusiva ao capital norte-americano, tornando o Brasil correia dos interesses do país na América Latina.

trabalhos, ou seja, a indústria não conseguia mais suprir a demanda de trabalhadores que aumentavam cada vez mais na sociedade e não ofereciam nem estabilidade para os já inseridos nos ramos produtivos, já que o avanço tecnológico proporciona elevação do desemprego na indústria.

Outro fator apontado por Marini sobre o desenvolvimento industrial brasileiro acelerado, principalmente durante o milagre econômico, é a necessidade da exportação de suas produções manufaturadas. Diferentemente dos países desenvolvidos, a indústria brasileira foi gerada através da superexploração do trabalho, ou seja, não possibilitou a criação de um mercado consumidor interno e não significou para as massas uma elevação do nível de vida através da distribuição dos lucros produzidos pela industrialização. Esse fator se dava por dois motivos, primeiro que ao assentar sua indústria na superexploração, e não criar um mercado de consumo interno, precisava recorrer ao mercado externo como solução. Ao entrar no mercado externo, concorria diretamente com economias já consolidadas e monopolizadas. O segundo fator era a necessidade de tecnologias monopolizadas pelos países centrais, que não conseguindo produzir internamente, a única forma de atração era através dos lucros possibilitados pela superexploração dos trabalhadores.

Marini coloca que o processo industrial brasileiro é constituído em cima de uma irracionalidade ao não produzir sua tecnologia necessária no processo e ficar à deriva das influências internacionais e por necessitar exclusivamente do mercado externo como solução do seu problema de mercado. Essa possibilidade de desenvolvimento chega ao fim com a crise econômica mundial do capitalismo na década de 1970.

O desenvolvimentismo brasileiro iniciado em 1930, transformado nos períodos posteriores através de inúmeros conflitos e com apogeu na ditadura militar, é possibilitado até meados de 1980. Ao entrar em crise, encerra-se por definitivo a tentativa do desenvolvimento do capitalismo autônomo brasileiro e percebe-se a impossibilidade de desenvolvimento associado aos países imperialistas. Esse sistema entra em crise ao final da década de 1980 e encerram-se as alternativas de superação através da industrialização nacional. As palavras de ordem e os programas políticos agora instaurados são de abertura dos mercados e privatizações. O neoliberalismo

adentra o cenário político e econômico nacional e as concretizações dessas políticas srão nefastas para classe trabalhadora brasileira.

Capítulo 3 - Fim do desenvolvimentismo? As alternativas postas para realidade latino-americana

O neoliberalismo adentra com maior força na realidade latino-americana e brasileira concomitantemente com a crise e o fim do Nacional Desenvolvimentismo na década de 1980. A transição democrática é realizada sob intensas reinvindicações populares e de pressões externas por adoção das diretrizes internacionais como forma de enfrentamento da crise da dívida e da volta de investimentos estrangeiros.

A década de 1990 no Brasil vai ficar conhecida pelo período de abertura da economia e de adesão dos presidentes as políticas neoliberais. O resultado na virada do século é um país economicamente estagnado e de perda nos setores sociais. É através dessa realidade que surgem no Brasil dois projetos políticos como possíveis substitutos do Nacional Desenvolvimentismo e de acordo com seus propagadores, não radical como o neoliberalismo realizado no governo Fernando Henrique Cardoso. Os dois projetos nascem dentro da lógica de mercado e através dela pretendem desenvolver alternativas de desenvolvimento.

Aqui pretendemos fazer uma breve análise de ambos os projetos, um considerado mais "moderado" e com foco na redistribuição de renda representado pelo governo Lula. O outro é um projeto que nasce no berço do PSDB e pretende-se ser a alternativa ao fim do Nacional Desenvolvimentismo. O segundo por não possuir aderência na política brasileira ou latino-americana, analisaremos suas preposições através de um dos seus maiores representantes, Bresser-Pereira.

Ambos os projetos refletem os limites encontrados para o desenvolvimento de um capitalismo autônomo e também manifestam a realidade dependente para os caminhos pensados por seus representantes.

1. O declínio do nacional desenvolvimentismo: aspectos gerais

A crise do petróleo de 1979, a falta de financiamento externo e a elevação das taxas de juros realizadas pelos Estados Unidos encerram as alternativas postas para a superação da crise Brasileira. É o fim do "Nacional Desenvolvimentismo" que, por diferentes formas, buscou-se realizar entre 1930 e 1980. O Brasil adentra ao que ficou

conhecido como “a década perdida” [62], período de crise financeira e fiscal do Estado, inflação elevada, baixa taxa de crescimento, reprimarização da economia e intensificação dos conflitos sociais. É o período em que a dívida externa estrangula e expropria todo excedente nacional e impossibilita a realização de políticas de cunho sociais.

Encerra-se um ciclo de desenvolvimento econômico baseado na industrialização e substituição de importações no Brasil. A década de 1980 inicia-se com severas inflações e insatisfação tanto da classe trabalhadora, quanto do empresariado que havia apoiado e mantido relações com regime Militar. Maciel (2016) explica que a economia brasileira ficou vulnerável em relação à dinâmica da economia internacional e as regras do capital imperialista pela sua extrema dependência das fontes externas geradas nos períodos anteriores, principalmente no regime Militar [63].

Maciel (2016) aborda que a crise do início dos anos 1980 e a dependência nacional ao capital externo faz com que haja um abandono progressivo das políticas que possuíam a indústria como pivô de crescimento, principalmente pelas novas diretrizes impostas pelo FMI sobre as dívidas internacionais e as políticas a serem adotadas e também pelas novas diretrizes neoliberais impostas pelo então presidente norte-americano Ronald Reagan.

A década de 1980 é marcada pelo declínio das políticas Keynesianas e o fortalecimento do ideal neoliberal. O desenvolvimentismo como havia sido pensado desde a década de 1930 na América Latina é abandonado progressivamente pelos países. No Brasil o último resquício será o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) desenvolvido a partir de 1974, como forma de retomar o crescimento econômico nacional através de mais intervenção estatal e desenvolvimento industrial. Porém, esse crescimento só se estende até 1980 pois, em função da crise da dívida externa, não será mais possível sua continuidade.

Com o fim do ciclo de substituição de importações e financiamento estatal no desenvolvimento industrial, as políticas econômicas ganham novas diretrizes nos

[62] A década perdida é estritamente do ponto de vista econômico. Com a crise da dívida externa e a inflação com níveis elevados, a economia brasileira nesse período sofre uma estagnação. Porém, é um período de intensa mobilização popular, fortalecimento do sindicalismo, luta contra a ditadura e etc.
[63] Maciel (2016, p.190) aponta um salto de investimento interno de 956 milhões de dólares entre 1951 e 1960 para 12.3 Bilhões de dólares entre 1971 e 1979.

países latino-americanos. A década de 1980 no Brasil ficou marcada pelas crises inflacionárias e econômicas, pelas lutas sociais e pela transição de um regime ditatorial para um regime democrático. Biancarelli (2014, p.271) aponta que a solução da crise começará após "à renegociação das dívidas externas sob o 'Plano Brady'[64]", ao qual o governo Itamar Franco aderiu em 1994. O plano colocava aos países subdesenvolvidos e em crise, uma nova política de desenvolvimento. Como uma representação das mudanças políticas e financeiras internacionais, o 'Plano Brady' era uma nova fase de financiamento internacional nas economias latino-americanas, uma "globalização financeira". Essa nova alternativa de desenvolvimento era baseada em reformas liberalizantes e era "uma resposta à crise do modelo anterior e esteve centrada na redução do papel do estado no processo de desenvolvimento" (Idem, p 271), como ficou conhecido pelo "Consenso de Washington" [65].

As reformas ou políticas neoliberais vão adentrar a realidade Brasileira a partir do governo Collor e se consolidar no governo de Fernando Henrique Cardoso. Por mais que após o Plano Real de 1994 tenha havido uma elevada melhora no nível de vida da população mais baixa, essa elevação se mostraria curta e intensificaria contradições enxergadas em todo o processo de desenvolvimento nacional, principalmente uma elevação da concentração de renda e disparidade entre o nível de vida das classes mais altas e o das classes mais baixas.

Ao final do governo de Fernando Henrique Cardoso, os resultados de suas políticas de financeirização da economia brasileira, privatizações e abertura comercial, se mostrarão insuficientes como uma alternativa para o desenvolvimento econômico e

---

[64] Plano de reestruturação da divida externa de alguns países ao final da década de 1980. Basicamente era um plano que renegociava as dívidas a baixos juros, permitia aos países a volta de empréstimos e financiamentos estrangeiros. Em contrapartida aceitavam exigências estabelecidas pelo FMI e pelos Estados Unidos de um mercado mais liberal e menos atuações no Estado.

[65] "O Consenso de Washington foi concebido originalmente por John Williamson (1990), economista do Banco Mundial, que sugeriu um conjunto de proposições que rapidamente se tornou no denominador comum das proposições e aconselhamento político das instituições baseadas em Washington (Banco Mundial e FMI) para os países latino-americanos, e mesmo para outros países em desenvolvimento. Tais proposições objetivam estimular o crescimento econômico através de um conjunto de políticas e reformas de natureza liberalizante, que visavam a disciplina macroeconômica (entendida como estabilidade de preços), abertura comercial e políticas microeconômicas de mercado. A recomendação de abertura da conta de capital, que não constava das proposições originais de Williamson, foi acrescentada ao receituário pelas instituições multilaterais. Assim, o chamado 'Consenso de Washington' foi a base das reformas liberalizantes que, em maior ou menor grau, foram aplicadas em vários países da América Latina, incluindo Argentina, Brasil e México, ao longo da década de 1990." (Sicsú, Paula, Michel, 2007, p. 511)

social e resultará em um cenário de desempregos, reprimarização, desnacionalização, falências, perda de garantias sociais etc. Ao se observar a diminuição gradativa da importância da indústria na composição econômica nacional, Bresser-Pereira (2010) afirmou ser inegável que o Brasil passava por um processo de desindustrialização. Ao passo que em 1940 a indústria representava uma composição de 20% do PIB nacional, ao fim da ditadura em 1985 esse porcentual já correspondia a 36%, porém, ao final de 2007 esse índice baixava para 16%. Bresser-Pereira coloca as políticas macroeconômicas de 1992 como ponto inicial desse processo de reprimarização, em que o país não possuía mais um projeto nacional para desenvolvimento além da cartilha de recomendações de Washington.

É ao final da década 1990 que surgem duas teorias como respostas às contradições das políticas neoliberais, o "Novo Desenvolvimentismo" e o "Social Desenvolvimentismo". O Novo Desenvolvimentismo será uma teoria desenvolvida por um grupo de teóricos, de cunho liberal, que colocaram as reformas feitas pelas políticas neoliberais na década de 1990 como nefastas para economia brasileira. Pautaram-se em um reordenamento do Estado e do desenvolvimento Industrial e um abandono às pautas do 'consenso de Washington'. Como expoente desse grupo, teremos o economista brasileiro Bresser-Pereira, do qual iremos fazer uma análise ilustrativa algumas de suas obras sobre o tema.

Por fim, o Social Desenvolvimentismo será um plano de governo baseado na redistribuição de renda como forma de desenvolvimento econômico e social. Essa redistribuição de renda fortaleceria a economia ao criar um mercado consumidor forte, elevaria o poder aquisitivo e o nível de vida da população, esse mercado consumidor seria o propiciador da elevação econômica do país. A falta de poder de compra dos trabalhadores e de um mercado consumidor nacional foi considerada o principal fator para o insucesso dos projetos desenvolvimentistas industrializantes do século XX. Porém a nova proposta não se baseava mais em um estímulo a indústria ou a industrialização como fator preponderante de desenvolvimento econômico e social, e sim na redistribuição de renda para sociedade. O principal exemplo de tal política será o governo instaurado no Brasil pós 2002 com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva.

2. Neoliberalismo no Brasil

O Neoliberalismo como ideologia começa a surgir no Brasil no campo político e ideológico já ao final da década de 1970 com o surgimento das crises industriais e do aumento do desemprego no país, acentuando-se na década de 1980 com a crise da dívida e veio a ser consolidado como projeto político e econômico na década de 1990. Pinheiro e Giambiagi (2000) aborda que a questão das privatizações se transformou em um dos principais temas debatidos como uma medida de estabilização econômica e não mais de crescimento. A Constituição de 1988 vai ser um campo de discussão importante, no qual a predominância do pensamento neoliberal será derrotada inicialmente e prevalecerá à defesa de direitos sociais e de um Estado forte e regulador.

Arêas (2013) aponta que durante o processo da constituinte de 1988, as medidas liberalizantes e privatistas vão ser defendidas por associações de grupos dominantes, como FIESP e Fórum Nacional, e terão como apoio para propagação dessas preposições inúmeros meios de comunicação (Organização Globo e Editora Abril, etc.). São essas pautas difundidas na sociedade desde início década de 1970 que vão aparecer como eixos centrais das campanhas presidenciais de Collor e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso, apresentados como solução de combate a hiperinflação, a estagnação econômica, desemprego e os problemas sociais.

É com o consenso de Washington em 1989 que o imperialismo irá impor políticas neoliberais como programa político aos países da América Latina e do mundo. No Brasil, Fernando Collor será uma importante figura no sentido de abrir o mercado e de privatizar setores públicos, porém com um mandato conturbado desde seu início, com um governo marcado pelos enfrentamentos constantes, seu governo acaba em um período curto de dois anos, deixando estabelecido o Plano Nacional de Desestatização (PND). Collor será substituído por Itamar Franco, que a princípio era um político contra as privatizações estatais, porém, depois de assumir seu mandato, Itamar dará continuidade às políticas de privatizações estabelecidas pelo seu antecessor.

Será com a vitória de Fernando Henrique Cardoso que a radicalização política e econômica em prol de uma agenda neoliberal será realizada. Sallum Jr (1999) coloca que FHC assume a presidência com um discurso de colocar fim à “era Varguista”, ou seja, seu governo colocaria um fim à figura do Estado desenvolvido entre 1930 e 1980 e, através de uma conciliação com burguesia imperialista, reconstruiria a função do Estado de acordo uma ótica predominantemente neoliberal. A

diferença do uso do PND de FHC para seus antecessores é a abertura irrestrita para o capital internacional, os grupos oligopólios e o uso de recursos nacionais como incentivo para as privatizações. De acordo com Pinheiro e Giambiagi (2000), o discurso dos privatistas terá os seguintes argumentos principais:

> • O Estado não deveria executar atividades que o setor privado fosse plenamente capaz de realizar. Ao contrário, deveria concentrar seus esforços em áreas como educação, saúde, segurança e regulação.
>
> • A privatização estimularia o investimento das ex-estatais, fato que não aconteceria se elas continuassem sendo propriedade do Estado, e aumentaria sua produtividade mediante a adoção de tecnologias mais eficientes. Da mesma forma, sob administração privada e sem ingerências políticas e controles governamentais, essas empresas se tornariam mais dinâmicas e eficientes [Pinheiro (1996)].
>
> • A privatização diminuiria a concentração do mercado de ações e, possivelmente, aumentaria o número de acionistas no mercado de capitais.
>
> • A divisão dos monopólios públicos em várias empresas ou a venda separada das EEs do mesmo setor (como no caso de aços planos) criaria um ambiente mais competitivo, provocando um aumento da eficiência técnica e distributiva. (Pinheiro e Giambiagi, 2000, p. 26)

Porém, ao fim do segundo mandato de FHC, os cenários enxergados pelas políticas de privatizações se mostraram inversamente diferente do discurso. O primeiro ponto acerca da necessidade das privatizações, segundo o qual o Estado estava falido e precisava desafogar seus gastos, fazendo as privatizações necessárias para que essas empresas públicas recebessem mais e melhores investimentos. Arêas (2013) demonstra que esse discurso era incompatível com a realidade mostrada, já que o Estado em quase todos os processos de privatizações destinava recursos para reformas das empresas estatais e essas empresas em grande medida eram privatizadas abaixo dos valores investidos em suas reformas, com muitas delas privatizadas com dinheiro em caixa com quase o mesmo montante de suas vendas.

As privatizações para grupos estrangeiros e empresas oligopolistas proporcionaram uma transferência sem precedentes dos ativos produzidos socialmente a poucos grupos capitalistas, nacionais e estrangeiros. Outra consequência foi que com as privatizações de empresas estatais em prol de grupos internacionais, terminou-se a necessidade de transações com subsidiarias nacionais, levando à falência de inúmeras empresas sem capacidade de concorrência com produtos estrangeiros.

Por último, a consequência foi uma quantidade de demissões em massa e falta estabilidade para os trabalhadores. A superexploração se mostrou mais acentuada e

setores básicos da infraestrutura nacional, desenvolvida como prioridade no desenvolvimentismo do século XX, foram transferidos para grupos estrangeiros. O resultado foi uma crise financeira, desindustrialização, perda de setores estratégicos da economia, desemprego e falta de investimentos sociais. Com esse cenário, nas eleições de 2002, a candidatura de José Serra (PSDB), que representava para as massas trabalhadoras a continuidade das políticas do governo FHC, foi derrotada pela candidatura de Lula, do PT, que trazia um discurso mais progressista.

3. Social Desenvolvimentismo

Durante todo processo de desenvolvimento brasileiro, nunca houve um ganho real ou uma distribuição dos lucros gerados na sociedade brasileira para as massas populares. Os '30 anos gloriosos' vividos na Europa ou '*American Dream'* era um objetivo a ser alcançado pelos políticos e teóricos nacionais desenvolvimentistas, porém nunca se tornou uma realidade de fato. A realidade é que o desenvolvimento experimentado pelo Brasil entre 1930 e 1980 se deu na acumulação de capital (vista como necessária para a industrialização) e na contenção dos salários dos trabalhadores, que se desvalorizaram exponencialmente, tendo seu auge na ditadura militar.

Biancarelli (2014) aponta que no Brasil o mais perto de uma conquista de "Estado de Bem Estar Social" foi à constituição de 1988. Símbolo da redemocratização, a constituição em termos sociais irá promulgar importantes mecanismos de proteção: Previdência Social, Saúde Pública e Universal, direitos trabalhistas (incluindo pessoas do campo), direitos a greves e etc. Por mais que o país atravessasse uma crise financeira no período e as consecuções da constituição tenham sido gradativas, foi uma importante conquista das massas populares.

Prebisch (1949), ao formular o processo de industrialização da América Latina, tinha plena consciência que as desigualdades se mostrariam acentuadas no início do processo, porém o resultado da industrialização e do desenvolvimento dos países era o fator necessário para que, posteriormente, pudesse haver uma elevação do nível de vida da sociedade e uma melhor redistribuição. Furtado (2009), ao fim dá década de 1960, aborda que a perpetuação dessa concentração de renda, a não criação de um

mercado interno consumidor e a sua dependência tecnológica exterior acabaria levando a economia a uma estagnação.

Isso nos mostra que a criação de um mercado interno, redistribuição dos lucros, elevação dos padrões de consumo já estavam nas pautas dos economistas no processo de tentativa de desenvolvimento nacional. Biancarelli (2014, p. 274) mostra que *policymakers* brasileiros, olhando para os países mais avançados e o fracasso na estagnação brasileira dos anos 1960/70, vão formular políticas macroeconômicas no qual "o aumento do mercado – em uma sociedade na qual grande parte da população que tenha sido, historicamente, excluída do consumo de uma vasta gama de produtos, poderia ser um poderoso motor econômico".

Biancarelli (2014) coloca que o consumo de massas e o desenvolvimento de uma estrutura de ofertas específicas a serem exploradas já estavam no ideário do Partido dos Trabalhadores nos anos de 1980 e terá seus desdobramentos a partir da eleição de Lula em 2002. O autor coloca que a eleição de Lula em 2002 é concretizada com um discurso mais moderado, com sinalizações e promessas mais ortodoxas ao mercado, ou seja, sem romper com os princípios neoliberais[66]. De acordo com o autor,

> A política econômica foi claramente orientada para o controle da inflação e a redução da dívida pública, por meio de uma política monetária muito restritiva, grandes superávit fiscais, apreciação da taxa de câmbio e uma agenda de reformas estruturais em linha com as diretrizes predominantes no governo anterior (Biancarelli, 2014, p.275).

Biancarelli (2014, p. 276-277) vai apontar que contribuição da demanda interna será predominante a partir de 2004 para o crescimento do PIB e será o consumo o grande diferencial. "É aqui que reside a grande novidade na história brasileira: a ampliação consistente do mercado de consumo como estimulador da atividade econômica". O governo Lula, por mais que mostrasse conservador em sua política macroeconômica, se diferenciava do governo anterior "sobre o papel do Estado, o tamanho e a importância dos bancos públicos e outras empresas estatais, por mecanismos de planejamento central, revalorização do investimento público etc.". Será uma nova versão de desenvolvimentismo com foco "na estabilidade macroeconômica,

[66] Boito Jr (2003) mostra na verdade que Lula e sua equipe econômica ao assumirem o governo, não modificaram a herança neoliberal de FHC no que tange "a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários." (p.1).

importância dos aspectos sociais do desenvolvimento (ampliação do mercado consumidor)".

Biancarelli (2014) coloca que, além de um cenário internacional favorável, o governo Lula contou com quatro determinantes para o crescimento de um mercado consumidor das massas no Brasil: "política de transferências de renda; sistema de proteção social; política de valorização do salário mínimo e o bom comportamento do mercado de trabalho durante esse período" (Idem, p. 277) e todos esses processos interagindo com a expansão do crédito interno.

O governo usou alguns instrumentos para concretização de seus planos econômicos. Biancarelli (2014) coloca que o primeiro instrumento utilizado foi às políticas de transferência de renda para as camadas mais pobres e desprotegidas. O programa Bolsa Família será o programa referência, do qual uma parcela da população recebe um valor monetário mensal e se predispõe a algumas contrapartidas, como crianças nas escolas, vacinações e etc.

O segundo instrumento utilizado foi o benefício de Prestação Continuada (BPC), "consolidado pela Constituição de 1988, é uma espécie de pensão paga aos trabalhadores rurais que não contribuíram durante sua vida ativa." (Biancarelli, 2014, p. 278). Os trabalhadores rurais que sempre tiveram a margem dos programas econômicos no processo de desenvolvimento nacional brasileiro, desde as políticas desenvolvimentistas de 1930, no governo Lula ganham uma representação econômica forte. O BPC se torna um importante sistema de proteção social a esses trabalhadores.

O terceiro instrumento utilizado pelo governo se deu com a política de salário mínimo. Como vimos no capítulo anterior, o congelamento ou à desvalorização do salário mínimo foi uma das políticas adotadas por diversas políticas na década anterior, principalmente o período da ditadura militar como forma de concentração de renda e elevação dos lucros. No auge da superexploração na ditadura, o salário mínimo chegou a desvalorizar em quase 100% desde sua criação no governo Vargas. Com a redemocratização e o sucesso do Plano Real em 1994, os salários mínimos adquirem pequenos aumentos em seu valor real, porém são crescimentos pequenos, às vezes à beira da estagnação. O governo Lula usará a valorização do salário mínimo como um importante fator político e econômico de crescimento, atrelando o aumento dos salários mínimos a taxa de inflação do ano anterior, "em uma tentativa de transferir os ganhos de

produtividade para os salários- base da economia". (Biancarelli, 2014, p. 279). O autor aborda que entre os 8 anos de mandato de Lula, o salário mínimo obteve um aumento real de 56% em relação ao mesmo período do governo anterior.

Como quarto e quinto instrumento de política do governo, se deu primeiro pelo mercado favorável à criação de novos postos de trabalho. Nos dois mandatos do governo Lula, o índice de desemprego fora um dos mais baixos da história econômica brasileira. Por último um dos fatores essenciais do crescimento do mercado doméstico foi à expansão dos créditos (crédito habitacional, consignado, pessoas físicas e empresas etc.).

Porém esse modelo de crescimento ou o Social Desenvolvimentismo mostrou seus limites ao fim do segundo mandato do então presidente Lula. O consumo já não era o suficiente para sustentar o crescimento interno. O *boom das commodites* que o governo utilizou em seus anos iniciais se mostrou um pilar frágil de sustentação, o país ficou vulnerável ao mercado externo e o aumento excessivo do gasto público se mostrou limitado ao crescente endividamento do Estado.

Ruy Braga (2016) coloca que a estratégia do governo Lulista acabou tornando-se uma conciliação entre as frações de classes. O apaziguamento das insatisfações sociais crescentes desde final da década se deu pela distribuição de renda as camadas mais baixas e rurais e a criação de emprego, essa criação tenha sido baseada em sua grande maioria em empregos precários e de baixa remuneração.

A sobrevalorização do câmbio também se tornou um dos marcos do governo Lula, no qual o Dólar herdado pelo governo na casa dos 7 reais chegou a uma valorização a baixo de 2 reais. Essa política cambial tornou-se uma dos principais fatores de desindustrialização nacional, no qual para os empresariado nacional compensava mais importar produtos do que exportar. Como consequência, prosseguiu-se a reprimarização da economia brasileira iniciada na década de 1990.

Com a crise internacional, Braga (2016) coloca que o empresariado nacional começa uma pressão a uma política de austeridade como caminho de enfrentamento da crise. Austeridades que iam contra as políticas de empregos, direitos trabalhistas e uma reorganização das políticas assistencialistas. O governo, diferente dos antigos desenvolvimentistas, não possuía uma política clara de enfrentamento às crises ou um

projeto que consistisse em alternativas nas crises cíclicas do capitalismo, o Estado já se mostrará sobrecarregado mesmo nos períodos de bonanças.

> Não obstante sua relevância como bandeira política legítima, o termo "social-desenvolvimentismo" dificilmente pode descrever, sem ambiguidades, uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo. É verdade que a retomada do crescimento em 2005 foi favorecida pela elevação do piso salarial, ampliação do gasto social e inovações financeiras (crédito consignado e microcrédito). É, contudo, improvável que esses efeitos dinâmicos iniciais, observados durante a fase de criação ou forte expansão de políticas redistributivas, possam ser repetidos indefinidamente sustentando a longo prazo a estratégia de desenvolvimento. Isso exigiria graus de liberdade inexistentes no orçamento fiscal e da seguridade social. Carneiro (2010), no entanto, já identificou no final do governo Lula certo esgotamento do potencial de expansão da participação do gasto social no total do gasto público e do PIB, da elevação do salário mínimo real e do crédito ao consumidor, prevendo seu crescimento a um ritmo que passaria a acompanhar, mais que liderar, o crescimento econômico. (Bastos, 2012, p. 795).

Pode-se considerar que o projeto Social Desenvolvimentista por inúmeras circunstâncias favoráveis se mostrou uma alternativa para diminuir as desigualdades sociais, porém como o passar do tempo, mostrou-se limitado e incapaz de ser um gerador de desenvolvimento econômico ou um projeto duradouro de combate às desigualdades do sistema capitalista.

4. Novo Desenvolvimentismo

O Novo-Desenvolvimentismo surge como uma resposta política e acadêmica às políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso já na década de 1990. Politicamente no Brasil ela irá surgir no seio do PSDB[67] como uma oposição às políticas macroeconômicas implementadas por FHC em seus dois mandatos e terá como principal representante político José Serra. Em uma junção de empresários, intelectuais e políticos, suas bases teóricas serão formuladas concomitantemente às crises causadas pelas políticas neoliberais e como aponta Bastos (2012) será base de formulação utilizada nos planos de governos de José Serra (2002) e Geraldo Alckmin (2006) em suas disputas presidenciais[68]. Bresser-Pereira publicou na Folha (2004)[69] um esboço do que viria a ser o quadro geral da formulação do Novo Desenvolvimentismo, dando destaque a discussão. Ex-ministro de Sarney e FHC, Bresser-Pereira vai ser o intelectual

[67] Partido da Social democracia brasileira. Fundado em 1988 e que no período representava o partido do então presidente FHC.
[68] Ambos os candidatos são derrotados por Luiz Inácio Lula da Silva, Lula.
[69] <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm acessado 15/08/2021>.

latino-americano de maior atuação entre os novos-desenvolvimentistas na luta por uma reforma nas práticas políticas e econômicas efetuadas pelo Estado.

Sicsú, Paula, Michel (2007) colocam que o "Novo-Desenvolvimentismo" nasce como uma herança do "Velho Desenvolvimentismo[70]", porém a diferença é que no atual estágio do desenvolvimento econômico brasileiro o Estado não precisaria mais se preocupar com políticas protecionistas, em realizar um desenvolvimento baseado em um Estado como investidor-empresário, realizar uma transformação das infraestruturas nacionais e todos outros modelos que caracterizaram as políticas desenvolvimentistas anteriormente. A principal característica do Novo-Desenvolvimentismo seria a reconstrução de um Estado forte, "mais capaz no plano político, regulatório e administrativo, além de financeiramente sólido" (Idem, p. 515).

> Propõe, ademais, uma estratégia nacional de desenvolvimento que promova políticas voltadas ao progresso técnico e a introdução de novas técnicas de produção, o desenvolvimento de mecanismos nacionais de financiamento do investimento, políticas econômicas redutoras de incertezas inerentes ao mundo financeiramente globalizado e o desenvolvimento de instituições específicas adequadas ao desenvolvimento (como o desenvolvimento do capital humano através da educação pública). (Sicsú, Paula, Michel, 2007, p.515).

Bresser-Pereira (2006) coloca o Novo Desenvolvimentismo como uma terceira via ou um terceiro discurso. Para o autor, esse novo projeto político e econômico elaborado seria uma alternativa ao neoliberalismo e aos populistas de esquerda. Bresser-Pereira classifica o Novo Desenvolvimentismo como uma estratégia de desenvolvimento nacional aos países médios[71] do capitalismo mundial, ou seja, aqueles que já fizeram sua revolução capitalista e constituíram uma indústria nacional, que na concepção do autor foi realizado no Brasil entre 1930 e 1970.

Para caracterizar os fundamentos principais do Novo-Desenvolvimentismo, Bresser-Pereira elucida sua diferenciação ao antigo desenvolvimentismo praticado nos países latino-americanos no século passado, diferencia as bases principais da teoria frente às defendidas de acordo com as políticas neoliberais dominantes no plano econômico a partir da década de 1990 e por último faz uma distinção do discurso do que

[70] Políticas desenvolvimentistas desenvolvidas no Brasil e na América Latina após 1930. Discussão realizada no Capítulo 1 e 2 desse trabalho.

[71] O autor aborda que tal estratégia não se aplicaria aos países pobres, já que nessas localidades eles precisariam passar pela acumulação primitiva e revolução industrial interna, ou seja, precisariam de uma estratégia diferente de desenvolvimento.

ele considera uma “esquerda populista”, que começa a ganhar força na virada do século como uma alternativa as crises das políticas neoliberais.

Bresser-Pereira (2006) ao diferenciar as concepções do Novo Desenvolvimentismo e do antigo desenvolvimentismo praticado a partir dos anos 1930 na América Latina, elenca três diferenças primordiais. O primeiro aspecto diferenciado pelo economista é no que tange a indústria. Para Bresser-Pereira, os países ao traçarem uma estratégia de desenvolvimento nacional em 1930, precisaram instituir bases industriais na América Latina, nos quais as indústrias ainda não eram desenvolvidas. Ao não possuírem uma base industrial, precisaram recorrer à substituição de importação e a políticas protecionistas para o desenvolvimento industrial nacional. Porém esse problema não seria encontrado nos dias atuais, já que o parque industrial já se encontra estabelecido e desenvolvido na maioria dos países da região. Com isso, Bresser-Pereira aborda que o ponto central seria não mais uma política protecionista e sim uma política de incentivo às exportações. Para o autor, os desenvolvimentistas antigos eram pessimistas quanto a exportar seus produtos, o que na fase atual não seria mais contraproducente. O Novo Desenvolvimentismo então defende empresas mais competitivas, exportadoras de produtos manufaturados juntamente com os produtos primários de altos valores agregados. Para o autor, essa foi à diferença principal dos países asiáticos na década de 1960 e 1970, que o Brasil e os países da América Latina não conseguiram realizar. Ao ter estabelecido o parque industrial, esses países logo em seguida fizeram a transição para países exportadores, diferentemente dos latino-americanos que mantiveram políticas protecionistas e desenvolvimento baseado na substituição por importações até a crise da dívida em 1980.

> Os países asiáticos dinâmicos, que adotaram estratégia desenvolvimentista desde os anos 1950, já na década de 1960 deram a ela um caráter exportador de manufaturados, e, pelo menos desde os anos 1970, podem ser considerados países novo-desenvolvimentistas. São duas as grandes vantagens do modelo exportador sobre o substituidor de importações. Em primeiro lugar, o mercado para as indústrias não fica limitado ao mercado interno. Isto é importante para os países pequenos, mas é também fundamental para um país com mercado interno relativamente grande como o Brasil. Em segundo lugar, se o país adota essa estratégia, as autoridades econômicas, que estão fazendo política industrial em favor de suas empresas, passam a ter um critério de eficiência em que se basear: só as empresas eficientes o bastante para exportar serão beneficiadas pela política industrial. (Bresser-Pereira, 2006, p. 15).

A segunda diferenciação apontada por Bresser-Pereira ao antigo desenvolvimentismo está em crescimento atrelado à demanda e ao déficit público.

Como os Novos Desenvolvimentistas colocam o Estado como um fator estratégico no desenvolvimento nacional, ele precisa ser forte e sólido e para isso suas contas precisam estar equilibradas. Assim, precisa-se de uma responsabilidade fiscal, dívidas pequenas e com margens para planejamento, ou seja, a prazos longos. Para Bresser-Pereira, o Estado não pode ficar refém de credores, nem nacionais e nem internacionais.

A terceira e última diferença ao antigo desenvolvimentismo apontado pro Bresser-Pereira (2006) está no "papel atribuído ao Estado na promoção da poupança forçada e na realização de investimentos na infraestrutura econômica" (Idem, p.16). Bresser-Pereira coloca que ambos veem a importância do Estado na regulação do mercado e em proporcionar as condições necessárias para acumulação de capital, "como educação, saúde, infraestrutura de transporte comunicação e energia" (Bresser-Pereira, 2006, p.16). Porém o autor diferencia as duas concepções no quesito temporalidade e necessidade, em que ele aborda que o antigo desenvolvimentismo precisava de uma poupança forçada por parte do Estado e um investimento em infraestrutura e indústria pesada, capital esse que não se mostrava disponível o suficiente no setor privado. Atualmente, o Novo Desenvolvimentismo já não observa tal cenário, no qual se defende que o Estado deve continuar investindo em setores estratégicos e necessários, mas os investimentos não devem partir unicamente dele e sim que essa despesa pode ser compartilhada com setor privado nacional que agora possui os recursos necessários para tal. Ou seja, todos os setores nos quais haja competidores e concorrência, o Estado deve se retirar e apenas regular de acordo com interesses nacionais, sobrando assim muitos outros setores de atuações necessários.

Subsequentemente Bresser-Pereira (2006) aborda a diferenciação das concepções defendidas pelos Novo Desenvolvimentistas e pelos propagadores do Neoliberalismo. A primeira diferença apontada pelo autor é na concepção de Mercado. Enquanto os teóricos neoliberais apontam o mercado como o regulador e o principal mecanismo de liberdade econômica e financeira, propiciadora do desenvolvimento, para os Novo Desenvolvimentistas o mercado é "uma instituição extraordinariamente eficiente para coordenar sistemas econômicos, mas conhece suas limitações." (Idem, p.18). Porém, como qualquer instituição, ela precisa ser constantemente regulada, por isso os Novo Desenvolvimentistas seriam reformistas.

> Para o novo de desenvolvimentismo, um governo será bom no plano econômico se for desenvolvimentista – se promover o desenvolvimento e a

> distribuição de renda pela adoção de políticas econômicas e de reformas institucionais orientadas, sempre que possível, para o mercado, mas, com frequência, corrigindo a ação automática desses mercados. Em outras palavras, se contar com uma estratégia nacional de desenvolvimento, porque esta não é outra coisa senão esse conjunto de instituições e de políticas econômicas voltadas para o bom funcionamento dos mercados e o desenvolvimento. (Bresser-Pereira, 2006, p.18).

Outra diferenciação essencial seria que diferente das políticas apregoadas pelo consenso de Washington, os Novo Desenvolvimentistas veem uma importância fundamental nas políticas industriais. A diferença é que o Estado seria um incentivador moderado e um investidor para aquelas empresas que se mostrassem futuras concorrentes com capacidades internacionais, porém não adotaria políticas protecionistas como os antigos e não seria o principal investidor. Os Novo Desenvolvimentistas são adeptos de um mercado aberto e competitivo, mas com regulamentações e contrapartidas favoráveis nacionalmente, sendo o Estado como regulador um fator muito importante.

Por fim, Bresser-Pereira (2016) aborda sobre o Social Desenvolvimentismo, alternativa posta contra os Novo Desenvolvimentistas. Para o autor, o Social Desenvolvimentismo não poderia ser considerado uma formulação teórica, por falta de bases elucidativas e planos de metas a serem estabelecidos. Bresser coloca que o Social Desenvolvimentismo é uma junção deturpada de Keynes unido a um populismo dos antigos desenvolvimentistas, com "incapacidade de compreender os problemas políticos envolvidos no desenvolvimento econômico" (Idem, p. 248).

Em sua análise, elenca quatro diferenças substanciais que colocam ambas as teorias em planos distintos. A primeira diferença seria que os Social desenvolvimentistas fazem uma defesa do salário, enquanto os novos desenvolvimentistas defendem o crescimento através das exportações. Para Bresser-Pereira a defesa dos salários só poderia ser feita através de um mercado protecionista e com políticas de substituições de importações. A política realizada pelos social desenvolvimentistas resolveria a questão da demanda e diminuiria a desigualdade em curto prazo, mas prejudicaria a competitividade industrial e se tornaria um empecilho às políticas industriais. Ou seja, para o consumo imediato seria apenas uma política em curto prazo, mas que prejudicaria os trabalhadores a médio e longo prazo.

A segunda diferença é que Bresser-Pereira aponta é que estão equivocados em classificarem o Novo Desenvolvimentismo como não social, porém o autor coloca

que irresponsável propor políticas e propostas pensando no curto prazo. Ou seja, eles defendem uma depreciação da moeda, que tornaria atrativo para o investimento na economia e ao incentivo das exportações. Por mais que essas políticas causem perdas para às classes trabalhadoras, o objetivo é uma política de sobrevalorização do câmbio em longo prazo, ou seja, uma política que diminuiria as desigualdades da sociedade de acordo com o crescimento e fortalecimento dela no decorrer do tempo. Para Bresser-Pereira é ingenuidade criticar políticas que visem o lucro das empresas, já que o sistema capitalista é baseado em geração de lucros. O importante é saber conciliar a qual melhor forma de administrar os interesses das classes.

> Em vez disso, os social-desenvolvimentistas expressam elevada preferência por salários elevados e consumo imediato – uma preferência que, no médio prazo, atende aos interesses dos países ricos, não aos dos trabalhadores e dos pobres nos países em desenvolvimento. Afirmam eles que a taxa de câmbio deveria ser competitiva, mas, além de não disporem do conceito do que seria uma taxa de câmbio competitiva, não querem pagar o seu preço – não querem a queda modesta e de curto prazo dos salários que essa depreciação traz. E, muitas vezes, acrescentam que a depreciação aumentará a desigualdade, o que é verdade no que se refere apenas aos lucros, mas aumentá-los é o objetivo explícito da depreciação. Quanto às demais receitas, a depreciação é neutra: não só os salários reais, mas também os salários e bonificações elevados dos altos tecnocratas, os dividendos reais, as rendas da terra e os juros dos capitalistas rentistas cairão em termos reais. As políticas apoiadas pelo Novo Desenvolvimentismo, que são com provadamente eficazes na redução da desigualdade, não são políticas macroeconômicas populistas, mas políticas microeconômicas: mais especificamente, a construção do Estado social, a tributação progressiva e o aumento do salário mínimo: só a redução do nível da taxa de juros é uma política macroeconômica. (Bresser-Pereira, 2016, p. 248).

A terceira diferença abordada pelo autor é em relação aos preços, no que tange as políticas macroeconômicas. Os social desenvolvimentistas apenas estão interessados no consumo-quantidade e não conseguem analisar as melhores políticas cambiais que beneficiariam internamente. Bresser-Pereira (2016) coloca que a "economia é a ciência do mercado e do preço" (Idem, p.249), dos quais os preços são as ferramentas principais das políticas econômicas.

E por último o autor coloca que a diferença das duas concepções se dá acerca do déficit do Estado que aumentam a dívida pública em relação ao PIB. Para Bresser-Pereira, o déficit seria apenas medidas emergenciais como medida anticíclica do sistema capitalista. Para ele, o equilíbrio das finanças públicas é um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento econômico e uma das principais defesas dos Novos Desenvolvimentistas. Bresser-Pereira será um grande crítico das políticas dos sociais desenvolvimentistas e abordará que a crise do final do governo Lula é uma

demonstração clara dos limites possíveis do crescimento baseado apenas na distribuição de renda, consumo e endividamento do Estado.

Por último, Bresser-Pereira coloca que as políticas defendidas pelos Novo Desenvolvimentistas não podem ser enxergadas na América Latina, já que não houve nenhum caso de adesão governamental. Porém o autor diz ser possível enxergar no desenvolvimento dos países Asiáticos (Coréia, Taiwan, Singapura, etc) a comprovação da teoria na realidade, comprovação essa que não é objetivo desse trabalho. Bresser-Pereira será um dos principais defensores da teoria na América Latina, em que o autor defende que "Novo Desenvolvimentismo abrange (a) um método, (b) uma economia política, (c) uma microeconomia, (d) uma macroeconomia, (e) uma política de distribuição e (f) uma economia aplicada.". (Bresser-Pereira, 2016, p. 239).

Bresser-Pereira por mais que se colocasse em oposição as políticas adotadas por FHC, enquanto ministro foi responsável por diversas reformas políticas e administrativas que iam de encontro com os interesses do neoliberalismo. O exemplo elucidativo das economias asiáticas defendidas pelo autor se mostram insuficientes para respaldar seu projeto de desenvolvimento, visto que essas economias no século XXI apresentaram cada vez mais concentração de renda e desigualdades sociais. No Brasil, mesmo os que se diziam oposição junto ao economista dentro do PSDB, com o passar do tempo se tornaram defensores de um maior conservadorismo ou em defesa do próprio neoliberalismo. O Novo Desenvolvimentismo mesmo não colocado em prática se mostrou apenas mais uma elucidação teórica com limites estruturais no seu desenvolvimento e outra versão das políticas neoliberais dominantes no cenário mundial.

5. Considerações Finais

O neoliberalismo como uma nova fase do capitalismo imperialista chega à América Latina como uma solução e imposição dos centros hegemônicos em uma nova fase de acumulação. Isso se mostrou possível pela realidade dependente dos países latino-americanos. A crise do desenvolvimentismo na América Latina demonstra os limites possíveis do desenvolvimento do capitalismo dependente. As discussões e teorias propagadas durante todo século XX passam por radicais transformações sob o neoliberalismo e passam por novas modificações no capitalismo contemporâneo.

O desenvolvimento do capitalismo contemporâneo promove cada vez mais modificações nas configurações do trabalho. Essas alterações no modo de produção definem a vida de milhões de trabalhadores diariamente. Entender e fazer uma análise dessas configurações hoje perpassa às observações do funcionamento da realização concreta desses trabalhos. A integração de uma economia de mercado mundial faz com que o desenvolvimento dessas relações molde a realidade invariável do trabalho ao redor do globo.

Para se conseguir entender a divisão internacional do trabalho no capitalismo atual, o primeiro passo seria compreender através de um estudo sólido o surgimento da grande indústria e da economia capitalista (Marini, 1973), que nos permite dispor de bases teóricas concretas para compreender a real dinâmica do trabalho e da função cumprida por lugares como a América Latina ou países fora do eixo do centro.

> A urbanização, como se sabe, é mais antiga e consolidada nos países do hemisfério Norte, que viveram mais cedo o processo de industrialização, considerados mais "desenvolvidos", e é mais recente e "agressiva" nos países do hemisfério Sul, em que a industrialização é relativamente tardia e a produção interna de riquezas são menores. Tal diferenciação é fundamental para explicar determinados padrões demográficos que se refletem na composição da força de trabalho (Mattos, 2019, p.73).

A precarização do trabalho no passar dos últimos anos vem se tornando norma para a ampliação e desenvolvimento do capitalismo. Em uma sociedade em que o assalariamento já ocupa 50 % do trabalho global (podendo variar em determinadas regiões do globo) e que 54% de seus habitantes já habitam em centros urbanos (Mattos, 2019, p.75). Tais modificações acarretam drásticas mudanças na morfologia do trabalho e das sociedades. Mattos (2019) e Bensaid (2008) abordam sobre a "proletarização do mundo", na conversão cada vez maior de assalariamento e consequentemente precarização da mão de obra. A explicação disso é baseada nas próprias teses desenvolvidas por Marx em *O Capital* na qual "acumulação do Capital é, portanto, multiplicação do proletariado" (Marx Apud Mattos, 2019, p. 89). Continuando na discussão com Marx, Mattos descreve:

> Afinal, a perspectiva apresentada em *O capital* permite discernir melhor a contraditória dinâmica por meio da qual a acumulação capitalista depende sempre de um processo de incessante transformação de grupos humanos em massas proletarizadas, embora tenda a gerar uma superpopulação relativa também crescente, assim como um pauperismo

> (absoluto e/ou relativo) que agrava a chamada "questão social. (Mattos, 2019, p. 91)

A discussão sobre a "pauperização", "proletarização", "precarização" ganha novos contornos quando trazidas a analises da realidade Latino Americana. A forma que o capitalismo vai se desenvolvendo no processo de industrialização, reflete diretamente na dinâmica que se seguirá na realidade das relações de classe, trabalho, etc. entre os países desenvolvidos e os fora desse eixo.

Os estudos sobre a realidade do desenvolvimento capitalista, do trabalho e dos trabalhadores na América Latina ganhou força em grande medida no século XX, tendo trabalhos guiados por inúmeras perspectivas teóricas diferentes para se compreender principalmente os desdobramentos de uma economia de mercado em grande expansão. As Ciências Sociais na década de 1960 sofreu um grande impacto com os inúmeros debates intelectuais que o período propiciou. As novas realidades estruturais, econômicas, políticas, sociais etc. apresentadas globalmente redefiniram a forma de se pensar e fazer análises metodológicas. As transformações ocorridas agora em um capitalismo globalizado influenciou toda a dinâmica de se pensar o real.

Porém a tentativa de um desenvolvimento econômico na América Latina no decorrer dos últimos 100 anos, mostrou as contradições inerentes do desenvolvimento capitalista na região. A dependência ao quais os países estão estabelecidos sempre se mostrará um entrave insuperável na fase imperialista. A superexploração do trabalho será realidade constante na realidade latino-americana. O Nacional Desenvolvimentismo, o Social Desenvolvimentismo ou Novo Desenvolvimentismo sempre estarão limitados a características intrínsecas dos países periféricos marcados pela dependência ao imperialismo e suas contradições, cuja superação se mostrará ineficiente sem a superação do próprio sistema capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Elesbão de. **Linhagens e variantes do pensamento dependentista**. Anais do 1 circuito de debates acadêmicos, IPEA, 2011.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. **Ditadura, Transição e Hegemonia Neoliberal no Brasil: antigas questões, novos desafios.** In: Ditaduras Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brail contemporâneo. Org. de SILVA, Carla Luciana**.** CALIL**,** Gilberto Grassi**.** BOTH DA SILVA**,** Marcio Antônio. -- Porto Alegre: FCM Editora, 2016. 250 p.

AMARAL, Marisa Silva. CARCANHOLO, Marcelo Dias. **A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes.** Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 216-225 jul./dez. 2009.

AMARAL, Marisa Silva. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. Uberlândia. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.

ARÊAS, João Braga. **AS PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL DOS ANOS 90.** Revista Episteme Transversalis – V. 4, N.2, 2013.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Tradução de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. – (Coleção Zero à Esquerda)

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **A economia política do novo desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base.** Revista Economia. 2006.

BIANCARELLI, André M. **A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda.** Rev. Inst. Estud. Bras. São Paulo, n. 58, p. 163 – 288, jun. 2014.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinqüenta anos de pensamento da CEPAL – Uma Resenha** (1998). Rio de Janeiro: Record, vol. 1, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Transformação produtiva com eqüidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990** (1990). In: BIELSCHOWSKY, R (Org.) Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000, v. 2, p. 887-910.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com eqüidade** (1994). In: BIELSCHOWSKY, R (Org.) Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000, v. 2, p. 937-958.

BIELSCHOWSKY, Ricardo**. O desenvolvimentismo: do pós-guerra até meados dos anos 1960.** 2011.

BOITO Jr, Armando. **A hegemonia neoliberal no governo Lula**. Revista Crítica Marxista, n.17, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.

BRAGA, Ruy. **O fim do Lulismo.** In: Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Boitempo, 2016.

BRESSER- PEREIRA, Luiz Carlos. **Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência**. In: Caio Navarro de Toledo, org. (2005) Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Editora Revan: 201- 232

BRESSER- PEREIRA, Luiz Carlos. **Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico.** Revista de Economia Política, vol. 36, nº 2 (143), pp. 237-265, abril-junho/2016.

BRESSER- PEREIRA, Luiz Carlos. **O novo desenvolvimentismo e A ortodoxia convencional.** São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

CANO, Wilson. Brasil – **Construção e desconstrução do desenvolvimento.** Campinas; Economia e Sociedade, v. 26, n.2. P. (265 – 302). Ago. 2017.

CARDOSO, Fernanda Graziella. **A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da Abordagem da Complexidade**. -- São Paulo, 2012. 250 p.

CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. – 11. Ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARRARO, André. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O Desenvolvimento Econômico no Primeiro Governo de Vargas (1930–1945).** Caxambu, Minas Gerais; Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6° Conferência Internacional de História de Empresas. 2003.

CARVALHO, David Ferreira. CARVALHO, André Cutrim. **Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira** global: conceitos e evidências. Revista Economia Ensaios, Uberlândia (MG), 26 (1), p. 35-64, Jul./Dez. 2011.

COGIOLLA, Osvaldo. **Depressão econômica, imperialismo capitalista e guerra mundial (1870-1918)**. 2015.

COSTA, Gisele Cardoso. SILVA, Luiz Fernando da**. Teoria da dependência e América Latina. Análise crítica na perspectiva da Revolução Permanente.** Editora Sundermann, 2018.

DEUS, Larissa Naves de. **A Natureza do Capitalismo Brasileiro.** Cadernos da Fucamp, v. 16, n. 25, p. 39-59. 2017

DUARTE, Pedro H. Evangelista. GRACIOLLI, Edílson José. **A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina.**

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses – Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930 - 1960.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

EBERHARDT, Paulo Henrique de Cezaro. **Estágios de desenvolvimento econômico regional no Sul do Brasil** – Toledo, PR : [s. n.], 2013.

FERNANDES, F. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de uma interpretação sociológica**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. Ca**pitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 4 ed. rev. São Paulo: Editora Globo, 2009

FERNANDES, Florestan. **Padrões de Dominação Externa na América Latina.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v.11, n.1, p. 310 – 324. Abr. 2019.

FILHO, Niemeyer Almeira (Org). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini.** – Brasília: Ipea, 2013.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. **Desenvolvimentismo: A construção do conceito.** Brasília: Ipea, 2015.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. SALOMÂO, Ivan Colangelo. **Industrialização brasileira: notas sobre o debate historiográfico**. Revista Tempo. Vol. 23 n.1 - 2017

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Industrialização, Estado e sociedade no Brasil (1930 - 1945).** Rio de Janeiro; Rev. Adm. Empr.; P. (35-46)**.** Jul./Set. 1984.

FRANK, Andre Gunder. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Latino-americano. In: Urbanização e Subdesenvolvimento**. Luiz Pereira (org.). Zahar: Rio de Janeiro, 1973.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. – 5. Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2009.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos.** – 5. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras , 2019.

GOMES, Deyvison Dias. XAVIER, Glauber Lopes. **Contribuições da teoria marxista da dependência: A construção de um referencial teórico.** 2017

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas a via armada**. Editora Átila, 1987.

KATZ, Claudio. **A teoria da dependência cinquenta anos depois**. Tadução: Maria Almeida. -- 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KONDER, L. A. **Democracia e os Comunistas no Bra**sil. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1980. 49.p.

LÊNIN, Vladimir I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora. 1982.

LONGHI, Giuliano Manera. **Dependência e desenvolvimento: interpretações sociológicas de fernando henrique cardoso e florestan fernandes.** 2017.

LUCCA-SILVEIRA, Marcos Paulo de. **Intelectuais comunistas e a questão da Democracia no Brasil**. *Lua Nova*, São Paulo, 101: 53-87, 2017.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica.** 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACHADO, Luiz Toledo. **A teoria da dependência na América Latina.** Estudos Avançados, 1999.

MACIEL, David. **Ditadura Militar, transição política e hegemonia neoliberal no Brasil**. In: Ditaduras Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo. Org. de Silva, Carla Luciana**.** Calil**,** Gilberto Grassi**.** Both da Silva**,** Marcio Antônio. -- Porto Alegre: FCM Editora, 2016. 250 p.

MARINI, Ruy Mauro**. O imperialismo Brasileiro.** Centro de Estudos Sócio-econômicos, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Chile. Santiago, Chile, 1971.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** In: Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. Traspadini, Roberta. Stedile, João Pedro (Orgs.). São Paulo; -2.ed. -; Expressão Popular. [1973] 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis : Insular, [1968] 2013

MARINI, Ruy Mauro. **O caráter da revolução brasileira**. In: Caminhos da Revolução Brasileira. Pericás, Luiz Bernardo (Org.). São Paulo; - 1. Ed.-; Boitempo, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. **O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile**. São Paulo: -1. Ed. -; Expressão Popular, 2019.

MARTINS, Carlos Eduardo. **"Theotônio dos Santos –Introducción a la vida y la obra de uno intelectual planetario"**. In: Los retos de la globalización. Ensayos de homenaje a Theotônio dos Santos. Caracas: Unesco, 1998.

MARTINS, Carlos Eduardo. **O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais.** In: Desenvolvimento e Dependência – cátedra Ruy Mauro Marini. 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.** Tradução: Rubens Enderle. - São Paulo; Boitempo, 2017.

MATOS, E. E. **O programa "aliança para o progresso": o discurso civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná – Brasil**. in: Simposio internacional processo civilizador, 11., 2008, Buenos Aires. **anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 359-367.

MATTOS, Marcelo Badaró**. A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo.** 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

MELLO, João Manuel C. de. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

NETO, Artur Bispo dos Santos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil. São Paulo:** Instituto Lukács, 2015.

Osório, Jaime. **Dependência e superexploração.** In: MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrián Sotelo. A América Latina e os desafios da globalização. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio. **Os antecedentes macroeconômicos e a estrutura institucional da privatização no Brasil**. In: PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASAKU, Kiichiro (Ed.). A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2000. p. [13]-43.

PREBISCH, Raúl. **"O desenvolvimento econômico latino-americano e alguns de seus principais problemas"** em Bielschowsky, Ricardo (org.), Cinqüenta anos de pensamento da CEPAL, Rio de Janeiro: Record, vol. 1, ([1949] 2000)

PREBISCH, Raúl. **"Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico"** In: Bielschowsky, Ricardo (org.), Cinqüenta anos de pensamento da CEPAL, Rio de Janeiro: Record, vol. 1, ([1952] 2000).

QUEIROZ, Indiane Azevedo. SOUZA, Dallas Kelson Franscisco. MARTINS, Anna Carolina. **Desenvolvimentismo brasileiro: Uma análise cliometrica acerca do Governo de Juscelino Kubistchek (1955 – 1961).** XII Congresso brasileiro de história econômica. 2017.

RIBEIRO, Flávio Diniz. **Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria.** Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social. Área de concentração: História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; orientadora Maria Amélia Mascarenhas Dantes. – São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Gabriela Oliveira. **A Teoria Marxista da Dependência em Ruy Mauro Marini: Superexploração da Força de Trabalho e Subimperialismo na integração capitalista mundial da América Latina**.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SÁ, Roger dos Anjos de. **A radicalização do neoliberalismo e o crescimento da dívida pública interna no Governo FHC (1995-2002).** Élisée, Rev. Geo. UEG – Anápolis, v.5, n.1, p.193-204, jan. /jun. 2016.

SALLUM JR, Brasilio. **O Brasil sob Cardoso neoliberalismo e desenvolvimentismo.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 23-47, out. 1999.

SALOMÃO, Ivan Colangelo. **Fonseca, Pedro Cezar Dutra. Industrialização brasileira: notas sobre o debate historiográfico.** Rio de Janeiro; Revista Tempo: Vol. 23 n.1. Jan./Abr. 2017.

SAMENTO, Alexandre Dellamura. **Notas sobre o take-off: a teoria rostowiana revisada**. Revista Teoria e Evidência Econômica, n.38, p. 144 – 167. Jan/jun, 2012.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência: um balanço.** In: Teoria da dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, Theotônio dos. **Subdesenvolvimento e Dependência**. Em Lowy, Michael (org), O Marxismo na América Latina, uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Expressão Popular, vol. 4, ([1970], 2016).

SEABRA, Raphael Lana. **O capitalismo dependente latino-americano 40 depois**. REBELA, v. 3, n. 1, out. 2013.

SERRANO, Franklin. **Relações de Poder e A Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível**. p. 181 – 219.

SERRA, José. **Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do após-guerra.** Revista de Economia Política, Vol. 2. 1982

SICSÚ, João. PAULA, Luiz Fernando de. MICHEL, Renaut. **Por que novo-desenvolvimentismo?** Revista de Economia Política, vol. 27, nº 4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro/2007.

SILVA, Claiton Marcio da. **Nelson Rockefeller, a associação americana internacional (AIA) e a ideologia da modernização em busca de novas fronteiras (1946-1961).** Tempos Históricos; Volume 17 – 1º Semestre – 2013 – p. 171-184.

SILVA, Luiz Fernando da; Costa, Gisele Cardoso. **Teoria da dependência e a América Latina: análise crítica na perspectiva da Revolução Permanente**. São Paulo, Sundermann, 2018.

SILVA, Claiton Marcio da. **Nelson Rockefeller, a associação americana internacional (AIA) e a ideologia da modernização em busca de novas fronteiras (1946-1961).** Tempos Históricos; Volume 17 – 1º Semestre – 2013 – p. 171-184.

SIMONSEN, Roberto C. **A evolução industrial do Brasil.** São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1939.

SMITH, John. **Exploração e superexploração na teoria do imperialismo.** In: As veias do sul continuam abertas – debate sobre o imperialismo do nosso tempo. LÓPEZ, Emiliano (Org.). 2020

TAVARES, **Maria da Conceição Tavares. Auge e Declínio do Processo de Substituição de importações no Brasil.** In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (ed.). Cinqüenta anos de pensamento da CEPAL. 1964.

TAVARES, **Maria da Conceição Tavares. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRANSPADINI, Roberta. Stedile, João Pedro (Orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TRANSPADINI, Roberta. **Apresentação do livro Desenvolvimento e Dependência: Atualidades do pensamento de Ruy Mauro Marini**. De Neves, Lafaiete Santos (org.). Curitiba, 2012.

VALVERDE, André Luiz Lopez. MERCEDES, Sônia Seger Pereira. **A teoria da Dependência e suas aplicações na América Latina neoliberal.** Anais do II simpósio internacional Pensar e Repensar a América Latina. 2016.

VERSIANI, Flavio Rabelo (org.). **Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização.** São Paulo: Saraiva, 1978.

VICECONTI, Paulo Eduardo V. **O processo de industrialização brasileira.** Rio de Janeiro; Ver. Adm. Empr.; P. (33 – 43). Nov./Dez. 1977.

VOLCKER, Paul. Gyohten, Toyoo. **A nova ordem econômica. As finanças internacionais, o surgimento dos novos blocos regionais e a ameaça à hegemonia americana.** Ortiz - 1993 - p. 21 – 35.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da Dependência: do Nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo.** – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.